

EDP - Energias do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

EDP - Energias do Brasil S.A.
Demonstrações Financeiras



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 7
Balanços patrimoniais	8 – 9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	15 – 120
Relatório da administração	121 – 144
Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais	145
Proposta de orçamento de capital	146
Outras informações que a Companhia entenda relevantes	147
Parecer do Conselho Fiscal ou órgão equivalente	148
Parecer do Comitê de Auditoria	149
Declarações dos diretores sobre as demonstrações financeiras	150
Declarações dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	151



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(1) Valor recuperável (“impairment”) dos ativos não financeiros relacionados a Unidade Geradora de caixa de Pecem (Consulte as notas explicativas 3.7, 4.24, 18, 23 e 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A controlada da Companhia Porto do Pecém Geração de Energia S.A. identificou indicadores de desvalorização dos seus ativos não financeiros e realizou o teste de redução ao valor recuperável conforme requerido pelo CPC 01, essa desvalorização gerou a provisão para redução ao valor recuperável no montante total de R\$1.206.209, sendo R\$833.576 referente a redução no valor contábil de ativos da controlada Porto do Pecém acrescido da redução do valor de impostos diferidos ativos realizáveis no montante de R\$85.795 bem como a baixa dos valores justos reconhecidos na Companhia à época da aquisição de 100% das ações da controlada Porto do Pecém no montante de R\$286.838. A controlada avalia a recuperação do valor contábil das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas chaves.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas referidas premissas poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, comparando-as com dados históricos e informações de mercado, bem como avaliamos a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a Companhia e comparamos com informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



(2) Combinação de negócios – aquisição EDP Transmissão Goiás S.A. (Consulte as notas explicativas 3.4., 4.7 e 18.1 às demonstrações financeiras consolidadas)

A controlada integral da Companhia Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. concluiu em 07 de fevereiro de 2022 o processo de aquisição do controle da EDP Transmissão Goiás S.A. (nova denominação da Celg Transmissão S.A.), empresa que atua no segmento de transmissão de energia. Esta transação representou uma aquisição de negócios (*business combination*) e foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração da Mais Valia registrada como Intangível – Direito de Concessão. Tais procedimentos envolvem, um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam determinadas estimativas de valores justos baseadas em premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido que estão sujeitas a um elevado grau de incerteza. Face ao exposto, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas, com o objetivo de obter as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle (condições precedentes obtidas). Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (i) analisamos a metodologia utilizada para a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, (ii) avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e dos cálculos efetuados, confrontando com dados históricos e informações de mercado, e (iii) efetuamos o recálculo da determinação da mais valia apurada na operação com base nas premissas utilizadas pela Companhia. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados com a aquisição EDP Transmissão Goiás S.A., bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

(3) Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado nas distribuidoras (Consulte as notas explicativas 7 e 33 às demonstrações financeiras consolidadas)

Parte das receitas de vendas de energia das distribuidoras é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras consolidadas R\$504.981 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pelas distribuidoras da Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de perda e a tarifa vigente.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos as principais premissas utilizadas pelas controladas da Companhia e o índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pelas controladas da Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da receita de fornecimento não faturado, os quais não foram registrados, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

(4) Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos - (Consulte as notas explicativas 15, 33 e 38.1 às demonstrações financeiras consolidadas)

As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energia Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, entre a data dos respectivos contratos e 31 de dezembro de 2022, são registradas no balanço patrimonial e resultado das investidas. O valor justo desses derivativos é estimado com base em preço observável, e, em parte pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, (ii) preços de referência de energia (curva *forward*), e (iii) taxa de desconto. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, que podem impactar os valores de instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo (operações de compra e venda de energia futura). Com o auxílio de nossos especialistas de instrumentos financeiros, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, tais como (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, (ii) preços de referência de energia (curva *forward*), e (iii) taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados



pelas investidas da Companhia para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, também realizamos uma avaliação independente, recalculando o valor justo dos contratos. Além disso, realizamos discussões com a Companhia e comparamos informações históricas projetadas com a realização das compras e vendas já incorridas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada



por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em



nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	971.534	932.703	4.197.196	2.699.490
Títulos e valores mobiliários	6			1.952	11.722
Contas a receber	7			2.445.137	2.856.290
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	99.731	56.760	238.560	280.791
Outros tributos compensáveis	9	61.416	63.140	456.679	552.974
PIS e COFINS diferidos	10.1			139.427	56.661
Empréstimos a receber	11		216.606		
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3	8.918		13.463	
Dividendos	14	516.028	360.465	71.004	50.015
Estoques	12			275.722	460.408
Cauções e depósitos vinculados	13	350	350	19.782	10.001
Ativos financeiros setoriais	8			80.687	643.174
Ativos da concessão	21			700.042	55.184
Compromissos futuros	15			1.347.737	440.678
Outros créditos	16	33.378	29.012	316.639	425.434
		1.691.355	1.659.036	10.304.027	8.542.822
Ativos não circulantes mantidos para venda	17		1.228.954		1.328.481
Total do Ativo Circulante		1.691.355	2.887.990	10.304.027	9.871.303
Não circulante					
Ativo financeiro indenizável	20			5.706.847	4.362.393
Ativos da concessão	21			7.483.925	5.685.037
Contas a receber	7			227.962	103.977
Títulos e valores mobiliários	6	4.197		6.697	2.500
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9		55.421	99.234	139.812
Outros tributos compensáveis	9		1.909	433.092	930.969
Tributos diferidos	10			558.280	575.217
PIS e COFINS diferidos	10.1			87.368	26.205
Empréstimos a receber	11	316.408	94.132	14.689	12.713
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3			66.824	
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	241.980	346.285		
Cauções e depósitos vinculados	13	16.503	4.892	471.746	419.776
Ativos financeiros setoriais	8			72.641	786.263
Compromissos futuros	15			754.187	427.583
Outros créditos	16	47.918	40.986	30.522	32.570
		627.006	543.625	16.014.014	13.505.015
Investimentos	18	9.450.419	8.954.824	2.409.755	1.311.885
Propriedades para investimentos	22	9.484	9.484	63.858	11.381
Imobilizado	23	60.510	67.567	4.656.890	6.068.213
Intangível	24	56.055	38.425	3.552.648	2.610.942
		9.576.468	9.070.300	10.683.151	10.002.421
Total do Ativo Não circulante		10.203.474	9.613.925	26.697.165	23.507.436
TOTAL DO ATIVO		11.894.829	12.501.915	37.001.192	33.378.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	25	42.471	50.834	1.486.113	1.944.092
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9		3.899	211.838	136.043
Outros tributos a recolher	9	148.346	122.691	433.864	634.891
Tributos diferidos	10			1.079	329
PIS e COFINS diferidos	10.1			161.454	67.229
Dividendos	14	558.012	515.900	731.665	680.874
Debêntures	26	22.308	201.893	1.412.755	779.421
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27		105.305	1.678.112	801.082
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3	8.918		164.823	
Benefícios pós-emprego	28			79.566	51.615
Encargos setoriais	29			110.439	132.454
Uso do bem público	30			46.082	43.269
Ressarcimento por indisponibilidade				500	2.945
Provisões	31			87.946	65.503
Passivos financeiros setoriais	8			1.039.653	627.003
Compromissos futuros	15			1.120.243	379.905
Outras contas a pagar	16	98.880	73.567	385.953	464.929
		878.935	1.074.089	9.152.085	6.811.584
Passivos não circulantes mantidos para venda	17				178.000
Total do Passivo Circulante		878.935	1.074.089	9.152.085	6.989.584
Não circulante					
Outros tributos a recolher	9	6.055	11.409	272.352	291.986
Tributos diferidos	10	203.856	206.202	1.174.637	736.722
PIS e COFINS diferidos	10.1			737.883	491.114
Debêntures	26	25.985	34.736	7.822.488	6.944.962
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27			3.127.081	2.072.049
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3			157.815	
Benefícios pós-emprego	28			699.450	798.634
Uso do bem público	30			484.370	462.865
Provisões	31	27.941	8.099	669.067	587.029
Provisão para passivo a descoberto	18	38	1.065	4.070	2.329
Passivos financeiros setoriais	8			117.094	1.496.347
Compromissos futuros	15			524.899	85.737
Outras contas a pagar	16	26.108	14.918	162.142	125.369
Total do Passivo Não circulante		289.983	276.429	15.953.348	14.095.143
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	32.1	5.502.716	5.502.716	5.502.716	5.502.716
Reservas de capital	32.3	127.375	132.834	127.375	132.834
Reservas de lucros	32.3	5.953.946	6.260.565	5.953.946	6.260.565
Outros resultados abrangentes	32.4	(546.220)	(654.184)	(546.220)	(654.184)
Ações em tesouraria	32.5	(311.906)	(90.534)	(311.906)	(90.534)
		10.725.911	11.151.397	10.725.911	11.151.397
Participações não controladores	32.6			1.169.848	1.142.615
Total do Patrimônio líquido		10.725.911	11.151.397	11.895.759	12.294.012
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.894.829	12.501.915	37.001.192	33.378.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	33	4.400	2.981	17.287.655	18.874.154
Custos	34				
Custo do serviço de energia elétrica				(8.209.071)	(9.913.640)
Custo da produção da energia elétrica				(319.394)	(1.348.680)
Custo de operação				(1.428.642)	(1.326.808)
Custo do serviço prestado a terceiros				(2.096.826)	(2.169.255)
		-	-	(12.053.933)	(14.758.383)
Lucro bruto		4.400	2.981	5.233.722	4.115.771
Despesas e Receitas operacionais	34				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(159.814)	(135.158)
Despesas gerais e administrativas		(148.290)	(138.232)	(716.534)	(579.839)
Ganho na alienação de investimentos		326.252	320.556	326.252	320.556
Outras despesas e receitas operacionais		(32.872)	(6.843)	(1.480.225)	(146.752)
		145.090	175.481	(2.030.321)	(541.193)
Resultado das participações societárias	18	842.448	2.051.098	213.964	242.416
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		991.938	2.229.560	3.417.365	3.816.994
Resultado financeiro	35				
Receitas financeiras		60.520	5.842	666.223	306.353
Despesas financeiras		(33.408)	(69.758)	(2.132.824)	(1.107.935)
		27.112	(63.916)	(1.466.601)	(801.582)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.019.050	2.165.644	1.950.764	3.015.412
Tributos sobre o lucro	36				
Imposto de renda e contribuição social correntes			(5.979)	(569.626)	(382.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.387	173	(168.411)	(265.494)
		2.387	(5.806)	(738.037)	(647.867)
Lucro líquido do exercício		1.021.437	2.159.838	1.212.727	2.367.545
Atribuível aos acionistas controladores		1.021.437	2.159.838	1.021.438	2.159.838
Atribuível aos acionistas não controladores				191.289	207.707
Resultado por ação atribuível aos acionistas	37				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		1,80473	3,69863	1,80473	3,69863
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,80601	3,68351	1,80601	3,68351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.021.437	2.159.838	1.212.727	2.367.545
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego			64.354	45.562
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	107.964	87.643	66.489	56.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(21.880)	(15.492)
	<u>107.964</u>	<u>87.643</u>	<u>108.963</u>	<u>86.363</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Hedge de fluxos de caixa			(1.514)	1.939
Imposto de renda e contribuição social diferidos			514	(659)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.000)</u>	<u>1.280</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>1.129.401</u>	<u>2.247.481</u>	<u>1.320.690</u>	<u>2.455.188</u>
Atribuível aos acionistas controladores	1.129.401	2.247.481	1.129.401	2.247.481
Atribuível aos acionistas não controladores			191.289	207.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.502.716	141.069	5.365.110	(145.988)	(741.827)	-	10.121.080	1.135.193	11.256.273
Aumento/Redução de capital de subsidiárias							-	3.800	3.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.592)					(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGOE 30/04/2021			(203.075)				(203.075)		(203.075)
Dividendos destinados a não controladores							-	(205.677)	(205.677)
Opções de ações outorgadas		(4.872)					(4.872)		(4.872)
Alienação de ações de tesouraria		(1.771)		4.192			2.421		2.421
Recompra de ações em tesouraria				(428.863)			(428.863)		(428.863)
Cancelamento de ações em tesouraria			(480.125)	480.125			-		-
Lucro líquido do exercício						2.159.838	2.159.838	207.707	2.367.545
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			107.992			(107.992)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(454.811)	(454.811)		(454.811)
Dividendos complementares obrigatórios						(126.372)	(126.372)		(126.372)
Lucro do exercício a deliberar			1.470.663			(1.470.663)	-		-
Outros resultados abrangentes					87.643		87.643		87.643
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Aumento/Redução de capital de subsidiárias							-	2.600	2.600
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.592)					(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022			(676.817)				(676.817)		(676.817)
Dividendos destinados a não controladores							-	(168.248)	(168.248)
Opções de ações outorgadas		(1.917)		6.160			4.243		4.243
Alienação de ações de tesouraria		(1.950)					(1.950)		(1.950)
Recompra de ações em tesouraria				(227.532)			(227.532)		(227.532)
Lucro líquido do exercício						1.021.437	1.021.437	191.289	1.212.726
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			51.072			(51.072)	-		-
Reserva de retenção de lucros			166.669			(166.669)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(651.239)	(651.239)		(651.239)
Dividendo adicional proposto			152.457			(152.457)	-		-
Outros resultados abrangentes					107.964		107.964		107.964
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(E em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.019.050	2.165.644	1.950.764	3.015.412
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos	41	9		5.930	9.896
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				159.528	135.161
Remuneração dos Ativos da concessão				(688.694)	(648.804)
Valor justo do ativo financeiro indenizável				(384.236)	(351.166)
Depreciações e amortizações	17.446	17.211		2.068.307	740.068
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	15.491	809		103.258	65.070
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(38.673)	(20.879)		(1.679)	(26.069)
Direito de concessão - GSF				(3.269)	(165.084)
Ativos e passivos financeiros setoriais				(3.180)	(13.188)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre				2.263	5.612
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	23.233	63.737		1.465.963	698.896
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				57.064	100.017
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	2.060	721		15.469	12.799
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				74.063	65.955
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	22.080	2.420		152.428	126.645
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				4.494	4.879
Ajuste a valor presente				3.603	262
Compromissos futuros				(54.173)	(175.172)
Resultado de participações societárias	(842.448)	(2.051.098)		(213.964)	(242.416)
Ganhos com alienação de investimentos	(341.590)	(341.214)		(341.540)	(341.214)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária				46.258	55.020
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(795)	(203)		(29.887)	(13.092)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(3.821)	(4.773)		(34.502)	2.168
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade				(2.446)	(1.999)
Atualização monetária - GSF				3.241	55.491
Instrumentos financeiros derivativos				237.015	
Outros				(168.112)	141.183
		(5.465)	(7.093)	4.423.966	3.256.330
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Contas a receber				137.358	67.568
Ativos financeiros setoriais				1.495.169	(834.366)
Ativos da concessão				472.389	104.774
Titulos e valores mobiliários	(4.197)				142.265
Imposto de renda e contribuição social a compensar	(16.163)	(4.152)		41.689	147.620
Outros tributos compensáveis				427.850	309.110
Estoques	(10.816)	4.401		174.376	(415.551)
Cauções e depósitos vinculados				(10.366)	(3.170)
Rendas a receber				(2.289)	3.214
Instrumentos financeiros derivativos				5.767	
Outros ativos operacionais				96.355	(439.492)
		(8.110)	6.109	2.838.298	(918.028)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores	(8.363)	26.042		(177.920)	(591.986)
Passivos financeiros setoriais				(1.182.483)	(310.447)
Imposto de renda e contribuição social a recolher				(267.436)	(208.253)
Outros tributos a recolher	32.154	28.368		(2.286)	361.621
Benefícios pós-emprego				(81.664)	(54.247)
Encargos setoriais				(55.902)	(30.803)
Provisões	(2.238)	(2.507)		(71.440)	(86.097)
Ressarcimento por Indisponibilidade				(1.942)	(1.945)
Uso do bem público				(44.474)	(36.718)
Instrumentos financeiros derivativos				1.354	
Outros passivos operacionais				26.107	332.558
		47.660	71.310	(2.236.094)	(626.317)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social pagos				(8.367)	(407.703)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais					
		(133.384)	(97.041)	4.782.909	1.304.282
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Alienação de investimento	707.655	879.090		707.655	879.090
Aquisição de investimento		(1.784)		(1.028)	(88.444)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	1.743.801	889.661		90.366	54.411
Titulos e valores mobiliários				5.573	(750)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(241.980)	(419.185)			
Aumento de capital social em subsidiárias	(308.198)	(121.422)		(3)	1
Adições aos ativos da concessão				(1.928.057)	(1.793.125)
Adições ao imobilizado e intangível	(24.757)	(61.540)		(292.786)	(274.697)
Alienação de bens e direitos					491
Empréstimos a receber	33.003	211.483		(1.537)	(6.819)
Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos				(1.970.025)	(88.858)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento					
		1.909.524	1.376.303	(3.389.842)	(1.318.700)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Cauções e depósitos vinculados				3.536	385
Titulos recebidos	2.277	2.167			
Aumento de capital social líquido do custo de emissão					45.000
Redução de capital social líquido do custo de emissão					(45.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.193.902)	(562.920)		(1.398.932)	(755.319)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				4.560.705	4.879.210
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(294.848)	(234.702)		(1.728.833)	(3.069.601)
Pagamentos de encargos de dívidas	(22.026)	(30.565)		(1.035.593)	(633.419)
Liquidação de operações com derivativos				(34.166)	
Pagamentos do principal de arrendamentos	(3.571)	(1.301)		(39.439)	(35.565)
Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores				2.600	3.800
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores					15.000
Recompra de ações em tesouraria				(225.239)	(426.442)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	42.1	(1.737.309)	(1.253.763)	104.639	(21.951)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		38.831	25.499	1.497.706	(36.369)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		971.534	932.703	4.197.196	2.699.490
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		932.703	907.204	2.699.490	2.735.859
		38.831	25.499	1.497.706	(36.369)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado	356.642	382.531	23.979.533	26.891.761
Receita operacional	4.642	3.021	20.382.575	22.715.006
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			(159.814)	(135.158)
Receita relativa à construção de ativos próprios	24.757	54.020	275.906	362.144
Receita de Construção			2.036.378	2.321.931
Remuneração dos Ativos da concessão			730.566	565.036
Atualização do Ativo financeiro indenizável			384.236	351.166
Outras receitas	327.243	325.490	329.686	711.636
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(119.835)	(122.266)	(12.657.105)	(16.306.453)
Custos da energia comprada			(7.536.473)	(10.357.406)
Encargos de uso da rede elétrica			(1.425.354)	(1.366.288)
Materiais	(804)	(2.262)	(336.111)	(156.710)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(317.565)	(1.355.911)
Serviços de terceiros	(72.759)	(96.743)	(694.069)	(652.631)
Custo de construção da infraestrutura			(1.987.620)	(2.150.806)
Outros custos operacionais	(46.272)	(23.261)	(359.913)	(266.701)
Valor adicionado bruto	236.807	260.265	11.322.428	10.585.308
Retenções				
Depreciações e amortizações	(17.535)	(17.207)	(2.060.461)	(765.102)
Valor adicionado líquido produzido	219.272	243.058	9.261.967	9.820.206
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	104.497	41.143	753.787	386.166
Resultado da equivalência patrimonial	842.448	2.051.098	213.964	242.416
Valor adicionado total a distribuir	1.166.217	2.335.299	10.229.718	10.448.788
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	52.706	42.697	414.244	334.570
Benefícios	6.384	8.666	127.045	111.869
FGTS	5.995	4.141	42.464	30.466
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	45.425	46.585	3.971.007	3.021.491
Estaduais	(39)	80	2.290.860	3.070.062
Municipais	1.186	1.096	15.538	14.078
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	33.408	69.758	2.149.827	1.493.185
Aluguéis	(285)	2.438	6.006	5.522
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	651.239	454.811	651.239	454.811
Participações dos não controladores			191.289	207.707
Dividendos		126.372		126.372
Partes beneficiárias			31.083	37.708
	796.019	756.644	9.890.602	8.907.841
Lucros retidos	370.198	1.578.655	339.116	1.540.947
	1.166.217	2.335.299	10.229.718	10.448.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto

1.1 Operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na B3: Índice Bovespa - Ibovespa e Índice de Energia Elétrica - IEE.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas			% Participação			
			31/12/2022		31/12/2021	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Energest S.A. (Energest) (Nota 4.20)	Controlada	integral	-	-	100,00	-
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	99,9989	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia I SPE S.A (Energia I)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia II SPE S.A (Energia II)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00	-	40,00

1.1.1 Alteração na denominação social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram deliberadas alterações das denominações sociais das controladas, conforme relacionadas abaixo:

Denominação antiga	Denominação atual	Data de Alteração
AES Tietê Inova Soluções de Energia II (Inova Soluções de Energia II)	Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	ACS - 04/01/2022
CELG Transmissão S.A. - CELG - T	EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	AGE - 17/03/2022
UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV SP V Equipamentos)	EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)	ACS - 20/07/2022
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. (Inova Soluções de Energia)	EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	ACS - 25/11/2022

1.1.2 Constituição de controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu três novas controladas, sendo elas Energia Solar II, Energia I e Energia II. As referidas controladas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP- Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil integra, há 16 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo conquistado o 1º lugar no *ranking* geral no exercício de 2021, sendo *benchmark* no desempenho da carteira nas dimensões Geral, Natureza do Produto, Econômico, Ambiental e Social, indicando a solidez da sua estratégia de sustentabilidade. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de companhias com os melhores desempenhos de aspectos ESG, sendo referência para o investimento socialmente responsável. O ESG é um conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que pode ser usado para guiar investimentos e escolhas de consumo focadas em sustentabilidade. A Companhia mantém o seu compromisso em contribuir para 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, sendo eles: Igualdade de gênero; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida terrestre; e Parcerias e meios de implementação.

A EDP - Energias do Brasil é uma companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm) (Nota 4.23)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	222,00	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	505,10	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

Transmissão

Operação comercial

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Aliança (Nota 4.6)	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão SP-MG (Nota 4.6)	375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Goiás (Nota 4.7)	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Mata Grande Transmissora	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em fase de projeto/construção

Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Transmissão									
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

Adicionalmente a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. – Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	48,00	32,25	06/11/2053
	UHE Saltos	Produtor Independente	Concessão	SC	6,28	3,99	05/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da concessão	Potência instalada (MW)	Acréscimo de potência (MW)	Potência final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(i)	-	1,00	1,00	Obras em licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	5,57	9,40	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93	

As informações apresentadas acima foram extraídas das demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022, divulgadas ao mercado em 11 de novembro de 2022.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei no 13.360/16).

(ii) Potência final será definida com a Revisão de Projeto Básico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 38.1.1); (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do *superávit* atuarial (Nota 28); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros (Nota 15); (iv) Propriedades para investimentos (Nota 22); (v) Combinação de negócios - EDP Goiás (Nota 18.1); (vi) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27); e (vii) instrumentos financeiros derivativos (Nota 38.1.2).

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7.3); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.9); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15); Combinação de negócios - EDP Goiás (Nota 18.1); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 20); Ativos da concessão (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 23 e 24); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 28); Provisões para contingências (Nota 31.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 31.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 38.1.2).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.
- As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 19.2) e 40% da participação no capital total da Blue Sol.
- As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem em relação à data-base apresentada, uma vez que o calendário de divulgação das demonstrações financeiras da Companhia antecede ao calendário de divulgação da coligada.
- Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.9.

• Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliaram a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeito dos testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, EDP Smart SPE (Nota 1.1.1), Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão, São Manoel e Porto do Pecém;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos), EDP Smart SPE (Nota 1.1.1); e
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (3,46% a.a.) e IPCA+ (3,47% a.a.).

Para a controlada indireta EDP Smart Soluções e na controlada Porto do Pecém, verificou-se que parte do valor contábil líquido registrado dos ativos não é recuperável, portanto, houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável, sendo no valor de R\$14.971 (Nota 34) na controlada indireta EDP Smart Soluções e no valor de R\$1.206.209 (Notas 4.24 e 34) na controlada Porto do Pecém.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i>	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2022, as controladas e as controladas em conjunto obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
Santa Leopoldina	Debêntures - 1ª Emissão	jan/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai/22	mai/27	450.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai/22	mai/27	270.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Trading	Cédula de Câmbio Aditivo - MUFG	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	Capital de Giro
Porto do Pecém	Notas Comerciais - 1ª Emissão	set/22	jul/27	1.500.000	CDI + 2,4% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida.
				3.170.000		

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Controlada em Conjunto (não consolidadas nestas demonstrações financeiras (Nota 19.1))						
Cachoeira Caldeirão	BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	Subcrédito do BNDES para investimento social
São Manoel	BNDES - SUB C	jul/22	dez/25	3.261	TJLP	Subcrédito do BNDES para investimento social
				5.861		
Total em moeda nacional				3.175.861		
Consolidado						
Em moeda estrangeira						
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24	150.000 USD	USD + 1,6175%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
Santa Leopoldina	4131 ITAU - SWAP	fev/22	jan/24	64.941 USD	USD + 2,2000%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr/22	mar/23	25.565 USD	USD + 3,733%	Capital de Giro
Mata Grande Transmissora	4131 Scotiabank - SWAP	ago/22	nov/22	16.284 USD	USD + 3,18% a.a	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
Total em moeda estrangeiro				256.790 USD		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 26 e 27.

4.2 Porto do Pecém - Liquidação do financiamento do BNDES

Em 06 de outubro de 2022 a controlada Porto do Pecém efetuou a liquidação do financiamento com BNDES no valor de R\$470.301.

4.3 EDP Energias do Brasil - Agenda ESG

Em 2022, pelo 2º ano consecutivo, a EDP - Energias do Brasil ficou na 1ª posição do ranking geral no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Essa também é a 17ª vez consecutiva em que a Companhia figura na carteira, que vigora no período de 02 de janeiro de 2023 a 29 de dezembro de 2023, reunindo 70 companhias de 27 setores. Com a ambição de liderar a transição energética e uma meta global de tornar-se 100% renovável até 2030, a EDP se tornou uma das referências em ESG no mundo e, principalmente, no Brasil. A Companhia tem executado uma estratégia que tem como pilares o crescimento acelerado e sustentável, a excelência em governança e a evolução como uma organização empoderada, centrada nas pessoas e preparada para as mudanças.

Em 2022 também foi anunciada a carteira do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70) 2022, que entrou em vigor em 1º de abril de 2022 e na qual a EDP está presente sendo uma das empresas com score em nível de Liderança. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

No mês de junho, a Companhia anunciou globalmente sua nova identidade, acompanhada de seu novo propósito: “Our energy and heart drive a better tomorrow” (em português, com tradução livre “Nossa energia e coração constroem um amanhã melhor”). A nova marca traz a natureza, a tecnologia e as pessoas como eixos centrais, e tem como objetivo traduzir o compromisso da EDP - Energias do Brasil com a transição energética e seus compromissos ESG no horizonte 2021-2025. O novo logo é inspirado na circularidade da natureza, do planeta e das tecnologias de geração de energia, as turbinas hídricas, eólicas e o próprio sol – elementos centrais da estratégia da empresa, de duplicar a geração de energia renovável, a nível global, até 2025.

Pelo 3º ano consecutivo a EDP - Energias do Brasil foi considerada a empresa mais inovadora do setor de Energia Elétrica pelo anuário Valor Inovação Brasil. A pesquisa avaliou 253 organizações, que juntas investiram 60 bilhões de reais em inovação, em mais de 1000 cases avaliados. A metodologia de avaliação das empresas que participaram do *ranking* Valor Inovação Brasil teve como base cinco pilares: intenção de inovar, esforço para realizar a inovação, resultados obtidos, avaliação do mercado e geração de conhecimento.

Pela 9ª vez a EDP - Energias do Brasil foi destaque no Troféu Transparência, premiação concedida pela Associação Nacional de Executivos (ANEFAC). Nesta edição, com o objetivo de reforçar as boas práticas de governança, o prêmio teve como tema “O futuro é a transparência” e incluiu demandas ESG. Foram escolhidas as empresas com melhor qualidade das informações detalhadas, comunicação objetiva com o público e que transmitem a sensação de transparência.

Ainda na agenda de reconhecimentos, em 2022, a EDP - Energias do Brasil foi considerada a melhor empresa do setor de energia no Prêmio Exame Melhores do ESG e no prêmio Época NEGÓCIOS 360°.

Em relação à Transição Energética, ainda em 2022, a EDP - Energias do Brasil produziu sua primeira molécula de Hidrogênio Verde (H2V) na unidade de geração localizada em São Gonçalo do Amarante, no Ceará. O desenvolvimento da planta é importante para a geração de energia limpa no Brasil e faz parte dos compromissos da EDP - Energias do Brasil com o combate das mudanças climáticas. A produção da molécula é a primeira etapa estratégica do desenvolvimento do Projeto Piloto de H2 no Complexo Termelétrico do Pecém (Porto do Pecém), que contou com o investimento de R\$42 milhões, sendo a primeira unidade do Estado e da EDP - Energias do Brasil.

4.4 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início “da pandemia do covid -19”, com impactos no exercício de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no exercícios de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
Despacho (DSP) ANEEL nº 939 de 05 de abril 2021	O Despacho ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R\$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R\$491 milhões. O valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo da Cobertura Tarifária Anual é de R\$141.414 e R\$87.916 e o valor do Encargo Mensal é de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.	Para o exercício de 2022 o valor do recolhimento destinado à controlada EDP São Paulo é de R\$70.706, e para controlada EDP Espírito Santo é de R\$43.958 para CDE Conta-covid, sendo o pagamento mensal de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa (REN) nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021	A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e três terão revogação parcial. Os efeitos da REN tiveram início em 1º de janeiro de 2022	As controladas de distribuição estão em processo de adequação das alterações decorrentes da REN. Para isso, foi definido plano de ação de três fases atendendo os prazos definidos pela ANEEL.
Resolução Homologatória (REH) nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021	A REH ANEEL nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A EDP São Paulo deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R\$89.216, e a EDP Espírito Santo o montante de R\$54.505 mensais até abril de 2022, conforme consta do Anexo I da referida Resolução. A partir de maio de 2022, a EDP São Paulo deverá pagar diretamente à CCEE o montante mensal de R\$86.084 e a EDP Espírito Santo o montante de R\$52.592, até o mês de dezembro de 2022.	As cotas mensais destinadas às controladas EDP São Paulo e Espírito Santos desde maio de 2022, foram respectivamente de R\$86.084 e R\$52.592. O pagamento foi realizado mensalmente até dezembro de 2022.

4.5 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos

Diante do cenário de escassez hídrica ocorrido no exercício de 2021, as autoridades brasileiras e os agentes reguladores do mercado de energia tomaram diversas medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, garantindo a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país. Ao final do exercício de 2021 e para a extensão do exercício de 2022, o aumento das chuvas ocasionou melhorias significativas para o cenário hidrológico no país. Algumas das medidas adotadas entre os exercícios 2021 e 2022 apresentar efeitos no exercício de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
	Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da REH nº 2.888/2021, alterando de R\$1,343 para R\$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R\$4,169 para R\$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R\$6,243 para R\$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos.	Valores foram vigentes até abril de 2022.
Bandeiras tarifárias - faixas de acionamento e adicionais	Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da bandeira Escassez Hídrica é de R\$14,20 a cada 100kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social, aos quais deverá ser aplicada a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021. Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2, da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública - CP nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG. Os valores estiveram vigentes desde 1º de setembro de 2021 a abril de 2022. Foi aberta CP nº 012/2022, a fim de realizar a atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias.	A CP nº 012/2022 foi concluída e resultou na REN nº 3.051/22 que estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias.
	A REN nº 3.051/22 estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de julho de 2022. As principais medidas são: (i) a partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos PRORET, serão as definidas no Abaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias; e (ii) a partir de 1º de julho de 2022, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de R\$30/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, R\$65/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de R\$98/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.	As novas faixas de acionamento de Bandeiras Tarifárias estão em vigor desde julho de 2022
Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021	A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i) prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica. Esta MP entrou em vigor em 13 de dezembro de 2021 (Nota 16.3), data de sua publicação e foi prorrogada até maio de 2022.	A MP teve seu prazo encerrado em maio de 2022.
REN nº 02 de 31 de agosto de 2021	A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50 para cada 100kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo reconheceram os montantes de R\$64.018 e R\$59.807, respectivamente, referente a este subsídio em dezembro de 2021.	As controladas de distribuição liquidaram em 30 de junho de 2022 o montante total de subsídios destinados às mesmas (Nota 16.2.1).
Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022	O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.	Com a deliberação da CP nº 02/2022 sobre a MP nº 1.078/21 e o Decreto nº 10.939/2022, entrou em vigor a REN nº 1.010/2022
DSP ANEEL nº 397 de 10 de fevereiro de 2022	O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos relativos ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2/2021, emitida pela CREG.	As controladas de distribuição realizaram o reconhecimento do subsídio previsto conforme operacionalização prevista no DSP, mais detalhes na nota 16.2.1
Resoluções Normativas - REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e REN nº 1.010 de 29 de março de 2022 (Conta escassez hídrica)	A REN nº 1.008/22 dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes. Estabelecer os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Em 29 de março de 2022, foi publicada a REN nº 1.010/22 que define os valores dos repasses de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras que ocorrerão até 28 de fevereiro de 2023.	A REN nº 1.010/22 entrou em vigor na data de sua publicação, e determina o montante de R\$59.174 como teto a ser repassado à controlada EDP São Paulo e R\$49.853 à controlada EDP Espírito Santo, que foram aplicados na revisão tarifária de 2022.

4.6 Transmissoras - Entrada em Operação Comercial Total**EDP Transmissão SP-MG**

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, naquela data, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão da EDP Transmissão SP-MG, com 7 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP Parcial de R\$111,800, sendo 45% da RAP total.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que o ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A, com 3 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$248.444.

EDP Transmissão Aliança

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliança, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$208.035, resultando em receita antecipada total de R\$143.100.

EDP Transmissão Litoral Sul

Em 05 de julho de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Litoral Sul. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$51.449.

Mata Grande Transmissora

Em 1 de agosto de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial total das instalações do trecho final da Mata Grande Transmissão, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$10.145.

4.7 Conclusão de investimento na EDP Goiás (Nota 1.1)

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante atualizado de R\$2.113.690, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da EDP Goiás, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente, para mais detalhes vide nota 18.1.

4.8 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2022 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Anual para Lucro Real Trimestral.

4.9 Distribuidoras - Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET

A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores. Foram recebidas 140 contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.

4.10 Porto do Pecém - Estoque de carvão

A controlada Porto do Pecém, considerando cenário hídrico (Nota 4.5) e energético global no exercício de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para o primeiro semestre de 2023, efetuou acordo de venda de seu estoque com a EDP Espanha, sendo: (i) 117mil toneladas entregues no 2º trimestre de 2022 tendo recebido o valor de R\$166.088; (ii) 114mil toneladas sendo vendido no montante de R\$179.415 no 3º trimestre de 2022 tendo recebido 80% como adiantamento no 2º trimestre de 2022, o restante pelo montante no valor de R\$43.203 foi recebido no 4º trimestre de 2022; e (iii) 75mil toneladas entregue no 4º trimestre de 2022 e liquidado em dezembro de 2022.

4.11 Destinação de lucro, distribuição de dividendos e JSCP de 2021

Em 05 de abril de 2022, foi realizada a AGOE, onde a Companhia deliberou a destinação de lucro líquido e a distribuição de JSCP e dividendos referentes ao exercício de 2021. Serão distribuídos na forma de JSCP o montante de R\$454.811, correspondente a R\$0,79 por ação, e na forma de dividendos o valor de R\$803 milhões, equivalente a R\$1,40 por ação, totalizando R\$2,19 por ação. O JSCP e Dividendos foram pagos integralmente em 25 de maio de 2022 e 31 de maio de 2022, respectivamente.

4.12 Desenvolvimento de projeto de energia solar larga escala - Novo Oriente Solar ("Novo Oriente" ou "Projeto")

Em 20 de abril de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. em co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024. O Projeto possui um contrato de venda de energia ("PPA") de 120MWac. Este investimento reforça a orientação estratégica da EDP - Energias do Brasil, apresentada ao mercado no Plano Estratégico 2021-2025, sendo o maior projeto de larga escala na ampliação da sua participação no segmento Clientes, especificamente geração solar.

4.13 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
REN nº 1.009 de 22 de março de 2022	A REN nº 1.009/22 estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, sendo as principais: (i) estabelecer os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica; (ii) determinar as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e (iii) estabelecer as condições para a comercialização de energia elétrica, proveniente de geração distribuída.	As RNEs referem-se à consolidação de normativos relativos à pertinência temática Contratação de Energia, sem alteração de mérito ou conceito.
REN nº 1.018 de 26 de abril de 2022	A REN nº 1.018/22 altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências.	
REN nº 1.015 de 12 de abril de 2022	A REN nº 1.015/22 estabelece a obrigação de aporte de garantias financeiras no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) e altera a redação de medidas estabelecidas pela Resolução Normativa nº 1.009/22 que são: (i) os compradores deverão aportar as garantias financeiras e declarar montante de energia elétrica e preço, por submercado e por tipo de energia convencional ou convencional especial, a que estão dispostos a negociar; (ii) as distribuidoras que estiverem inadimplentes com qualquer obrigação financeira no âmbito da CCEE, na data de liquidação financeira do MVE, terão a sua receita capturada para quitação de seus débitos, inclusive aquela oriunda da execução das garantias financeiras; e (iii) para a suspensão do processo de desligamento, o comprador inadimplente deverá efetuar o pagamento da multa rescisória e de outros valores eventualmente devidos. A CCEE deverá promover diretamente ou contratar instituição financeira para os serviços de depósito, avaliação, custódia e execução das garantias financeiras referidas.	A REN determina a instituição de garantias financeiras para participação no MVE, com objetivo de proporcionar maior segurança para os agentes de distribuição.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Publicação	Descrição	Status
DSP nº 1.007 de 19 de abril de 2022	O DSP nº 1.007/2022 defere o Requerimento Administrativo interposto pela Companhia EDP - Energias do Brasil, mediante a aprovação da flexibilização excepcional do limite interposto pelo inciso III do art. 111 da REN nº 1.009, de 2022, para todas as distribuidoras, referente aos processamentos do MVE para 2022, devendo ser adotado o valor de 30%.	A flexibilização pleiteada pela Companhia foi aceita, desta forma os aumentos de limites declarados no MVE serão de até 30%.
REN nº 1.015 de 12 de abril de 2022	A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores.	Foram recebidas contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.
REN nº 1.018 de 26 de abril de 2022	A REN nº 1.018/22 altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências.	A REN nº 1.018/22 entrou em vigor em 1º de junho de 2022.
REN nº 1.044 de 30 de setembro de 2022	A REN nº 1.044/2022, estabelece os procedimentos para compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica e revoga as Resoluções Normativas nº 375/2009 e nº 797/2017.	A REN nº 1.044/22 entrou em vigor em 1º de novembro de 2022.
Portaria Normativa nº 50 de 28 setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 50/2022, definindo o limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores de que trata o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.074/1995. A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e os consumidores do Grupo A com carga individual inferior a 500kW, também poderão optar pela compra de energia desde que representados por agente varejista perante a CCEE.	A Administração da Companhia tem buscado estruturação em grupo, preparando-se para o cenário de 2024.
DSP ANEEL nº 2.776 de 30 de setembro de 2022	O DSP ANEEL nº 2.776/2022, reconhece os investimentos referentes à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-00380-0042/2012, cuja proponente é a controlada EDP Espírito Santo, no montante de R\$1.079.	A controlada EDP Espírito Santo realizou o reconhecimento do investimento previsto conforme operacionalização no DSP.
REN nº 1.041 de 23 de setembro de 2022	A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária. Essa norma impactará parte das geradoras do Grupo EDP - Energias do Brasil, porém apenas após o fim do ciclo de estabilização da TUST.
DSP nº 2.040 de 8 de agosto de 2022	O DSP nº 2.040/2022, reconhecendo o valor de R\$6.334, referidos a setembro de 2018, referente ao ressarcimento dos custos com materiais, equipamentos, impostos e serviços incorridos com a implantação do Serviço Ancilar de Sistema Especial de Proteção – SEP na controlada em conjunto São Manoel	A controlada em conjunto São Manoel realizou o reconhecimento do montante.
Portaria Normativa nº 1.562 em 22 de setembro de 2022	O MME publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da controlada EDP Goiás.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação.
REN nº 1.047 de 16 de novembro de 2022	A REN nº 1.047/22 alterando a REN nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, para regular a Lei nº 11.445, de 2007, com redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020, que possibilita a cobrança de taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos na fatura de energia elétrica.	A REN possibilita às companhias de distribuição a cobrança de prestação de serviços na fatura de energia, assim como já acontece com a iluminação pública. As distribuidoras podem cobrar o valor de até 1% do montante arrecadado.
DSP nº 3.333 de 01 de dezembro de 2022	O DSP nº 3.333/22 reconhecendo os investimentos referentes à realização do Projeto de Eficiência Energética, cuja proponente é a EDP Espírito Santo no valor total de R\$2.985.	A controlada EDP Espírito Santo realizou o reconhecimento do investimento previsto conforme operacionalização no DSP.
REH nº 3.165 de 23 de dezembro de 2022	A REH nº 3.165/22 homologa as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 1 de janeiro de 2023.	A REN nº 3.165/22 entrou em vigor em 1º de junho de 2022, e determina o valor mensal a ser recolhido a CDE de R\$82.6 milhões para a controlada EDP São Paulo e de R\$51.6 milhões para a controlada EDP Espírito Santo.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4.14 TUST - Ciclo tarifário 2021/2022

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.021 de 30 de maio 2022	A REN nº 1.021/22 mantém a regra de transição para os geradores que tiveram a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica – TUST revisada e aumentada até o ciclo tarifário 2021/2022, conforme art. 8º da REN nº 559/2013; e afasta a regra de transição: (i) a partir do ciclo 2022/2023 para os geradores com TUST estabilizada que tiveram o cálculo definido sob a vigência da Resolução Normativa nº 267/2007; e (ii) para os geradores que tiveram a TUST estabilizada revisada e reduzida até o ciclo tarifário 2021/2022.	A REN nº 1.021/2022 afastou a regra de transição para a UTE Porto do Pecém I, sendo definido um crédito de R\$25.656 que será disponibilizado no ciclo tarifário 2022/2023, que se iniciou em julho de 2022

4.15 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga CEJA

Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Enerpeixe

Em 15 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.998 com a extensão de 2.011 dias no prazo da outorga da UHE Peixe Angical.

Cachoeira Caldeirão, Energest (Nota 4.19), Investco e São Manoel

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 82 dias no prazo da outorga da UHE Cachoeira Caldeirão, 604 dias no prazo da outorga da UHE Mascarenhas, 980 dias no prazo da outorga da UHE Lajeado e 243 dias no prazo da outorga de São Manoel.

4.16 Lei Complementar (LC) Nº 194

Publicação	Descrição	Status
Lei Complementar (LC) Nº 194, de 23 de junho de 2022 e Ofício ANEEL nº 54, de 22 de julho de 2022	A referida LC e o Ofício da ANEEL, endereçado ao Confaz e COTEPE/ICMS, consideram, entre outras informações, a inclusão de energia elétrica como bem e serviço essencial e indispensável, trazendo limitadores da alíquota de ICMS para recolhimento, bem como outras providências.	A Administração das controladas de distribuição aplicou a redução da alíquota de ICMS nas transações abrangidas pela referida LC.

4.17 Transmissoras - Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo critérios para as controladas que passaram por revisão e ajustes e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, para ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, sendo parte da RAP em investimento. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho – DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de reconsideração interpostos pela transmissora controlada indireta EDP Goiás, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

	RAP 2022 REH nº 3.067	RAP 2021 REH nº 2.895	RAP 2021 REH nº 2.959
EDP Transmissão Aliança	239.182	214.070	214.070
EDP Transmissão Litoral Sul	60.781	54.399	54.399
EDP Transmissão SP-MG	277.590	248.444	248.444
Mata Grande Transmissora	10.145	9.080	9.080
EDP Goiás	289.005	222.106	241.498
	876.703	748.099	767.491

4.18 EDP Espírito Santo - 9ª Revisão Tarifária Periódica

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.091 de 5 de agosto de 2022, homologou o resultado da 9ª Revisão Tarifária Periódica da companhia aplicado a partir de 7 de agosto de 2022.

O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 11,50%, sendo 12,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 11,10% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada três anos na companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de Administração, Operação e Manutenção (CAOM) e (ii) o custo Anual dos Ativos (CAA). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são definidos com base em projeções para os doze meses subsequentes, assim como na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 0,84%; "T": 0,86%; e "Q": -0,33%.

Na composição da revisão tarifária de 2022 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$5,7 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R\$3,8 bilhões.

O índice regulatório definido pela ANEEL para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 7,18%, sobre a energia injetada. Já para as Perdas Não Técnicas de Baixa Tensão, a trajetória regulatória atingirá o patamar *flat* de 11,80% para o ciclo.

A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R\$111.853 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela Companhia e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente para a atualização do investimento incremental, IPCA versus Banco de Preço.

O montante dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi positivo de R\$119.117, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela controlada EDP Espírito Santo no período tarifário, e a previsão dos custos futuros.

4.19 EDP - Energias do Brasil - Alienação de 100% do capital social da subsidiária Energest

Em 30 de agosto de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, naquela data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela VH GSEO UK Holdings Limited, uma subsidiária da Victory Hill Global Sustainable Energy Opportunities para formalizar a alienação de 100% do capital social da Companhia Energest, conforme apresentado na nota 17, detentora da Usina UHE Mascarenhas que possui 198MW de capacidade instalada e está situada no estado do Espírito Santo.

Em 07 de dezembro de 2022 a Companhia divulgou novo Comunicado ao Mercado informando a conclusão da venda, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes.

Devido à conclusão desta alienação, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda deste investimento, que havia sido desta forma classificado em outubro de 2021.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A transação foi concluída em linha com os termos e condições previamente divulgados no valor total de R\$1.225.000 tendo recebido, na referida data, o valor de R\$800.000 deduzidos dos dividendos antecipados e ajustes de caixa resultando no valor líquido de R\$707.655. A apuração dos ganhos na alienação desta operação está apresentada na nota 17.1.

4.20 EDP São Paulo - Reajuste Tarifário Anual

Em 18 de outubro de 2022 a controlada EDP São Paulo comunicou ao mercado que a ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida nesta data, aprovou o Reajuste Tarifário Anual a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2022.

O efeito médio percebido pelos consumidores será de 8,05%, sendo 20,04% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 2,35% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes. A Parcela "B" foi ajustada em 9,00%, resultando em um saldo atualizado de R\$1.730.957, frente a parcela B homologada em 2021. O IGP-M apurado para o período tarifário é de +8,25% e o Fator X de 0,06%.

Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram o aumento dos encargos setoriais e compra de energia, ainda como reflexo da crise hídrica enfrentada em 2021. Por outro lado, medidas de mitigação tarifária foram adotadas, tais como a reversão dos créditos de PIS e COFINS e do empréstimo da conta escassez hídrica, contribuindo para reduzir o reajuste em 17%.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$332.182, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada EDP São Paulo no período tarifário de 2022 a 2021, além da previsão dos custos futuros e reversão dos créditos de PIS e COFINS no valor de R\$831.181.

4.21 Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHES Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia. A partir de 1º de janeiro de 2023, suas controladas e controladas em conjuntos estão em conformidade com a nova garantia física, abaixo demonstramos as novas garantias físicas:

	Energia assegurada (MW/m)
Enerpeixe	266,6
Investco	579,9
CEJA	211,3
Cachoeira Caldeirão	123,3

4.22 EDP Trading - Lote 2 Leilão de Transmissão nº 2/2022

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 2/2022, realizado pela ANEEL naquela data, a Companhia foi vencedora do Lote 2, situado no estado de Rondônia, com RAP de R\$ 24,9 milhões, deságio de 45,1%. Este lote, com 188 km de linhas de transmissão, possui grande sinergia com a EDP Transmissão Norte, localizada entre os estados do Acre e Rondônia, cujo avanço físico atual de construção é de 22%. Essa sinergia se mantém tanto no processo de construção quanto na operação e manutenção dos ativos.

O resultado deste leilão reforça a presença do Grupo EDP - Energias do Brasil e a estratégia da Companhia em manter o reforço dos investimentos em Transmissão, com rentabilidade adequada.

4.23 PCH Santa Leopoldina - Aquisição adicional de ações da EDP Goiás

Durante o mês de dezembro de 2022, a Controlada PCH Santa Leopoldina adquiriu ações da controlada indireta EDP Goiás. Foram adquiridas, ao todo, 16.077 ações ordinárias pelo preço de R\$10,30 cada, totalizando o montante de R\$166. Dessa forma, a Controlada passou a deter 329.720.499 ações, que representam 99,9989% do capital social total da EDP Goiás.

4.24 Redução no valor recuperável (impairment) dos ativos e valor justo da UTE Porto do Pecém

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, diante do cancelamento do Leilão de Reserva de Capacidade na Modalidade de Potência que estava previsto para ocorrer ao final de 2022, e considerando que este foi o primeiro ano em que a controlada Porto do Pecém poderia participar dessa modalidade de Leilão, efetuou os testes previstos no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Neste sentido, ocorreu o reconhecimento de redução no valor contábil de ativos da controlada Porto do Pecém no montante de R\$833.576 (Nota 34), acrescido da redução do valor de impostos diferidos ativos realizáveis no montante de R\$85.795.

Com base no valor em uso calculado nos cenários, houve a necessidade da baixa dos valores justos reconhecidos à época da aquisição de 100% das ações da controlada Porto do Pecém, em 2015. Este registro, atualizado em dezembro de 2022 líquido de impostos, foi de R\$286.838, totalizando a imparidade o montante de R\$1.206.209.

Apesar deste fato não afetar a geração de caixa até julho 2027, a Companhia ao realizar o referido teste de recuperabilidade, considerou uma ponderação dos cenários, após 2027, para o cálculo do valor recuperável, o valor em uso – *enterprise value*: (i) não reconstrução; e (ii) reconstrução em possível Leilão. Ainda, a Companhia reforçou que o reconhecimento não traz impacto no cumprimento dos contratos e demais obrigações da Companhia e da Porto do Pecém, inclusive *covenants* financeiros em contratos relevantes; na capacidade de geração de fluxo de caixa; no índice de dívida líquida; e na expectativa de pagamentos, para o exercício de 2023, de proventos previstos na sua Política de Dividendos, aprovada em 28 de agosto de 2020 (Nota 32.2).

5 Caixa e equivalentes de caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	31.680	2.581	215.211	130.962
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	939.845	930.122	3.833.678
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2		119.355	22.824
Fundos de investimento	5.3	9	28.952	1.704
			939.854	930.122
			3.981.985	2.568.528
Total		971.534	4.197.196	2.699.490

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 38.2.1.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 90,00% e 109,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referente as controladoras, e foram remuneradas a taxas que variaram entre 81,00% e 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5.3 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo constituíram um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor. A rentabilidade do fundo no exercício foi equivalente a 97,18% do CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de Investimento	6.1	1.952	11.722	6.697	2.500
Total		1.952	11.722	6.697	2.500

6.1 Fundos de investimento

O montante no Circulante refere-se, substancialmente, aos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 96,96% do CDI. O montante no Não Circulante refere-se principalmente, aos títulos da Companhia e são decorrentes de aplicação em Cotas Subordinadas Júnior de fundo de investimento em direitos creditórios, veículo de securitização constituído para financiar a cadeia de fornecedores de empresas pertencentes ao Grupo Econômico da EDP- Energias do Brasil.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Contas a Receber

		Consolidado													
		Valores Correntes							Valores Renegociados						
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida			PECLD (Nota 7.9)	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PECLD (Nota 7.9)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021	
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias				Mais de 60 dias
Circulante															
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		248.364		271.155	48.197	80.680	318.776	(325.944)	24.844	70.869	17.051	68.364	(95.690)	726.666	852.904
Industrial		47.932		17.392	3.300	7.309	46.104	(36.732)	2.387	2.334	877	10.739	(4.452)	97.190	115.225
Comércio, Serviços e Outras Atividades		89.565		54.122	8.849	25.920	111.825	(98.215)	4.841	14.005	3.254	20.023	(24.919)	209.270	252.545
Rural		31.331		26.126	4.844	12.010	31.403	(29.769)	4.109	8.486	1.747	4.202	(5.576)	88.913	98.149
Poder Público															
Federal		1.581		176	61	79	192	(78)	55	5		63	(11)	2.123	2.961
Estadual		3.608		373	114	738	866	(273)	21	28	2	72	(12)	5.537	6.727
Municipal		13.494		3.406	462	1.416	2.345	(1.000)	539	1.355	213	129	(68)	22.291	27.283
Iluminação Pública		3.480		3.960	1.540	1.740	12.941	(14)	532	2.695	156	1.159	(1)	28.188	37.757
Serviço Público		11.135		617	210	955	1.943	(637)	217	719	185	424	(297)	15.471	27.134
Cientes livres		128.845	1.055			3.010		(3.010)						129.900	119.014
Serviços Cobráveis		104		2.134	1.033	1.442	6.627	(5.083)						6.257	3.808
Fornecimento não faturado	7.3	504.981						(3.073)						501.908	641.266
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(18.075)												(18.075)	(2.242)
Outros créditos	7.4	28.984		4		21	208							29.217	29.649
		1.095.329	1.055	379.465	68.610	135.320	533.230	(503.828)	37.545	100.496	23.485	105.175	(131.026)	1.844.856	2.212.180
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.5	400.102		505		397	507	(397)	205					401.319	529.837
Energia de curto prazo		9.655												9.655	18.297
Encargos de uso da rede elétrica	7.6	107.625		184	2		1.761	(678)	315	109				109.318	18.551
Outros créditos		20.844												20.844	27.842
		538.226	-	689	2	397	2.268	(1.075)	520	109	-	-	-	541.136	594.527
Clientes															
Eficiência energética		2.341	13.164	719	233	92	3.541	(3.981)						16.109	22.133
Serviços de gerenciamento de assinaturas		488		112	39	13	150	(145)						657	1.539
Dispêndios a reembolsar		3.237	3.928	939	62	35		(97)						8.104	6.536
Geração de vapor		11.700												11.700	7.793
Construção de usina solar			2.997											2.997	953
Arrendamentos		7.428	3.039	308	486	167		(452)						10.976	9.333
Outros clientes		8.328	8	233		103	150	(220)						8.602	1.296
		33.522	23.136	2.311	820	410	3.841	(4.895)	-	-	-	-	-	59.145	49.583
Total Circulante		1.667.077	24.191	382.465	69.432	136.127	539.339	(509.798)	38.065	100.605	23.485	105.175	(131.026)	2.445.137	2.856.290

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado								
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida		Renegociada a Vencer	Renegociada Vencida			
	Nota	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.9)	Mais de 360 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.9)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Não circulante										
Consumidores										
Fornecimento faturado	7.2									
Residencial						69.296		(32.195)	37.101	9.213
Industrial				4.983	(3.213)	984		(489)	2.265	2.128
Comércio, Serviços e Outras Atividades				18	(18)	21.767		(12.350)	9.417	3.537
Rural						5.114		(1.277)	3.837	775
Poder público										
Federal									-	2
Estadual									-	3
Municipal						70	2.721		2.791	5.406
Iluminação pública						735	1.567		2.302	3.030
Serviço público						29	29	(14)	44	22
(-) Ajuste a valor presente						(1.844)	(1.676)		(3.520)	(730)
		-	-	5.001	(3.231)	96.151	2.641	(46.325)	54.237	23.386
Concessionárias										
Outros créditos		910		119	(119)				910	909
		910	-	119	(119)	-	-	-	910	909
Clientes										
Eficiência energética			19.206						19.206	22.849
Dispêndios a reembolsar			11.041						11.041	19.745
Arrendamentos			65.536						65.536	37.088
Outros clientes	7.8		77.032						77.032	-
		-	172.815	-	-	-	-	-	172.815	79.682
Total Não circulante		910	172.815	5.120	(3.350)	96.151	2.641	(46.325)	227.962	103.977

Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características das Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera a o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A redução observada refere-se a: (i) em 31 de dezembro de 2022 ocorreu aumento do saldo provisionado de PECLD (Nota 7.9) quando comparado ao exercício anterior, ocasionando uma redução do saldo de contas a receber; e (ii) bandeira tarifária verde vigente de maio a dezembro de 2022, o que resultou na redução dos saldos a receber (Nota 4.5). Adicionalmente, também houve impacto da aplicação da LC nº194/2022 (Nota 4.16).

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica refere-se ao impacto do fornecimento não faturado decorrente da redução da bandeira tarifária, no exercício de 2022 quando comparado ao de 2021 (Notas 4.5 e 33.9), além do impacto da aplicação da LC nº194/2022 (Nota 4.17).

7.4 Outros créditos - Consumidores

Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$43.296 (R\$29.649 em 31 de dezembro de 2021), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 31 de dezembro 2022 no valor de R\$43.291 (R\$28.442 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 29).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se a: (i) à controlada Porto do Pecém, que no exercício de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país (Nota 4.5); (ii) à controlada Enerpeixe, devido a estratégia de sazonalização exercida pela controlada, em relação aos contratos de venda, que para o ano foram superiores quando comparados com o exercício de 2022; e (iii) à controlada EDP Trading, onde ocorreu aumento na comercialização dos contratos de energia.

7.6 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

O aumento apresentado no exercício refere-se (i) aquisição da controlada EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.1); e (ii) EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul e Mata Grande Transmissão que entraram em operação total em fevereiro, maio, julho e agosto de 2022, respectivamente. Assim, a variação ocorre devido ao faturamento de RAP nos meses junho a dezembro de 2022. A RAP remunera o investimento na linha de transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

7.7 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a taxa correspondente para à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando negativamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$2.790 (R\$484 em 2021 positivamente).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do exercício em R\$4.053 (R\$3.903 em 2021).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.8 Outros clientes

O aumento no saldo no período refere-se à controlada EDP Smart Serviços, pelo o reconhecimento de um contrato de locação da usina fotovoltaica, localizada no município de Janaúba – MG, cuja geração mínima esperada é de 10.038Mwh, para o qual houve celebração de aditivo alterando o prazo do contrato, cuja vigência passou a ser vinte e três anos, desta forma válido até 31 de dezembro de 2045. Dada as alterações provenientes do aditivo o contrato apresentou características de arrendamento financeiro e desta forma houve o reconhecimento inicial das contraprestações descontadas pela taxa implícita.

7.9 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Saldo em 31/12/2021	PECLD esperada Ao longo da vida	Consolidado		Saldo em 31/12/2022
			Revisão de risco (i)	Resultado de perdas	
			PECLD		
Consumidores					
Residencial	(388.086)	(116.578)	567	50.268	(453.829)
Industrial	(45.688)	(7.448)	(959)	9.209	(44.886)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(127.639)	(24.632)	965	15.804	(135.502)
Rural	(36.900)	(8.652)	6.365	2.565	(36.622)
Poder Público	(1.519)	(27)	278	(174)	(1.442)
Iluminação Pública	-	(318)	(1.489)	1.792	(15)
Serviço Público	(792)	(229)	41	32	(948)
Clientes livres	(2.867)		(143)		(3.010)
Serviços Cobráveis	(5.095)		12		(5.083)
Não faturado	(4.331)	1.258			(3.073)
	(612.917)	(156.626)	5.637	79.496	(684.410)
Concessionárias	(498)		(696)		(1.194)
Clientes	(4.298)	(569)	(28)		(4.895)
Total	(617.713)	(157.195)	4.913	79.496	(690.499)
Circulante	(597.362)				(640.824)
Não circulante	(20.351)				(49.675)

(i) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Para as controladas de distribuição e comercialização, de acordo com os estudos realizados pela Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, novos percentuais da PECLD passaram a ser aplicados, referente aos faturamentos de 2022 com base em um novo estudo da Matriz. A matriz anterior à pandemia do COVID-19, permanece sendo aplicada aos faturamentos referentes ao citado exercício, não tendo sido identificado aumento relevante de perda esperada conforme demonstrado no quadro a seguir.

Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	31/12/2022							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
			Clientes ativos				Clientes ativos	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

	31/12/2021							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
			Clientes ativos				Clientes ativos	
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,79%	n/a
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a

Para fins de PECLD, a Administração das controladas de distribuição adotou como prática as seguintes premissas de mensuração:

- A aplicação mensal de matriz de inadimplência, com bases em análises de arrecadação;
- Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz passou a ser de 4 meses;
- Revisão do risco de crédito do consumo irregular, com base nas informações históricas de clientes;
- Atualização do risco de crédito pelo cenário econômico atual considerando projeção dos parâmetros do indicador LCA regional para área de concessão; e
- Período de recebimento da carteira de recebíveis em 60 meses, que converge com o período regulatório para recuperação de crédito junto dos consumidores.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alteração nas premissas de mensuração.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 38.2.4.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado							Valores em		
	Saldo em 31/12/2021	Apropriação	Amortização (i)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Circulante	Não circulante	Valores em amortização	Valores em constituição	
								IRT (*) 2022	IRT (*) 2023	IRT (*) 2024
CVA										
Compra de energia (ii)	259.398	(881.881)	(52.876)	(42.502)	(717.861)	(508.712)	(209.149)	(368.370)	(436.777)	87.286
Custo da Energia de Itaipu (iii)	566.243	167.662	(430.983)	51.099	354.021	286.085	67.936	250.216	103.805	
PROINFA (iv)	28.507	73.808	(44.534)	5.057	62.838	65.066	(2.228)	65.927	(3.089)	
Transporte Rede Básica (v)	93.652	115.356	(99.178)	9.057	118.887	72.721	46.166	51.883	67.004	
Transporte de Energia - Itaipu	15.084	13.445	(12.319)	1.368	17.578	12.034	5.544	9.183	8.395	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)	527.929	(328.504)	(169.812)	41.287	70.900	113.599	(42.699)	114.826	(43.926)	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)	(101.676)	246.145	11.311	27.222	183.002	151.561	31.441	134.646	48.356	
	1.389.137	(593.969)	(798.391)	92.588	89.365	192.354	(102.989)	258.311	(256.232)	87.286
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (viii)	(79.908)	224.646	42.881	(4.412)	183.207	56.990	126.217	(15.693)	198.900	
Neutralidade da Parcela A (ix)	(40.827)	26.895	32.573	(220)	18.421	2.752	15.669	(644)	5.353	13.712
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x)	(249.623)	(103.893)	185.920	(1.117)	(168.713)	(70.958)	(97.755)	(44.791)	(85.781)	(38.141)
Risco Hidrológico (xi)	(362.418)				(362.418)	(169.025)	(193.393)	(215.201)	(147.217)	
Outros (xii)	54.064	(165.233)	317.241	9.510	215.582	(10.117)	225.699	44.011	172.346	(775)
	(678.712)	(17.585)	578.615	3.761	(113.921)	(190.358)	76.437	(232.318)	143.601	(25.204)
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	21.305		(30.144)		(8.839)	(8.839)			(8.839)	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 9.2.2)	(1.425.643)		548.788	(93.169)	(970.024)	(952.123)	(17.901)	(970.024)		(17.901)
	(1.404.338)	-	518.644	(93.169)	(978.863)	(960.962)	(17.901)	(970.024)	(8.839)	(17.901)
Total	(693.913)	(611.554)	298.868	3.180	(1.003.419)	(958.966)	(44.453)	(944.031)	(121.470)	44.181
Ativo Circulante	643.174				80.687	80.687				
Ativo Não circulante	786.263				72.641		72.641			
Passivo Circulante	627.003				1.039.653	1.039.653				
Passivo Não circulante	1.496.347				117.094		117.094			

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" – CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada exercício contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no exercício

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, somava um valor de R\$693.913, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022 equivale ao montante de R\$1.003.419. A variação no exercício, no montante de R\$309.506, foi causada pelos seguintes motivos:

- (i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$298.868 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- (ii) Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2021 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no exercício de 2022 em razão das fluências registradas, houve redução do acionamento das usinas termelétricas (Nota 4.5). Além disso, até meados de abril estava em vigor a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 33.9), o que contribuiu para atenuar o déficit registrado ao final de 2021.
- (iii) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2021 da controlada EDP São Paulo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,10 para a definição da cobertura tarifária. Já para o processo tarifário de 2022, a premissa considerada foi de R\$5,34. Ocorre que a taxa cambial do dólar verificada no exercício atual sofreu variações, contribuindo para a formação do resultado em análise. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da controlada previsto para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no exercício foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório.
- (iv) PROINFA: A variação no exercício analisado decorre do aumento do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos Reajustes de 2021. A publicação das quotas do PROINFA de 2022 foi definida pela REH nº 2.995/21.
- (v) Transporte rede básica: O saldo observado no exercício refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2022/2023, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2022/2023 foram definidas pela REH nº 3.066/22.
- (vi) Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às Distribuidoras no exercício mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito. Além disso, no exercício verificado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.5. Adicionalmente temos o efeito, do custo do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica que conforme Resolução CREG nº 2 (Nota 4.4), serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, seguindo os Ofícios nº 131/2022-SGT/ANEEL e 132/2022-SGT/ANEEL, além do Despacho nº 397/2022 (Nota 4.5), os custos foram contabilizados em março de 2022.
- (vii) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: a variação positiva acumulada no exercício analisado é devido ao aumento do valor das quotas quando comparadas ao exercício de 2021. A publicação das quotas da CDE a serem recolhidas pelas Distribuidoras foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.004/22 (Nota 4.3).
- (viii) Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no exercício ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a controlada EDP São Paulo negociou 158,00/MWm ao preço de R\$280,45/MWh, e a controlada EDP Espírito Santo negociou 119,07/MWm ao preço de R\$286,93/MWh.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O Despacho nº 2.508/2020 emitidos pelas Superintendências de Regulação de Mercado (SRM) e Gestão Tarifária (SGT), no qual se publicou os montantes de involuntariedade das sobrecontratações dos anos de 2016 e 2017, as controladas e a ABRADDEE interpuseram Recursos Administrativos com o objetivo de: (a) revisar o critério utilizado pelas Superintendências na apuração do máximo esforço, de maneira a reconhecer a voluntariedade na sobrecontratação do ano de 2017, conforme regulamentação vigente; e (b) solicitar a suspensão dos efeitos do referido Despacho, enquanto não apreciado o mérito dos recursos. No que compete à revisão do critério do máximo esforço, a ANEEL deverá avaliar o mérito dos Recursos Administrativos apresentados, cuja decisão competirá à Diretoria Colegiada da Agência. Com relação ao segundo ponto, a diretoria da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.897/2020 negando a concessão de efeito suspensivo aos Recursos Administrativos.

Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária no que diz respeito ao máximo esforço, migração de consumidores livres e efeitos da distribuição de cotas que refletem nos montantes de 2016 em diante.

Em agosto de 2022 foi publicado o Despacho nº 2.169/2022 que reconheceu o montante de exposição e sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 reconhecendo a retirada do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária, com desfecho favorável em relação ao efeito suspensivo do Despacho nº 2.508/2020, além disso, foi decidida a retirada da adoção de novo de máximo esforço, conforme citado acima.

Por fim, vale ressaltar que no Reajuste Tarifário de 2018 da controlada EDP Espírito Santo, a Diretoria Colegiada da ANEEL optou por antecipar o tratamento tarifário da sobrecontratação da mesma como voluntária para os exercícios de 2016 e 2017, a partir de pleito regulatório interposto pela controlada conforme decisão exarada na 28ª Reunião de Diretoria ANEEL de 2018 e aprovação da Resolução Homologatória nº 2432/2018. Apesar da decisão de 2018 a ANEEL está descontando da tarifa atual o montante da sobrecontratação referente a 2017 e em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$1.495 refere-se ao reconhecimento do direito a recomposição.

(ix) Neutralidade da Parcela A: No exercício em análise houve um crescimento de mercado no qual as distribuidoras estão inseridas em relação aos mercados de referência dos Reajustes Tarifários de 2021, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais. As diferenças serão repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2022.

(x) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente a parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

(xi) Previsão de Risco Hidrológico – Antecipação: Os valores em apropriação no exercício em análise referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.

(xii) Outros: O montante observado no exercício refere-se substancialmente às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2021 estava em vigência a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 4.5), cujos valores provisionados eram elevados, já em 31 de dezembro de 2022 a Bandeira Verde está vigente (Nota 33.9).

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Controladora									
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	112.181			4.655	7.295	(103.800)	79.400	99.731
Total		112.181	-	-	4.655	7.295	(103.800)	79.400	99.731
Circulante		56.760							99.731
Não circulante		55.421							
Outros tributos compensáveis									
ICMS		-	25						25
PIS e COFINS		411	928					(927)	412
IRRF sobre aplicações financeiras		60.124	9.121					(61.857)	7.388
IRRF sobre juros s/ capital próprio		-	69.372					(20.243)	49.129
IR/CS retidos sobre faturamento		990	18					(4)	1.004
Outros		3.524	59					(125)	3.458
Total		65.049	79.523	-	-	-	-	(83.156)	61.416
Circulante		63.140							61.416
Não circulante		1.909							
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.899				(1.072)		(2.827)	-
Total Circulante		3.899	-	-	-	(1.072)	-	(2.827)	-
Outros tributos a recolher									
PIS e COFINS		34.146	43.908			(11.723)	(41.222)	(1.336)	23.773
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.443	7.957			(6.773)			3.627
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.5	68.222	97.686	(5.644)			(62.578)	407	98.093
Parcelamentos	9.6.1	16.983			832	(5.803)			12.012
Encargos com pessoal		11.873	22.494			(18.392)			15.975
Outros		433	486		2				921
Total		134.100	172.531	(5.644)	834	(42.691)	(103.800)	(929)	154.401
Circulante		122.691							148.346
Não circulante		11.409							6.055

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado								
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Aquisição de empresas (Nota 18.1)	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	420.603		(89)	32.805	80.510	(218.594)	2	22.557	337.794
Total		420.603	-	(89)	32.805	80.510	(218.594)	2	22.557	337.794
Circulante		280.791								238.560
Não circulante		139.812								99.234
Outros tributos compensáveis										
ICMS	9.3	259.345	202.824	(59)		5.656	(170)		(46.772)	420.824
PIS e COFINS	9.2	1.116.479	1.079.189		52.759	(22.889)	(849.395)		(1.048.335)	327.808
IRRF sobre aplicações financeiras		77.007	62.933	(5)					(87.619)	52.316
IRRF sobre juros s/ capital próprio		1.840	85.436						(22.083)	65.193
IR/CS retidos sobre faturamento		6.940	7.086	(346)				182	(6.655)	7.207
Outros		22.332	4.112	(1.378)	8	38	(223)	2.043	(10.509)	16.423
Total		1.483.943	1.441.580	(1.788)	52.767	(17.195)	(849.788)	2.225	(1.221.973)	889.771
Circulante		552.974								456.679
Não circulante		930.969								433.092
Passivos a recolher										
Imposto de renda e contribuição social a recolher		136.043	539.726		2.987	(145.252)	(231.360)	3.437	(93.743)	211.838
Total Circulante		136.043	539.726	-	2.987	(145.252)	(231.360)	3.437	(93.743)	211.838
Outros tributos a recolher										
ICMS	9.4	302.327	2.362.071		13.660	(2.533.496)	(170)		(46.761)	97.631
PIS e COFINS		131.071	1.852.105		30	(151.667)	(685.432)	1.992	(1.059.191)	88.908
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		12.367	108.148		74	(104.915)			(116)	15.558
IRRF sobre juros s/ capital próprio		116.453	171.470	(5.646)		(15.079)	(116.810)		407	150.795
Parcelamentos		334.394			30.746	(45.710)				319.430
Encargos com pessoal		25.477	188.691		36	(159.551)	(25.174)	1.776	(12)	31.243
Outros		4.788	16.228		2.636	(21.474)		473		2.651
Total		926.877	4.698.713	(5.646)	47.182	(3.031.892)	(827.586)	4.241	(1.105.673)	706.216
Circulante		634.891								433.864
Não circulante		291.986								272.352

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 PIS e COFINS

9.2.1 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

A controlada Enerpeixe realizou reapurações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$83.439 (R\$78.071 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$20.371 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.2.2 Distribuidoras - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 3 de abril de 2019 e 10 de dezembro de 2019, as controladas de distribuição EDP Espírito Santo e EDP São Paulo obtiveram, respectivamente, o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao tratamento tarifário, as distribuidoras formularam consulta à ANEEL e receberam resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a Agência, através de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais.

Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados em Nota Técnica nº 9/2021 SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário das distribuidoras; (ii) tempo necessário para a devolução; e (iii) operacionalização da devolução.

A controlada EDP Espírito Santo, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2020, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da controlada, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021.

A controlada EDP São Paulo, por meio da carta CT-EDP-SP-64/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de outubro de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 236/2021-SGT/ANEEL, acatou o pedido da Companhia e consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2021.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que altera a Lei nº 9.427/96, com objetivo disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A atual lei respalda a ANEEL de reverter os créditos em prol dos consumidores, no âmbito dos processos tarifários das concessionárias, prática essa adotada pela Agência, em caráter provisório, desde o Reajuste Tarifário de 2020 da EDP Espírito Santo e Reajuste Tarifário de 2021 da EDP São Paulo.

Em 29 de julho de 2022 a controlada EDP Espírito Santo, por meio da Nota Técnica nº 147/2022-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2022 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2022 (Nota 4.18). No processo foi considerado o valor dos créditos já obtidos junto à Receita Federal até junho de 2022, assim como o aproveitamento mensal previsto pela distribuidora para os próximos 12 meses, perfazendo um componente financeiro negativo no valor atualizado de R\$463.358.

Em 13 de outubro de 2022 a controlada EDP São Paulo, por meio da Nota Técnica nº 190/2022-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2022 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2022 (Nota 4.20). No processo foi considerado o valor dos créditos já obtidos junto à Receita Federal até setembro de 2022, assim como o aproveitamento mensal previsto pela distribuidora para os próximos 12 meses, perfazendo um componente financeiro negativo no valor atualizado de R\$821.001.

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 8) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente. A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 31 de dezembro de 2022, demonstrado a seguir:

		Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	(-) Compensa- ção	Saldo em 31/12/2022
Exclusão do ICMS próprio na base de cálculo do PIS e da COFINS	EDP Espírito Santo	381.228		17.461	(364.289)	34.400
	EDP São Paulo	463.614	1.605	21.501	(479.252)	7.468
		844.842	1.605	38.962	(843.541)	41.868

9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$420.824 (R\$259.345 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$349.339 (R\$252.475 em 31 de dezembro de 2021), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$349.292 (R\$253.306 em 31 de dezembro de 2021) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.631 (R\$302.327 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$83.673 (R\$290.930 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.5 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.686 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 e será liquidado em janeiro de 2023.

9.6 Parcelamentos

9.6.1 Controladora

9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora					
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamen- to	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS						
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382
Redução Programa REFIS						(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(11.933)
Total						39.978

9.6.2 Consolidado

9.6.2.1 REFIS

A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 9.6.1.1). Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado						
	Principal	Multa	Juros	Encargos	Total de Parcelamen- to	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS							
COFINS	2.925	585	2.681		6.191		6.191
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317
IRPJ/ IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270
Multa		223	192		415	190	605
Total dos tributos	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	20.011	60.433
Redução Programa REFIS							(11.578)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal							(12.099)
Total							36.756

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9.6.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados:

Parcelamentos - PERT	Consolidado			Total de Parcelamentos
	Principal	Multa	Juros	
PIS	37.010	7.401	10.649	55.060
COFINS	166.807	33.361	47.259	247.427
CSLL	63.432	12.686	16.017	92.135
IRPJ/ IRRF	155.787	31.158	38.304	225.249
	423.036	84.606	112.229	619.871
Redução Programa PERT				(105.668)
Total				514.203

9.6.3 Movimentação dos parcelamentos

A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado		
	REFIS	REFIS (ii)	PERT	Total
Valor de adesão	39.978	76.734	514.203	590.937
Ajuste na consolidação REFIS/PERT (i)	791	1.934	(12.258)	(10.324)
Atualização de Juros - Consolidação 2011	8.707	11.422		11.422
Ativo a compensar		3.640		3.640
Depósito Judicial a favor da Companhia		17.284		17.284
Conversão em renda a favor da União	(5.689)	(24.071)		(24.071)
Amortização	(54.774)	(90.853)	(309.706)	(400.559)
Atualização	22.999	32.307	101.686	133.993
Reversão de atualização da conversão em renda		(2.892)		(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.012	25.505	293.925	319.430

(i) O montante de R\$791 na Controladora refere-se a um depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluído no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.
(ii) Do valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2022 de R\$25.505 (R\$30.014 em 31 de dezembro de 2021): (i) R\$12.012 (R\$16.983 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC; e (ii) R\$13.493 (R\$13.031 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$17.310 (R\$20.544 em 31 de dezembro de 2021), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Do valor total da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 de R\$12.012 (R\$16.983 em 31 de dezembro de 2021), restam 22 parcelas de R\$470 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

10 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado							
		Passivo		Ativo				Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	10.1	210	169	139.427	56.661	87.368	26.205	161.454	67.229	737.883	491.114
Imposto de renda e contribuição social	10.2	203.646	206.033			558.280	575.217	1.079	329	1.174.148	735.085
Imposto sobre serviços										489	1.637
Total		203.856	206.202	139.427	56.661	645.648	601.422	162.533	67.558	1.912.520	1.227.836

10.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS diferidos reconhecidos apresentam as seguintes naturezas:

	Controladora		Consolidado							
	Passivo		Ativo				Passivo			
	Não circulante		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos futuros (Nota 15)			139.427	56.661	87.368	26.205	160.470	66.928	112.169	53.308
Receitas sobre reconhecimento dos custos incorridos (CPC 47) na EDP Smart Soluções							984	301	448	1.494
Receita de construção nas controladas de transmissão									619.165	432.071
Atualização monetária dos depósitos judiciais	210	169							6.101	4.241
	210	169	139.427	56.661	87.368	26.205	161.454	67.229	737.883	491.114

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.2.1 Composição

		Controladora			
Natureza dos créditos	Nota	Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Diferenças Temporárias					
Compra vantajosa	10.2.1.1	151.230	151.230		(1.677)
Mais valia		50.748	53.436	2.688	1.920
Outras		1.668	1.367	(301)	(70)
Total		203.646	206.033	2.387	173

		Consolidado							
Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2	335.447	317.967			17.480	28.639		
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2	121.159	108.021			12.589	9.405		
		456.606	425.988	-	-	30.069	38.044	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		279.372	255.641			22.984	16.259		
Benefício pós-emprego		126.870	144.319			(17.323)	13.963		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		206.577	178.870			26.562	20.977		
Consumidores - ajuste a valor presente		1.197	243	5		949	(164)		
Gastos Pré-operacionais		20.509	14.444			6.065	1.923		
Compra vantajosa	10.2.1.1			151.230	151.230		(1.677)		
Mais valia	18.1	7.684		483.111	486.400	3.580	(1.803)		
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		4.554	4.554	(314.760)	(152.220)	162.540	14.794		
Uso do bem público - CPC 25		180.354	172.086	47.176	46.594	7.686	24.239		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)				596.619	448.522	(126.892)	(119.397)		
Remuneração dos ativos da concessão				992.793	435.463	(275.971)	(175.787)		
PIS e COFINS sobre ativos da concessão		201.448	141.753			22.992	27.890		
Instrumentos financeiros - CPC 39		50.442	5.314	76.533	72.551	40.632	(27.790)	514	(659)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(106.832)	(121.475)			14.578	(10.207)	66	
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		244.947	266.448			236	280	(21.998)	(15.574)
Direito de concessão - GSF	24.1.3.1			136.834	144.745	13.416	(43.561)		
Licenças ambientais		10.944	8.071	9.799	7.638	(1.061)	(868)		
Compromissos futuros	15	833.621	304.592	988.930	441.481	(18.420)	(59.557)		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		54.180	72.080	47.032	71.358	6.433	722		
Outras		36.107	82.011	79.750	44.252	(74.863)	29.665		
Total diferenças temporárias		2.151.974	1.528.951	3.295.052	2.198.014	(185.877)	(290.099)	(21.418)	(16.233)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.4	70.604	83.207			(12.603)	(13.439)		
Total bruto		2.679.184	2.038.146	3.295.052	2.198.014	(168.411)	(265.494)	(21.418)	(16.233)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(2.120.904)	(1.462.929)	(2.120.904)	(1.462.929)				
Total		558.280	575.217	1.174.148	735.085				

10.2.1.1 Compra vantajosa

Os tributos diferidos sobre as compras vantajosas são decorrentes das aquisições: (i) R\$120.096 da Porto do Pecém; (ii) R\$29.457 da Celesc; e (iii) R\$1.677 da Mata Grande Transmissora. Os tributos sobre as compras vantajosas serão realizados quando da alienação destes investimentos.

10.2.1.2 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 28.1.1.6).

10.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;

(ii) na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.747 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.514 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$3.733 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração das controladas e controladas indiretas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investco, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Goiás e Santa Leopoldina elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	A partir de 2031	Total Não circulante
527.967	462.552	490.803	394.076	443.887	216.465	143.434	2.679.184

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

10.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e as controladas Lajeado, Porto do Pecém, EDP Ventures, Nova Geração Solar I e Energia Solar I, possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$30.899 (R\$3.000 em 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais créditos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber e de empréstimos a pagar apresentado na nota 27, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Controladora											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Relacionamento				Preço praticado				Duração							
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI															
EDP Trading				Controlada											
				02/10/2020 a 01/10/2024											
Horizon Transmissão MA I				Controlada (**)											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Horizon Transmissão MA II				Controlada (**)											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Transmissão SP-MG				Controlada											
				04/11/2022 a 21/11/2026											
EDP Espírito Santo				Controlada											
				08/01/2019 a 07/01/2021											
Mata Grande Transmissão				Controlada											
				11/08/2022 a 10/08/2024											
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC															
Mata Grande Transmissão				Controlada											
				23/08/2017 a indeterminado											
EDP Transmissão Aliança				Controlada											
				23/08/2017 a indeterminado											
EDP Smart Energia				Controlada											
				15/12/2017 a indeterminado											
EDP Ventures				Controlada											
				13/12/2019 a indeterminado											
EDP Smart Serviços				Controlada											
				07/12/2015 a indeterminado											
Santa Leopoldina				Controlada											
				25/11/2021 a indeterminado											
Resende				Controlada											
				14/05/2019 a indeterminado											
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos															
(a)															
EDP São Paulo				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Energest				Controlada (*)											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Trading				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Investco				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Espírito Santo				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Porto do Pecém				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Smart Soluções				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Smart Serviços				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Lajeado				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Horizon Transmissão ES				Controlada (**)											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Smart Energia				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Transmissão Norte				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Horizon Transmissão MA I				Controlada (**)											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Horizon Transmissão MA II				Controlada (**)											
				01/01/2020 a 01/01/2022											
EDP Transmissão SP-MG				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Transmissão Litoral Sul				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Transmissão Aliança				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
EDP Goiás				Controlada (***)											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
Mata Grande Transmissão				Controlada											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
CEJA				Controlada em conjunto											
				01/01/2018 a 31/12/2022											
Cachoeira Caldeirão				Controlada em conjunto											
				01/01/2019 a 31/12/2022											
São Manoel				Controlada em conjunto											
				01/05/2018 a 31/12/2022											
Enerpeixe				Controlada											
				01/07/2018 a 31/12/2022											

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



			Controladora								Receitas (Despesas)				
			Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante						
			Relacionamento	Preço praticado	Duração	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022								60	75	2.052			
Energest	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2022			3							52	29		
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			45	15						533	346		
Horizon Transmissão ES	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2022											271		
Investco	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			10							260	92		
Porto do Pecém	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			66	30						828	494		
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			14							225	68		
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			245	75						2.823	1.134		
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			44	11						451	166		
Horizon Transmissão MA I	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2021											17		
Horizon Transmissão MA II	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2022											13		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			13	5						184	60		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			3	1						37	6		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			14	5						188	100		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			1							4			
Mata Grande Transmissão	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			1							10			
EDP Goiás	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2022			9					40		159			
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			21	52						311	139		
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022								15					
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022			17	5						6	76		
Reembolso de gastos com leilão															
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/03/2019 a indeterminado			758								758		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/06/2017 a indeterminado			24								24		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/06/2017 a indeterminado			23								23		
Mata Grande Transmissão	Controlada	01/05/2021 a indeterminado			230								725		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/04/2021 a indeterminado			781								1.593		
Santa Leopoldina	Controlada	01/12/2021 a indeterminado			12								12		
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022								72					
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)															
EDP São Paulo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			554	514						554	514		
Energest	Controlada (*)	15/06/2017 a 30/06/2026				194							(140)		
EDP Trading	Controlada	15/06/2017 a 18/06/2025			67	224						67	30		
EDP Espírito Santo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			547	465						(547)	(690)		
Porto do Pecém	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026			337	733						(337)	638		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	18/06/2020 a 30/06/2026			32	17							(6)		
EDP Smart Serviços	Controlada	06/06/2018 a 30/06/2026			4	261							305		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	22/06/2020 a 22/06/2025													
Contrato de serviços de consultoria															
EDP Renováveis	Parte Relacionada	01/06/2017 a indeterminado		437		270							289		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	10.881	8.124			61.894	44.336	1.238	1.287		(21.823)			(354)
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado					5.804	5.347				(1.541)			

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Ativo				Controladora Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
Relacionamento	Preço praticado	Duração		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)															
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				2.912	769					14.766	11.557		
Mata Grande Transmissão	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				41						259			
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				50						360			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				110	71					1.035	858		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				213	67					1.219	946		
EDP Goiás	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2024										702			
Energest	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2024					102					357	515		
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				417	132					1.423	1.410		
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				141						771	885		
Porto do Pecém	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				708	357					5.554	5.178		
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				215	123					1.049	1.095		
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				5.754	396					18.602	7.032		
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				596	109					3.549	1.777		
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				3	134					37	1.608		
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024					104					767	1.431		
Horizon Transmissão ES	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2024										1.801	669		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				5	49					174	658		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2024				154	1					839	2		
				10.881	8.561	16.867	11.289	67.698	49.683	2.932	3.045	96.639	39.377	-	(354)
				10.881	225.167	575.255	451.706	67.698	49.683	2.932	3.045	96.639	39.377	37.563	20.334

				Consolidado								Receitas (Despesas)			
				Ativo				Passivo							
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber (Nota 7)															
Suprimento de energia elétrica															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046	3.664								1.234	5.207		
CEJA	Controlada em conjunto	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046										697		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046									37.225			
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									21			
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									13			
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									20			
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									20			
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									50			
Central Eólica Srmm I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046								2.030				
Central Eólica Srmm IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046								1.652				
Encargo de uso da rede															
CEJA	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	64	5							492	34		
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	194	16							1.608	112		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	35	3							309	3		
Prestação de serviços															
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		Indeterminado										308		
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		Indeterminado										149		
				3.957	24	-	-	-	-	-	-	44.674	6.510	-	-

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Consolidado													
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)					
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras			
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021		
Fornecedores (Nota 25)				Relacionamento	Preço praticado	Duração											
Suprimento de energia elétrica																	
	CEJA	Controlada em conjunto	209,02	01/01/2015 a 31/12/2044				749	791			(6.610)	(6.054)				
	CEJA	Controlada em conjunto	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046									(9.104)				
	CEJA	Controlada em conjunto	165,63	01/01/2015 a 31/12/2044					1.131			(9.969)					
	Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		24/01/2018 a indeterminado								(155)					
	Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		24/01/2018 a indeterminado				2.497	3.184			(32.273)					
	Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				2.940	3.748			(38.001)	(699)				
	Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				1.220	1.587			(16.037)	(14.551)				
	Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				4.355	1.725			(21.106)	(11.367)				
	São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038				1.782	3.116			(43.797)	(39.376)				
	Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				1.597	1.436			(13.262)	(9.040)				
	Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				1.597	1.436			(19.695)	(2.547)				
	Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				1.615	1.453			(18.425)	(2.468)				
	Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				1.615	1.453			(17.146)	(2.324)				
	Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036				1.378				(12.830)					
	Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					1.238			(11.203)					
	São Manoel	Controlada em conjunto	134,26	26/04/2018 a 31/12/2047				213	192			(1.698)	(1.544)				
	São Manoel	Controlada em conjunto	107,58	26/04/2019 a 31/12/2047													
Prestação de serviços																	
	Pecém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado				387				(5.227)	(5.227)				
				-	-	-	-	21.945	22.490	-	-	(267.434)	(104.301)	-	-		
Compromissos futuros																	
	São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038		25.719	24.625	19.544	18.973	21.199		(85.990)	21.603				
	EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038			94.576	50.656		79.889		(225.121)	94.576				
	Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					6.454			6.454	(6.454)				
	Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022					7.605			7.605	(7.605)				
	Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		820			4.655			3.835	(3.835)				
	Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022		4.712						(4.712)	4.712				
	Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/1/2023 a 31/12/2023		2.663						(2.664)	2.663				
	Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/1/2023 a 31/12/2023			9.248	36.809				(46.056)	9.248				
	Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023			3.490	8.896		796		(13.181)	3.490				
	Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023			5.049	9.688				(14.735)	5.049				
	Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/7/2023 a 31/12/2023			3.366	6.457				(9.824)	3.366				
	Central Eólica Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036			44.639	39.102		46.218		(165.325)	80.006				
				-	69.281	-	184.993	171.152	37.687	148.102	-	(549.714)	206.819	-	-		

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



				Consolidado													
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)					
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras			
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021		
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)																	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos																	
(a)																	
CEJA	Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2022			8	8			236	236			(493)			
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		01/01/2019 a 31/12/2022			5	203				274			528			
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			102	268							1.205			
Prestação de serviços - Backoffice																	
Pecém TM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025				75					1.012	1.012				
Pecém OM	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025	127			128					376	345				
Mabe	Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025	1.311	1.311												
Contrato de serviços de consultoria																	
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado		437		270							289			
Contrato de prestação de serviços (d)																	
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	10.881	8.124			63.509	46.198	1.238	1.287			(21.823)	(433)	(367)	
São Manoel	Controle Comum		01/06/2022 a 01/06/2023	340									583				
CEJA	Controle Comum		01/06/2022 a 01/06/2023	348									1.190				
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum		01/06/2022 a 01/06/2023	348									594				
EDP Valor	Parte Relacionada		Indeterminado					5.804	5.347					(1.541)			
Elebrás	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										57	198			
Cenaeel	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										11	39			
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										59				
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										64				
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										62				
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										61				
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										164	280			
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										59	141			
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										17				
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										21				
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										24				
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										24				
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										27				
Central Eólica Srmn II	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										24				
Central Eólica Srmn III	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										27				
Central Eólica Srmn IV	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										27				
Central Eólica Srmn V	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023										21				
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)																	
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2022			18	18										
Contrato revenda de carvão																	
EDP Espanha	Parte Relacionada		Indeterminado									448.102					
				13.584	9.872	133	970	69.313	51.545	1.474	1.797	453.003	(19.785)	(433)	(367)		
				17.541	79.177	133	185.963	262.410	111.722	149.576	1.797	(319.471)	89.243	(433)	(367)		

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou as controladas Energest e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

(**) Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia alienou as controladas Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas não são mais consolidadas.

(***) Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu a controlada EDP Goiás.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 39.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, as controladas EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, sem necessidade de anuência prévia ANEEL, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança SC e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II, em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP – Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Trading, EDP Goiás, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. Tanto a transferência dos ativos do COGT, quanto dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve a Companhia e as seguintes partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 estas companhias estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (Nota 1.1.1) como parte do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou a controlada Energest e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.1 Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP – Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2022 da Companhia o montante de R\$2.237 (R\$651 em 2021) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	7.582	1.755	237	9.574	7.085	1.640	234	8.959
Benefícios de curto prazo (b)	217			217	197			197
Benefícios - Previdência privada	132			132	211			211
Remuneração baseada em ações	3.474			3.474	1.028			1.028
Total	11.405	1.755	237	13.397	8.521	1.640	234	10.395

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais (não aplicável ao Conselho Fiscal).

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2022, é de R\$2.085 (R\$2.373 em 2021). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

11.2.3 Remuneração baseada em ações

As ações do Plano de Remuneração II foram exercidas, conforme nota 32.3.2.2.

11.2.4 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora			2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros remunerados	4,08	4,00	3,00	4,17	5,17	3,00
Valor da maior remuneração individual	526	3.581	79	496	2.489	78
Valor da menor remuneração individual	376	2.100	79	342	881	78
Valor médio da remuneração individual	430	2.851	79	393	1.648	78

12 Estoques

Nota	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Materia prima e insumos para produção de energia		
Carvão	12.1	129.345
Diesel		3.648
Cal		245
Outros		3.248
		136.486
Material de almoxarifado		93.821
Resíduos e sucatas		57.039
Kit fotovoltaico		673
Estoque de Produtos em Elaboração		2.035
Outros		44
(-) Perda estimada na realização dos estoques	12.2	(14.376)
		139.236
Total		275.722

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$94.275 (R\$86.466 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração, serviços e transmissão, pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$74.007 (R\$21.189 em 31 de dezembro de 2021).

12.1 Carvão

A redução do estoque de carvão na controlada Porto do Pecém deve-se aos seguintes fatores: (i) devido ao cenário hidrológico favorável em 2022 (Nota 4.10), a controlada encontra-se desde o início do ano desligada pela ONS, por esta razão não foi necessária aquisição de estoque no ano de 2022; e (ii) venda do estoque de 306mil toneladas de carvão para empresa do mesmo grupo econômico EDP Espanha, cujos impactos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados nas Notas 11 e 34.

12.2 Perda estimada na realização dos estoques - Controlada Porto do Pecém

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma provisão no montante de R\$141.490 na controlada Porto do Pecém, foi decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica e ao elevado preço médio do carvão em 2021, onde a controlada foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses.

Esta provisão ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 4.5 e ao elevado preço médio do carvão, onde a controlada Porto do Pecém foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses, tendo CVU médio de R\$359,84/MWh em 2021 e R\$147,45/MWh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a controlada foi desligada pelo ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o primeiro semestre de 2023, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427 em 31 de março de 2022, R\$67.371 no período findo em 30 de junho de 2022 e R\$70.692 no período findo em 31 de dezembro de 2022, revertendo o valor total constituído em 2021.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o primeiro semestre de 2023, em 31 de dezembro de 2022, a controlada que possuía um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, efetuou acordo de venda de 306 mil toneladas do estoque para EDP Espanha (Nota 11), com entrega no segundo trimestre de 2022 de 117mil toneladas e 114mil toneladas no terceiro trimestre de 2022 (Nota 11) e 75mil toneladas no quarto trimestre de 2022 (Nota 4.10), a queima das 103 mil toneladas de carvão restante está prevista para o primeiro semestre de 2023. Tendo em vista o cenário atual e com base na expectativa de realização do estoque para o segundo semestre de 2023, foi realizada a provisão de perda de R\$4.103 em 31 de dezembro de 2022.

13 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2022
		Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixas	
Depósitos judiciais	31	4.850	10.898	795	(42)	(40)	16.461
Outros cauções		392					392
Total		5.242	10.898	795	(42)	(40)	16.853
Circulante		350					350
Não circulante		4.892					16.503

	Nota	Consolidado						Saldo em 31/12/2022
		Saldo em 31/12/2021	Aquisição de Empresas (Notas 4.7 e 18.1)	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	
Depósitos judiciais	31	413.482	525	75.172	26.954	(15.377)	(35.725)	465.031
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	12.958	5.956	2.023	(9.492)		17.243
Outros cauções		10.497	765	6.153	851	(9.012)		9.254
Total		429.777	14.248	87.281	29.828	(33.881)	(35.725)	491.528
Circulante		10.001						19.782
Não circulante		419.776						471.746

13.1 Depósitos judiciais - Adição

O saldo na controladora de R\$10.898 refere-se, principalmente pela incorporação dos depósitos judiciais das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II alienadas em 2021 e da Energest alienada em 07 de dezembro 2022 no montante de R\$10.083.

O saldo no consolidado de R\$75.172, referem-se principalmente: (i) R\$9.663 ao depósito judicial desfavorável para a controlada EDP São Paulo após sentença proferida, na qual resultou na mudança de risco possível para provável (Nota 19.1.3); e (ii) R\$28.446 ao depósito judicial realizado pela controlada EDP Espírito Santo para evitar a liquidação da garantia oferecida na execução fiscal (fiança bancária) que poderá ocorrer a qualquer momento após a autorização de execução provisória da União Federal.

13.2 Depósitos judiciais - Resgate

O saldo na consolidado de R\$75.172 refere-se, principalmente: (i) R\$8.168 refere-se ao resgate do depósito judicial em favor para a controlada EDP São Paulo após decisão parcialmente favorável no MS nº 5023534-95.2020.4.03.6100, o qual discuti sobre débitos de PIS e COFINS de fevereiro de 2018 e COFINS de abril de 2018, em razão da falta de processamento das DCTFs retificadoras, sendo que a própria RFB reconheceu que esses valores não eram integralmente devidos. O saldo atual é de R\$911, que aguarda decisão judicial; e (ii) R\$23.293 refere-se à baixa do depósito judicial desfavorável para a controlada EDP Espírito Santo que foi convertido para à União, referente ao processo judicial onde era questionada a ilegalidade do restabelecimento das alíquotas do PIS e COFINS sobre o total das receitas financeiras (Nota 9).

14 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio Líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Controladora

Foi aprovada em AGOE, realizada em 05 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com distribuição de R\$2.159.838, a ser distribuído da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$107.992; (ii) Juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$454.811, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2021; (iii) dividendos no valor de R\$803.189; e (iv) R\$743.846 em Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2022. Os JSCP e dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 26 de maio de 2022.

Em 28 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de R\$651.239, com retenção de 15% de IRRF, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição até a data de 31 de dezembro de 2022, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício:

Controladora							
Ativo	Dividendos			JSCP	Recebimen- tos	Reversão	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Complemen- tares	Adicionais				
Energest	26.833		78.601		(105.434)		-
EDP Trading	14.244	144		13.098	(14.244)		13.242
EDP São Paulo	43.335	62.432	322.368	68.880	(761.335)		131.312
EDP Espírito Santo	55.502	39.625	256.914	185.086	(497.502)		129.916
Lajeado	11.343	34.399	104.385	12.993	(115.728)		47.392
EDP Smart Energia	-		3.185	1.171		(3.185)	1.171
EDP Transmissão Aliança	19.188			22.712	(19.188)		22.712
EDP Transmissão SP-MG	33.598	20.198		16.831	(33.598)		37.029
Pecém TM	95	105	286		(381)		105
Pecém OM	54	35	164		(218)		35
CEJA	18.492		33.980	27.561	(52.473)		27.560
Celesc	31.375		5.977	43.247	(37.294)		43.305
Porto do Pecém	106.406			62.249	(106.406)		62.249
	360.465	156.938	805.860	359.033	(1.743.801)	(3.185)	516.028

Controladora				
Saldo em 31/12/2021	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Acionistas não controladores	228.740	290.143	(519.473)	239.438
EDP International Investments and Services, S.L.	160.315	217.691	(378.525)	179.120
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	126.845	168.983	(295.904)	139.454
	515.900	676.817	(1.193.902)	558.012

Consolidado					
Ativo	Dividendos			Recebimen- tos	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Complemen- tares	Adicionais		
Pecém TM	94	105	286	(381)	104
Celesc	31.375		5.977	(37.294)	43.305
Pecém OM	54	35	164	(218)	35
CEJA	18.492		33.980	(52.473)	27.560
	50.015	140	40.407	(90.366)	71.004

Consolidado							
Passivo	Dividendos			Partes beneficiárias	Pagamentos	Pagamentos não realizados	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Complemen- tares	Adicionais				
CEB Lajeado	2.767		1.593	7.980	(4.360)		7.980
Paulista Lajeado Energia	969		557	2.794	(1.526)		2.794
Eletrobras	155.492	107.121		13.757	(155.492)		151.960
Governo do Tocantins	826	2.505	7.601	946	(8.427)		3.451
Celesc Geração	2.132			2.524			4.656
Acionistas não controladores	231.528		290.143	240.031	(519.473)	21	242.250
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	160.315		217.691	179.639	(378.525)		179.120
EDP International Investments and Services, S.L.	126.845		168.983	139.530	(295.904)		139.454
	680.874	109.626	686.568	587.201	(1.363.707)	21	731.665

15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo EDP Trading

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo também de comercializar com outros agentes.

Isto posto, a controlada avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que eles não se destinam apenas a entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido de vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo, sob o mesmo preço. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$17.423 (R\$175.172 em 2021) registrada no resultado do exercício de 2022.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Smart Energia

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros.

Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos se destinam também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da controlada EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrumento Financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$58.177 (R\$26.438 em 2021) registrada no resultado do exercício de 2022.

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos		181			42.752	44.224		
Descontos tarifários	16.2				84.936	211.928		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.3						8.060	8.055
Bens destinados à alienação/desativação		2.203	2.411		14.393	12.640		
Serviços em curso					19.030	4.947	528	501
Serviços prestados a terceiros		4	4		60.153	84.373	95	457
Convênios de arrecadação					1.972	1.571	23	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	10.881	8.561	16.867	13.584	9.872	133	970
Rendas a receber					5.217	2.927		
Prêmio de risco - GSF	16.4				2.750	2.749	14.435	17.184
Despesas pagas antecipadamente	16.1	457	480		27.436	15.599	1.056	1.663
Títulos a receber	16.9	3.329	1.121	28.004				
Outros		16.323	16.435	3.047	44.416	34.604	6.192	3.740
Total		33.378	29.012	47.918	316.639	425.434	30.522	32.570
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					3.171	26		
Contribuição de iluminação pública	16.5				31.641	31.489		
Credores diversos - consumidores e concessionárias	16.10				58.559	159.941		
Folha de pagamento		1.955	1.298		15.338	8.627	3.821	2.266
Modicidade tarifária - baixa renda	16.3				448	454	9.810	9.810
Arrecadação de terceiros a repassar					18.478	19.861		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	67.698	49.683	2.932	69.313	51.545	1.474	1.797
Arrendamentos e aluguéis	16.8	3.693	1.250	14.857	31.079	29.850	117.730	80.560
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.6	22.093	17.905		120.219	116.987		
Reserva para reversão e amortização	16.7				1.945	1.944	5.831	7.774
Adiantamento para futuro aumento de capital							20	15.000
Outros		3.441	3.431	8.319	35.762	44.205	23.456	8.162
Total		98.880	73.567	26.108	385.953	464.929	162.142	125.369

16.1 Despesas pagas antecipadamente

A variação deve-se principalmente pela contratação de apólice do seguro de riscos operacionais na controlada Porto do Pecém no mês de julho de 2022 no valor de R\$24.285, com vigência de 18 meses.

16.2 Descontos tarifários e Adiantamentos de descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos são de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 2.918/21	Ago/21 a Jul/22	27.464
ANEEL nº 3.091/22	Ago/22 a Jul/23	23.660
EDP São Paulo		
ANEEL nº 2.964/21	Out/21 a Set/22	11.521
ANEEL nº 3.129/22	Out/22 a Set/23	14.239

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

Nota	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 31/12/2022
Subsídio Baixa Renda	15.953	139.416	(128.644)	26.725
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	44.985	323.875	(309.728)	59.132
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.252	10.964	(10.891)	1.325
Subsídio Rural	34.615	38.907	(56.066)	17.456
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(14.928)	55.508	(64.550)	(23.970)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	9.026	13.312	(14.862)	7.476
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(2.800)	1.509	(1.917)	(3.208)
Subsídio Crise Hídrica	123.825	(1.950)	(121.875)	-
	211.928	581.541	(708.533)	84.936

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Parcela mensal	22.119	12.541	34.660	34.817
Parcela de ajustes homologados	14.805	10.791	25.596	50.020
Parcela de ajustes a homologar	(10.501)	8.456	(2.045)	111.138
Saldo subsídio baixa renda	13.511	13.214	26.725	15.953
	39.934	45.002	84.936	211.928

16.2.1 Subsídio Crise Hídrica

A rubrica refere-se ao reconhecimento do subsídio Crise Hídrica, que tem como base a Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.5), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a escassez hídrica. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisou reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Uma vez atingida a meta de redução, o consumidor recebe um bônus de R\$0,50/kWh do total da energia economizada, bônus esse que passa a ser creditado na conta de luz e é limitado a 20% da energia economizada. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos (Nota 4.5).

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido pelas distribuidoras, o montante total de subsídio de R\$123.825. A redução observada em 31 de dezembro de 2022, refere-se à liquidação do bônus reconhecido no final do exercício anterior (Nota 4.5), sendo R\$64.018 referente à controlada EDP São Paulo, e R\$59.807 à controlada EDP Espírito Santo.

16.3 EDP São Paulo - Modicidade tarifária – baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando-as de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento das mesmas na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social. Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009. Até 31 de dezembro de 2022 foi restituído o montante de R\$19.507 (R\$19.491 em 31 de dezembro de 2021), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.258 (R\$10.264 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada.

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas estão a exigir medidas da controlada, com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.060, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Diante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo providenciou o cálculo do faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, de maneira que o total a devolver somou a importância de R\$10.255. Nestas circunstâncias, processado o DMR – Diferença mensal de Receita, a controlada EDP São Paulo teria o direito de receber o montante de R\$7.148, a título de subvenção econômica.

Alternativamente, a controlada EDP São Paulo poderia transferir para a conta de modicidade tarifária a diferença entre os valores acima, ou seja, R\$3.107.

A controlada EDP São Paulo segue na expectativa de uma resposta da ARSESP.

16.4 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico (Nota 38.2.3) no ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

Controladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	19.586	(2.701)	16.885
Investco	Jan/2015 a Mar/2029	347	(47)	300
Total		19.933	(2.748)	17.185
Circulante		2.749		2.750
Não circulante		17.184		14.435

16.5 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.8 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Edifícios	1.250	854	(2.012)	2.007	2.106
Veículos	-	1.447	(1.559)	1.701	1.587
Total Circulante	1.250	2.301	(3.571)	3.708	3.693
Edifícios	6.904	4.964		(2.007)	11.161
Veículos	-	4.642		(1.701)	3.696
Total Não circulante	6.904	9.606	-	(3.708)	14.857
	8.154	11.907	(3.571)	-	18.550

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	1.433	4.592	(4.552)	3.588	5.388
Edifícios	15.521	1.241	(17.611)	16.927	16.139
Equipamentos de informática	-	90	(44)	115	161
Máquinas e equipamentos	8.419	4.595	(9.611)	2.430	6.145
Veículos	4.477	2.732	(7.620)	3.452	3.246
Total Circulante	29.850	13.250	(39.438)	26.512	31.079
Terrenos	4.610	24.195		(3.588)	28.222
Edifícios	73.803	4.528		(16.927)	70.857
Equipamentos de informática	-	201		(115)	77
Máquinas e equipamentos	2.027	10.945		(2.430)	11.115
Veículos	120	9.283		(3.452)	7.459
Total Não circulante	80.560	49.152	-	(26.512)	117.730
	110.410	62.402	(39.438)	-	148.809

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora			
	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	2.106	10,54%	1.587	13,81%
Total Circulante	2.106		1.587	
2024	322	11,05%	245	13,81%
2025	1.774	11,19%	1.364	13,81%
2026	1.596	11,19%	1.199	13,81%
2027	1.435	11,19%	888	12,66%
2028	1.291	11,19%		
2029 até 2041	4.743	11,19%		
Total Não circulante	11.161		3.696	

	Consolidado							
	Terrenos		Edifícios		Equipamentos de informática		Máquinas e equipamentos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	5.388	4,89%	16.139	9,82%	161	6,98%	6.145	3,81%
	5.388		16.139		161		6.145	
2024	1.803	5,22%	2.531	9,96%	25	6,98%	851	4,63%
2025	2.769	8,58%	13.820	9,99%	52	1,17%	4.548	4,62%
2026	3.869	8,58%	11.878	10,01%			3.471	6,91%
2027	3.352	8,58%	10.087	10,08%			2.245	5,76%
2028	3.086	8,58%	8.763	9,86%				
2029 até 2041	13.343	8,58%	23.778	10,05%				
	28.222		70.857		77		11.115	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	28.523	18.550	174.746	148.809
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.638)	(1.716)	(16.164)	(13.765)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2).

16.9 Títulos a receber

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	3.329	1.121	57.593	58.912
(-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"			(29.589)	(31.888)
Total	3.329	1.121	28.004	27.024

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada Investco no montante original de R\$43.964, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$31.333 (R\$28.145 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

16.10 Credores diversos - consumidores e concessionárias

A redução dos credores diversos ocorreu devido a liquidação da bonificação para os clientes que economizaram energia com o bônus de escassez hídrica (Nota 16.2.1). Do saldo de R\$159.941 em 31 de dezembro de 2021, R\$64.018 e R\$59.807 referem-se ao referido bônus das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo respectivamente. Os montantes foram liquidados em sua totalidade no período findo em 30 de junho de 2022.

17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreu inclusão de ativos mantidos para venda (Nota 17.1) e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreu o retorno de ativos que foram anteriormente classificados como mantidos para venda (Nota 17.2).

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

17.1 Alienação de 100% do capital social da Energest

A Administração da Companhia visou estrategicamente a alienação de 100% de participação no investimento em ativo hídrico da controlada Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas"). Portanto, em outubro de 2021, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda, conforme descrito na nota 4.19.

Em 30 de agosto de 2022, foi firmado junto à empresa detida pela VH GSEO UK Holding Limited contrato de compra e venda de 100% do capital social desta companhia detida pela EDP - Energias do Brasil.

Com a conclusão dos processos de alienação em 07 de dezembro de 2022, o montante de R\$326.252 foi registrado na rubrica de Ganho na alienação de investimentos em 30 de novembro de 2022 e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$1.225.000, sendo R\$800.000 no *closing* que, após ajuste de preço referente a variações da Dívida Líquida e de Capital de Giro, corresponderam a R\$707.655. Ainda, existe a possibilidade de adicional ao preço de aquisição no valor máximo de R\$425.000, caso seja aprovada a prorrogação do contrato de concessão Energest, em cenários que, por se tratarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, não contemplam o ganho, conforme definições do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à empresa alienada em 30 de novembro de 2022:

Energest			Energest		
ATIVO	30/11/2022	31/12/2021	Passivo	30/11/2022	31/12/2021
Circulante	Não auditado		Circulante	Não auditado	
Caixa e equivalentes de caixa	86.388	35.871	Fornecedores	3.190	5.981
Concessionárias	24.808	22.727	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	23.720	10.796
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	3.157	5.241	Outros tributos a recolher	2.101	3.905
Outros tributos compensáveis	2.834	5.294	Dividendos		26.833
Empréstimos a receber		105.305	Empréstimos e financiamentos		110.183
Estoques	7.107	6.545	Provisões		105
Outros créditos	1.013	1.603	Outras contas a pagar	3.426	4.934
Total do Ativo Circulante	125.307	182.586	Total do Passivo Circulante	32.437	162.737
Não circulante			Não circulante		
Cauções e depósitos vinculados	3.290	3.260	Tributos diferidos	17.688	23.102
Prêmio de risco - GSF	90	631	Benefícios pós-emprego	11.054	11.451
Outros créditos	29	18	Provisões	6.699	6.460
	3.409	3.909	Outras contas a pagar	373	1.085
				35.814	42.098
Imobilizado	186.051	196.320	Patrimônio Líquido		
Intangível	77.822	94.795	Capital social	3.205	3.205
Total do Ativo Não circulante	267.282	295.024	Reservas de lucros	193.632	272.233
			Outros resultados abrangentes	(2.154)	(2.663)
Total do Ativo	392.589	477.610	Lucros acumulados	129.655	
			Total do passivo e patrimônio líquido	392.589	477.610

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A apuração do ganho na alienação está demonstrada abaixo:

	Nota	Energest
Patrimônio líquido das controladas na data da venda		324.338
Reversões de depreciações e amortizações		39.572
Saldo do Ativo mantido para venda na data da alienação (1)		363.910
Valor da venda		800.000
Ajustes de preço	(i)	(92.345)
Valor recebido		707.655
Ganho na alienação		343.745
Custos de transação		(11.947)
Outros ajustes	(ii)	(5.546)
Valor líquido dos custos na alienação (2)		690.162
Ganho líquido na alienação das participações (2) - (1)		326.252

(i) Ajuste de preço referem-se a dividendos e ajuste de caixa.

(ii) Refere-se a benefícios pós-emprego no resultado abrangente e contingências líquidas

17.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Além da Energest mencionada na nota anterior, os ativos e passivos relativos às controladas em conjunto CEJA e Cachoeira Caldeirão foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda, a partir de outubro de 2021. Tendo em vista a busca da Companhia por melhor captura de valor dos ativos, a Administração da Companhia declinou sobre a intenção da alienação da participação em ambos os investimentos controlados em conjunto, os quais voltam a integrar as contas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, subsidiária Santa Leopoldina, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à companhia Celg de Participações – CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta data-base, de R\$2.113.690.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de 2021.

Os três contratos de concessão (Nota 2) da EDP Goiás, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº63/2001, de 1º de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão nº03/2015, de 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; e (iii) Contrato de concessão nº04/2016, de 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

O montante total pago na aquisição foi temporariamente contabilizado, na data de sua realização aos ativos e passivos assumidos como Direito de Concessão, assim como o ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, que será amortizado por seu prazo remanescente (Nota 24), nenhum valor residual foi alocado como *goodwill*.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos *inputs* e *outputs*, teste de concentração e substantivo.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, não contendo valor residual alocado como *goodwill*. O laudo de aquisição foi elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia alocou de forma definitiva. Adicionalmente, a composição da alocação em 31 de dezembro de 2022, frente à alocação temporária de 30 de setembro de 2022, contempla a intenção da Administração da Companhia em efetuar a reestruturação societária envolvendo as Companhias EDP Goiás e Santa Leopoldina, assim sendo, os tributos diferidos alocados temporariamente, foram revertidos em sua totalidade.

O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$2.113.690.

A composição da alocação final, frente à alocação temporária são: (i) R\$1.070.920 (R\$1.075.133) referente ao investimento, ou seja, total do patrimônio líquido da investida no momento da aquisição; e (ii) R\$1.053.796 (R\$1.038.557) de Mais Valia na concessão da controlada. No laudo de aquisição foram avaliados os principais ativos da companhia para mensuração do valor justo, sendo eles, os saldos relativos a Propriedade para Investimentos (Nota 22), inicialmente reconhecidos na data da transação no montante total de R\$64.047, e os saldos relativos aos Contratos de Concessão no montante de R\$1.213.083.

Os saldos de Direito de Concessão também passaram por avaliação, a consultoria responsável pela elaboração do laudo aplicou a metodologia *Multi Period Excess Earning*. A EDP Goiás opera três contratos de concessão com vencimentos previstos para dezembro de 2042, fevereiro de 2045 e dezembro de 2045. Considerando a natureza dos negócios da EDP Goiás e o potencial benefício econômico a ser gerado por estes contratos no futuro, os contratos de concessão foram identificados como ativos intangíveis vinculados à Empresa na data-base da avaliação, e tiveram Mais Valia avaliada no montante de R\$1.042.770.

Assim, os montantes finais da transação são:

Aquisição de ativos		Alocação temporária	Alocação final em 31/12/2022	Variação
Nota				
Investimento	(i)	1.075.133	1.070.920	4.213
Direito de Concessão		1.038.557	1.053.796	(15.239)
Propriedade para investimentos	(ii)		(11.026)	11.026
Valor Pago na aquisição		2.113.690	2.113.690	-

(i) O montante de R\$4.213 adequações de práticas contábeis ocorridos em 2022;

(ii) O montante de R\$11.026 referente a baixa do valor justo da propriedade de investimento

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	Nota	31/01/2022	Passivo	Nota	31/01/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		194.348	Fornecedores		1.519
Disponibilidade da rede elétrica		26.102	Impostos e contribuições sociais		7.321
Ativos da Concessão		160.492	Dividendos e JSCP		35.246
Impostos e contribuições sociais		2.225	Empréstimos e financiamentos		10.668
Estoques		411	Obrigações sociais e trabalhistas		4.094
Outros Créditos		4.178	Encargos setoriais		2.768
Total do Ativo Circulante		387.756	Outras contas a pagar		675
			Total do Passivo Circulante		62.291
Não circulante			Não circulante		
Ativos da concessão	21	1.135.450	Impostos e contribuições sociais e diferidos	10.1	370.544
Cauções e depósitos vinculados		1.291	Empréstimos e financiamentos		84.260
Outros créditos		12.958	Benefícios pós-emprego		1.498
Investimentos		532	Encargos setoriais		1.944
Propriedade para investimentos		63.515	Provisões		12.295
Imobilizado		2.175	Outras contas a pagar		1.647
Intangível		1.790	Total do Passivo Não circulante		472.188
Total do Ativo Não circulante		1.217.711	Patrimônio Líquido		
Total do Ativo		1.605.467	Capital Social		328.750
			Reservas		773.072
			Lucros (Prejuízos) acumulados		(44.903)
			Resultado do exercício		14.069
			Total do Patrimônio líquido (I)		1.070.988
			Total do Passivo		1.605.467

O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de ativos	Nota	Valor Contábil
Investimento	(i)	1.070.920
Direito de Concessão	24	1.053.796
Propriedade para investimento	22	(11.026)
Valor Pago na aquisição		2.113.690

(i) R\$136 na data de aquisição, refere-se à participação de não controladores (Nota 32.6).

O montante do investimento da Companhia na adquirida considera adequação de políticas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.2 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora								% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência	Saldo em 31/12/2022	31/12/2022 31/12/2021
Investimentos										
EDP São Paulo	1.290.518			525.249	(861.468)	28.298			982.597	100,00 100,00
EDP Espírito Santo	1.382.908			560.493	(587.849)	13.667			1.369.219	100,00 100,00
Lajeado	236.985			145.821	(154.071)	93			228.828	55,86 55,86
Lajeado (Mais Valia)	91.755			(2.669)			(1.592)		87.494	55,86 55,86
Mata Grande Transmissora	12.816			(2.205)					10.611	100,00 100,00
EDP Transmissão Aliança	308.855	158.400		78.581	(26.720)				519.116	90,00 90,00
EDP Transmissão SP-MG	291.203			148.115	(39.997)				399.321	100,00 100,00
Enerpeixe	399.462			(6.767)					392.695	60,00 60,00
Energest (Nota 17.1)	-			154.502	(78.602)	509		(76.409)	-	100,00 100,00
EDP Trading	348.817			55.754	(15.553)				389.018	100,00 100,00
EDP Smart Energia	20.279	16.025		23.333	(1.378)				58.259	100,00 100,00
CEJA	-			84.983	(66.409)			500.571	519.145	50,00 50,00
CEJA (Mais Valia)	-			(7.843)				155.744	147.901	50,00 50,00
Cachoeira Caldeirão	-			(3.866)				283.716	279.850	50,00 50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	-			(62)				1.421	1.359	50,00 50,00
Porto do Pecém	2.734.834			(651.834)	(73.234)	(1)		(14.352)	1.995.413	100,00 100,00
Porto do Pecém (Mais Valia) (Nota 4.23)	290.761			(305.113)				14.352	-	100,00 100,00
Pecém TM	5.383			441	(392)				5.432	50,00 50,00
Pecém OM	3.757			147	(199)				3.705	50,00 50,00
Resende	21.182			(17)					21.165	100,00 100,00
EDP Smart Serviços	124.091	216.900		(34.782)		(999)			305.210	100,00 100,00
Mabe	391			(290)				(101)	-	50,00 50,00
Celesc(*)	698.188			156.866	(56.852)	63.005			861.207	29,90 29,90
São Manoel	603.696			(14.570)					589.126	33,334 33,334
EDP Ventures	19.275	18.455		(3.552)					34.178	100,00 100,00
Santa Leopoldina	-	244.700		(24.436)		1.238		(34.757)	186.745	100,00 100,00
Energia Solar II	-	1							1	100,00
Energia I	-	1							1	100,00
Energia II	-	1							1	100,00
	8.885.156	654.483	-	876.279	(1.962.724)	105.810	(1.592)	830.185	9.387.597	
Direito de Concessão (Nota 18.2.1)										
EDP São Paulo	9.841		(1.458)						8.383	
Enerpeixe	1.722		(116)						1.606	
Lajeado	58.105		(5.272)						52.833	
	69.668	-	(6.846)	-	-	-	-	-	62.822	
Total dos Investimentos	8.954.824	654.483	(6.846)	876.279	(1.962.724)	105.810	(1.592)	830.185	9.450.419	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Controladora								% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência	Saldo em 31/12/2022	31/12/2021
Provisão para passivo a descoberto										
Santa Leopoldina	(1.065)			(33.692)				34.757	-	100,00
Mabe	-			(139)				101	(38)	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(1.065)	-	-	(33.831)	-	-	-	34.858	(38)	
Investimento líquido	8.953.759	654.483	(6.846)	842.448	(1.962.724)	105.810	(1.592)	865.043	9.450.381	

(*) O montante de R\$861.202 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 30 de setembro de 2022.

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalência Patrimonial	Dividendos/ JSCP	Outros resultados abrangentes	Aquisição de empresas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Investimentos								
EDP - Energias do Brasil								
Celesc	698.188		156.866	(56.852)	63.005			861.207
Pecém TM	5.383		441	(392)				5.432
Pecém OM	3.757		147	(199)				3.705
CEJA (Nota 17.2)	-		84.983	(66.409)			500.571	519.145
CEJA (Mais Valia) (Nota 17.2)	-		(7.843)				155.744	147.901
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-		(3.866)				283.716	279.850
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.2)	-		(62)				1.421	1.359
Mabe	391		(290)				(101)	-
São Manoel	603.696		(14.570)					589.126
BBCE	470							470
Sicoob Juriscredcelg	-	1.028				532		1.560
Total dos Investimentos	1.311.885	1.028	215.806	(123.852)	63.005	532	941.351	2.409.755
Provisão para passivo a descoberto								
Mabe	-		(139)				101	(38)
Blue Sol Participações	(2.329)		(1.703)					(4.032)
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	-	(1.842)	-	-	-	101	(4.070)
Investimento líquido	1.309.556	1.028	213.964	(123.852)	63.005	532	941.452	2.405.685

18.2.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.3 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021											
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	6.554.339	7.214.987	5.571.742	5.924.469	982.597	1.290.518	5.691.600	6.460.411	525.249	446.677
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.158.185	6.588.861	4.788.966	5.205.953	1.369.219	1.382.908	4.989.581	5.245.884	560.493	444.408
Energest (Nota 17.1)	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	392.589	477.610	68.251	204.835	324.338	272.775	206.443	308.364	129.655	136.060
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.429.438	1.357.556	738.389	657.824	691.049	699.732	749.958	716.237	310.826	377.077
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.826.467	1.802.672	788.168	801.531	1.038.299	1.001.141	315.195	317.843	169.966	137.211
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.745.146	1.866.974	1.090.654	1.201.201	654.492	665.773	315.141	421.390	(11.281)	(2.817)
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.397.133	1.395.979	837.430	828.545	559.703	567.434	163.746	164.885	(7.731)	(11.156)
EDP Trading (*)	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	3.579.882	2.292.065	3.190.864	1.943.248	389.018	348.817	3.314.744	2.955.211	55.754	59.972
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	728.456	122.251	670.196	101.972	58.260	20.279	348.667	181.234	23.334	13.410
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	764.392	516.509	459.181	392.417	305.211	124.092	132.090	23.300	(34.782)	(63.644)
Porto do Pecém	2.368.998		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	3.713.602	3.939.611	1.703.837	1.204.777	2.009.765	2.734.834	1.390.778	2.336.898	(651.834)	246.560
Pecém TM	1.682		1.682		50,00	50,00	50,00	50,00	15.730	15.539	5.049	4.768	10.681	10.771	23.986	20.802	883	797
Pecém OM	3.527		3.527		50,00	50,00	50,00	50,00	9.807	9.299	2.506	1.786	7.301	7.513	7.845	7.845	294	514
São Manoel	803.341		803.341		33,334	33,334	33,334	33,334	3.812.428	3.818.594	2.045.086	2.007.542	1.767.342	1.811.052	418.165	375.052	(43.710)	(79.811)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	4.060	6.172	4.137	5.390	(77)	782			(858)	(1.491)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.216	21.213	51	30	21.165	21.183			(17)	(16)
Horizon Transmissão ES (***)																36.756		28.146
Horizon Transmissão MA I (***)																167.147		71.294
Horizon Transmissão MA II (***)																72.480		47.912
EDP Transmissão Aliança	148.051		113.851		90,00	90,00	90,00	90,00	2.527.678	2.316.687	1.950.882	1.973.515	576.796	343.172	344.131	610.051	87.313	89.769
EDP Transmissão SP-MG	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.737.586	2.488.283	2.338.267	2.197.080	399.319	291.203	501.765	621.669	148.115	134.394
Celesc(**)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.146.392	2.803.107	213.051	181.738	2.933.341	2.621.369			437.190	575.051
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	40.355	38.663	6.176	19.387	34.179	19.276			(3.552)	(1.339)
Mata Grande Transmissora	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	121.534	117.128	110.923	104.312	10.611	12.816	37.274	62.302	(2.205)	(2.136)
Blue Sol	66.665		66.665		40,00	40,00	40,00	40,00	3.319	24.129	13.398	29.950	(10.079)	(5.821)			26.796	(2.310)
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.348.873	2.510	2.162.128	3.575	186.745	(1.065)			(58.128)	(1.065)

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 para a controlada EDP Trading está representado para adequada informação em R\$249.883 entre o ativo e o passivo totais, que se refere a adiantamento a fornecedor e de cliente.

(**) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 e às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de resultado às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 e 2021 respectivamente.

(***) No exercício de 2022, a Novo Horizon, atual controladora destas transmissoras, alterou a denominação social das empresas de EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II para Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A e Horizon Transmissão MA II S.A., respectivamente.

18.4 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo		Lajeado		EDP Transmissão Aliança		Porto do Pecém		São Manoel		Celesc	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.290.518	987.963	1.382.908	1.082.961	699.732	676.832	343.172	238.584	2.734.834	2.613.691	1.811.052	1.890.863	2.586.668	1.984.612
Aumento de Capital							176.000	38.000						
Distribuição de dividendos aos acionistas	(861.468)	(124.309)	(587.849)	(193.356)	(288.594)	(316.668)	(29.689)	(23.181)	(73.234)	(125.184)			(136.179)	(178.504)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	525.249	446.677	560.493	444.408	279.744	339.369	87.313	89.769	(651.834)	246.560	(43.710)	(79.811)	437.190	563.172
Outros resultados abrangentes	28.298	(19.813)	13.667	48.895	167	199			(1)	(233)			(6.614)	217.388
Patrimônio líquido - Saldo final	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	691.049	699.732	576.796	343.172	2.009.765	2.734.834	1.767.342	1.811.052	2.881.065	2.586.668
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	90,00%	90,00%	100,00%	100,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	386.037	390.887	519.116	308.855	2.009.765	2.734.834	589.126	603.696	861.207	773.190
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)								
Benefício Fiscal					56.244	56.244								
Resultados Acumulados					38.697	42.004								
Ágio									(14.352)					
Saldo contábil do investimento na Controladora	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	228.828	236.985	519.116	308.855	1.995.413	2.734.834	589.126	603.696	861.207	773.190
Participação dos não controladores	-	-	-	-	462.221	462.747	57.680	34.317	14.352	-	1.178.216	1.207.356	2.019.858	1.813.478

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRS.

19.1 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes.

CEJA

A CEJA é a detentora do direito da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), com sede no município de São Paulo - SP. O empreendimento não está mais no ativo mantido para venda.

Cachoeira Caldeirão

A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no estado do Amapá. O empreendimento não está mais no ativo mantido para venda.

São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Mediante substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido ao ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado daquele exercício.

Adicionalmente, a São Manoel avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a São Manoel possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à São Manoel. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela São Manoel em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à São Manoel, diante desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da São Manoel.

A São Manoel monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios 2021, 2020, 2018 e 2017 a São Manoel procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, no último trimestre de 2019, a Administração da São Manoel, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191.

Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da São Manoel efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no exercício, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

19.1.1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	119.396	93.791	249.812	188.364	104.832	62.653
Consumidores e Concessionárias	52.429	47.942	43.684	45.868	21.596	27.741
Outros créditos	114.609	75.724	27.192	35.108	39.461	28.281
	<u>286.434</u>	<u>217.457</u>	<u>320.688</u>	<u>269.340</u>	<u>165.889</u>	<u>118.675</u>
Não circulante						
Imposto de renda e Contribuição social a compensar			7.317	5.239		
Tributos diferidos	330.688	308.250			83.810	81.392
Outros créditos	120.538	126.403	31.052	34.299	45.702	54.545
	<u>451.226</u>	<u>434.653</u>	<u>38.369</u>	<u>39.538</u>	<u>129.512</u>	<u>135.937</u>
Imobilizado	3.008.837	3.094.742	1.013.139	1.017.376	1.090.143	1.129.668
Intangível	65.931	71.742	454.271	476.418	11.589	11.699
Total do ativo	<u>3.812.428</u>	<u>3.818.594</u>	<u>1.826.467</u>	<u>1.802.672</u>	<u>1.397.133</u>	<u>1.395.979</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	30.142	23.234	112.897	93.640	11.778	11.160
Debêntures	27.896	37.882			40.300	26.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	70.686	48.861	54.098	53.755	33.644	28.410
Provisões	18.699	24.007	2.510	2.326	1.812	2.259
Outras contas a pagar	11.164	12.538	75.348	55.295	3.614	5.212
	<u>158.587</u>	<u>146.522</u>	<u>244.853</u>	<u>205.016</u>	<u>91.148</u>	<u>73.995</u>
Não circulante						
Tributos diferidos	34	19	113.754	117.898	6	2
Debêntures	264.889	273.456			162.813	190.617
Empréstimos e financiamentos	1.549.013	1.510.707	390.266	440.036	544.308	531.649
Uso do bem público	54.393	52.097	33.143	31.927	13.164	12.631
Provisões	16.565	24.389	6.143	6.600	25.274	19.402
Outras contas a pagar	1.605	352	9	54	717	249
	<u>1.886.499</u>	<u>1.861.020</u>	<u>543.315</u>	<u>596.515</u>	<u>746.282</u>	<u>754.550</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.767.342</u>	<u>1.811.052</u>	<u>1.038.299</u>	<u>1.001.141</u>	<u>559.703</u>	<u>567.434</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.812.428</u>	<u>3.818.594</u>	<u>1.826.467</u>	<u>1.802.672</u>	<u>1.397.133</u>	<u>1.395.979</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Demonstração do Resultado

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas	418.165	375.052	315.195	317.843	163.746	164.885
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(303.014)	(302.160)	(95.599)	(101.404)	(102.943)	(100.263)
Despesas e Receitas operacionais	(4.154)	(7.522)	(22.363)	(20.653)	(3.823)	(3.852)
Resultado financeiro	(177.145)	(186.164)	(22.798)	(41.850)	(66.992)	(75.330)
Imposto de renda e contribuição social correntes					(137)	(1.401)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	22.438	40.983	(4.469)	(16.725)	2.418	4.805
Resultado líquido do exercício	(43.710)	(79.811)	169.966	137.211	(7.731)	(11.156)

19.1.2 Extensão de prazo - GSF

Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão descrito na nota 24.1.3.1, a São Manoel também procedeu com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
CEJA	5.714	3,8	9.815	6,1	15.529	9,9
Cachoeira Caldeirão			1.875	2,7	1.875	2,7
São Manoel	11.484	5,8	4.737	2,2	16.221	8,0
Total	17.198		16.427		33.625	

19.1.3 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

19.1.3.1 Risco de perda provável

	CEJA							
	Passivo			Ativo				
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial 31/12/2022	Depósito Judicial 31/12/2021
Trabalhistas	2.582	457	(186)	(1.193)	1.490	3.150	146	523
Cíveis	45	1			9	55		
Fiscais	30				1	31		
Outros	610	7	(13)	(33)	64	635		
Total Não circulante	3.267	465	(199)	(1.226)	1.564	3.871	146	523

	Cachoeira Caldeirão							
	Passivo			Ativo				
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial 31/12/2022	Depósito Judicial 31/12/2021
Cíveis	16.815	1.722	(376)	(10)	5.238	23.389		1.050
Outros	680			(13)		667		
Total Não circulante	17.495	1.722	(376)	(23)	5.238	24.056		1.050

	São Manoel					
	Passivo		Ativo			
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão	Atualização	Saldo em 31/12/2022	
Trabalhistas	2.714	142		586	3.442	
Outros	663	167	(6)	15	839	
Total Não circulante	3.377	309	(6)	601	4.281	

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

19.1.3.2 Risco de perda possível

	São Manoel				CEJA				Cachoeira Caldeirão			
	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	6.299	5.479			8	1.293	233	154			19	
Cíveis	5.247	1.679	4		35.234	29.164			9.336	7.941		
Fiscais	11.555	44.321	2.741	2.501	923	860	81	73	16.304	12.884		
Total	23.101	51.479	2.745	2.501	36.165	31.317	314	227	25.640	20.844		

CEJA**Cíveis**

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 31 de dezembro de 2022 o valor estimado da causa é de R\$35.234 (R\$29.164 em 31 de dezembro de 2021) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Fiscais

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado em 30 de junho de 2020 pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por supostas informações incorretas nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições), bem como, a cobrança de PIS e COFINS do período de 2016, visto que não foram consideradas as peculiaridades do setor de energia para fins de apuração desses impostos, atualmente o processo está em fase de elaboração de defesa. O montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$123 (R\$111 em 31 de dezembro de 2021). A CEJA obteve decisão administrativa favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O processo continua em andamento, aguardando julgamento do recurso.

Cachoeira Caldeirão**Fiscais**

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.791 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda o julgamento.

São Manoel**Cíveis**

A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela São Manoel em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a São Manoel incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.521 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda juízo de retratação para adequação conforme decisão do STF (Superior Tribunal Federal).

- Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel aguarda o julgamento.

- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.746 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda julgamento e adequação do tema, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

19.1.4 Compromissos contratuais e Garantias**19.1.4.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2022, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais			239		405	
Obrigações de compra						
Compra de Energia		34.515	9.111	8.825	68.080	65.970
Encargos de conexão e Transporte de Energia		88				
Materiais e serviços	90.577	32.083	36.684	22.790	32.950	23.221
Prêmio de risco - GSF			79.694	75.083		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.113.360	1.100.522	125.072	141.238	348.387	353.181
	1.203.937	1.167.208	250.800	247.936	449.822	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais			230		408	
Obrigações de compra						
Compra de Energia		32.883	10.383	11.031	77.551	82.446
Encargos de conexão e Transporte de Energia		86				
Materiais e serviços	91.158	32.831	37.891	23.362	36.400	26.792
Prêmio de risco - GSF			241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.708.463	1.736.501	160.618	161.193	516.270	535.496
	1.799.621	1.802.301	450.738	437.202	630.629	644.734

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1.4.2 Garantias

Garantias	Tipo de Garantias	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Cauçionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.635.009	1.576.836	444.724	494.242	579.761	562.101
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	304.976	325.674			203.360	217.885
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.				180		34.050
Compra de energia	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.						1.196
Executante construtor	Seguro garantia	823	823				
Outros	Recebíveis			2.741	2.431	1.730	1.534
		1.940.808	1.903.333	447.465	496.853	784.851	816.766

19.2 Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 115,27 MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A., que atende mais de 3,2 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022, divulgadas ao mercado em 11 de novembro de 2022; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

19.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas

Balanco Patrimonial

Ativo		30/09/2022	31/12/2021	Passivo		30/09/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		26.663	26.872	Dividendos e JCP a Pagar		176.111	134.356
Tributos a recuperar		46.148	37.879	Obrigações Fiscais		8.943	23.304
Dividendos a receber		205.644	145.877	Outros passivos circulantes		4.720	3.483
Outros ativos circulantes		653	51			189.774	161.143
		279.108	210.679				
Não circulante				Não circulante			
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		130.865	137.478	Provisões		23.277	20.477
Outros ativos não circulantes		61.181	51.984	Outros passivos não circulantes			118
		192.046	189.462			23.277	20.595
				Patrimônio Líquido		2.933.341	2.621.369
Investimentos		2.670.969	2.398.187	Total do passivo e patrimônio líquido		3.146.392	2.803.107
Imobilizado		205	338				
Intangível		4.064	4.441				
Total do ativo		3.146.392	2.803.107				

Demonstração do Resultado

	30/09/2022	30/09/2021
Despesas e Receitas operacionais	(12.489)	(16.612)
Resultado das participações societárias	454.942	481.437
Resultado financeiro	(5.176)	5.578
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(87)	4.496
Resultado líquido do período	437.190	474.899

19.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Não circulante

19.2.2.1 Risco de perda provável

	30/09/2022		31/12/2021	
	Passivo	Ativo Depósito Judicial	Passivo	Ativo Depósito Judicial
Trabalhistas		4.704		4.686
Cíveis	572	2.994	181	6.589
Fiscais	19.222	45.301	16.813	17.276
Regulatórias	3.483	8.182	3.483	8.182
Total Não circulante	23.277	61.181	20.477	36.733

19.2.2.1.1 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.2.2.1.2 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo (Nota 20.1)	Baixas	Reclassificação
Ativo financeiro indenizável	4.362.393	1.002.268	384.236	(33.943)	(8.107)
Total Não circulante	4.362.393	1.002.268	384.236	(33.943)	(8.107)

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

20.1 Valor justo

O montante de R\$384.236 na rubrica de valor justo, sofre impacto decorrente do aumento inflacionário no exercício. A taxa IPCA acumulada no exercício em 2022 é de 5,60%, enquanto em 2021 foi de 10,67%.

21 Ativos da concessão

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência para o Intangível	Transferência para o Ativo financeiro indenizável	Adições (Notas 21.1.1 e 34)	Remuneração	RAP	Aquisição de empresas (Nota 18.1)	Juros Capitalizados	Margem de Construção	Reclassificação
Distribuição	858.576	(354.920)	(1.002.268)	1.524.870				16.660		5.748
Transmissão	4.881.645			446.006	730.566	(522.559)	1.296.193	84	15.358	288.008
	5.740.221	(354.920)	(1.002.268)	1.970.876	730.566	(522.559)	1.296.193	16.744	15.358	5.748
Circulante	55.184									
Não circulante	5.685.037									

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 está reapresentado para adequada informação na rubrica de Transmissão, incluindo montante de R\$1.659 de reversão.

(**) O montante apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão.

21.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412% para as controladas de distribuição, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração.

21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	44%	32%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondução de redes em final de vida útil	21%	15%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	14%	19%
Combate a perdas	21%	34%
	100%	100%

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 33.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Recebimento de RAP

O recebimento de RAP refere-se à antecipação das obras, conforme mencionado na nota 4.6.

Reajuste e Revisão tarifária

Conforme mencionado na nota 4.17, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

22 Propriedades para investimentos

O montante em 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente à controlada indireta EDP Goiás adquirida no exercício (Notas 4.7 e 18.1), são aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à controlada indireta EDP Goiás, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 – Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia. O montante foi ajustado ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor justo foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

23 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

23.1 Composição do Imobilizado

Nota	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,50	24.797	(5.256)	19.541	12,50	24.797	(3.334)	21.463
Máquinas e equipamentos	11,52	28.225	(22.482)	5.743	11,52	28.069	(20.905)	7.164
Veículos	10,00	1.245	(1.023)	222	10,00	1.245	(931)	314
Móveis e utensílios	8,67	7.460	(2.657)	4.803	8,67	7.460	(2.251)	5.209
Total do Imobilizado em serviço		61.727	(31.418)	30.309		61.571	(27.421)	34.150
Ativos de direito de uso	23.1.2							
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,81	13.580	(1.596)	11.984	11,16	7.762	(437)	7.325
Veículos	20,00	6.089	(1.331)	4.758				
Total Ativos de direito de uso		19.669	(2.927)	16.742		7.762	(437)	7.325
Imobilizado em curso								
Administração		13.459		13.459		26.092		26.092
Total do Imobilizado em curso		13.459	-	13.459		26.092	-	26.092
Total Imobilizado		94.855	(34.345)	60.510		95.425	(27.858)	67.567

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Taxa anual média de depreciação %	Consolidado							
		31/12/2022				31/12/2021			
		Custo histórico	Impairment (nota 4.25)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos		186.960			186.960	183.610		183.610	
Reservatórios, barragens e adutoras	1,77	1.764.390		(600.466)	1.163.924	1,84	1.764.278	(590.674)	1.173.604
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,20	948.804	(1.278)	(330.463)	617.063	2,26	944.039	(324.532)	619.507
Máquinas e equipamentos	3,62	5.851.840	(1.202.849)	(2.824.872)	1.824.119	3,93	5.446.291	(2.154.431)	3.291.860
Veículos	14,18	4.703		(4.054)	649	14,48	4.890	(3.784)	1.106
Móveis e utensílios	5,76	5.875	(359)	(2.482)	3.034	6,61	5.295	(1.879)	3.416
		8.762.572	(1.204.486)	(3.762.337)	3.795.749	8.348.403	(3.075.300)	5.273.103	
Sistema de Transmissão de Conexão									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	2.993		(1.522)	1.471	3,38	2.993	(1.421)	1.572
Máquinas e equipamentos	3,06	202.137		(97.091)	105.046	3,06	201.715	(91.001)	110.714
		205.130	-	(98.613)	106.517	204.708	(92.422)	112.286	
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,72	40.224		(8.569)	31.655	9,93	37.218	(5.746)	31.472
Máquinas e equipamentos	5,86	186.540		(78.571)	107.969	10,37	186.153	(67.594)	118.559
Veículos	10,37	9.991		(4.935)	5.056	13,54	8.794	(3.095)	5.699
Móveis e utensílios	8,17	12.395		(4.816)	7.579	8,54	11.260	(3.981)	7.279
		249.150	-	(96.891)	152.259	243.425	(80.416)	163.009	
Atividades não vinculadas à concessão									
Terrenos		85			85	85		85	
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,00	47.625		(14.374)	33.251	9,95	47.028	(10.442)	36.586
		47.710	-	(14.374)	33.336	47.113	(10.442)	36.671	
Atividades vinculadas à concessão									
Veículos	23.1.1	14,29	(5.176)	1.566	(3.610)	14,29	(5.716)	953	(4.763)
			(5.176)	1.566	(3.610)		(5.716)	953	(4.763)
Total do Imobilizado em serviço		9.259.386	(1.204.486)	(3.970.649)	4.084.251	8.837.933	(3.257.627)	5.580.306	
Ativos de direito de uso	23.1.2								
Terrenos	1,19	35.927		(3.638)	32.289	3,84	7.139	(1.007)	6.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,89	96.234		(29.528)	66.706	13,90	90.463	(19.648)	70.815
Equipamentos de informática	5,50	291		(16)	275				-
Máquinas e equipamentos	26,99	41.158		(24.774)	16.384	26,51	25.618	(17.878)	7.740
Veículos	27,43	17.909		(8.334)	9.575	30,55	5.894	(4.338)	1.556
Total Ativos de direito de uso		191.519	-	(66.290)	125.229	129.114	(42.871)	86.243	
Imobilizado em curso									
Geração		183.292			183.292	160.812		160.812	
Administração		25.939			25.939	44.879		44.879	
Terrenos		871			871	897		897	
Edificações, obras civis e benfeitorias		7			7	4.200		4.200	
Máquinas e equipamentos		180.727			180.727	139.656		139.656	
Outros		56.574			56.574	51.220		51.220	
Total do Imobilizado em curso		447.410	-	-	447.410	401.664	-	401.664	
Total Imobilizado		9.898.315	(1.204.486)	(4.036.939)	4.656.890	9.368.711	(3.300.498)	6.068.213	

23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém.

23.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.8). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- **Equipamentos de informática:** Refere-se ao contrato de aluguel de notebooks e desktops utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio.
- **Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



23.2 Movimentação do Imobilizado

Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.463			(1.922)		19.541
Máquinas e equipamentos	7.164		156	(1.577)		5.743
Veículos	314			(76)		238
Móveis e utensílios	5.209			(422)		4.787
Total do Imobilizado em serviço	34.150	-	156	(3.997)	-	30.309
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.325	5.818		(1.159)		11.984
Veículos (Nota 23.2.1)	-	6.089		(1.331)		4.758
Total Ativos de direito de uso	7.325	11.907	-	(2.490)	-	16.742
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	650	119				769
Máquinas e equipamentos	25.442	2.895	(156)		(15.491)	12.690
Total do Imobilizado em curso	26.092	3.014	(156)	-	(15.491)	13.459
Total do Imobilizado	67.567	14.921	-	(6.487)	(15.491)	60.510

Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferên- cia para imobilizado em serviço e ativos de concessão	Depreciação	Baixas	Reclassifica- ção	Aquisição de empresas (Nota 18)	Outros (Notas 4.25 e 32)	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço									
Terrenos	183.695		3.350						187.045
Reservatórios, barragens e adutoras	1.173.604		112	(9.792)					1.163.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	689.137		8.468	(11.789)	(308)	(790)		(1.278)	683.440
Máquinas e equipamentos	3.521.133		92.228	(341.183)	(5.502)	(23.318)	1.173	(1.207.397)	2.037.134
Veículos	2.042		827	(858)	(73)	(16)	126	47	2.095
Móveis e utensílios	10.695		1.086	(945)		16	194	(433)	10.613
Total do Imobilizado em serviço	5.580.306	-	106.071	(364.567)	(5.883)	(24.108)	1.493	(1.209.061)	4.084.251
Ativos de direito de uso									
Terrenos	6.132	28.787		(2.630)					32.289
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.815	5.769		(9.878)					66.706
Equipamentos de informática	-	291		(16)					275
Máquinas e equipamentos	7.740	15.540		(6.896)					16.384
Veículos (Nota 23.2.1)	1.556	12.015		(3.996)					9.575
Total Ativos de direito de uso	86.243	62.402	-	(23.416)	-	-	-	-	125.229
Imobilizado em curso									
Terrenos	23.183	3	(3.350)						19.836
Reservatórios, barragens e adutoras	52	2	(54)						-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.310	119	(894)			(1.683)			852
Máquinas e equipamentos	111.082	40.142	(59.002)		(15.492)	65.008			141.738
Adiantamento a fornecedores	2.988					340			3.328
A ratear	2.456		(225)		(10)	(895)			1.326
Outros	53.205	45.715	(5.208)		(106)	(56.020)	681	4.810	43.077
Terrenos	897					(26)			871
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.200		(1.555)			(2.645)			-
Máquinas e equipamentos	155.705	90.426	(34.655)		(66.737)	35.995			180.734
Outros	22.804	51.929	(532)		(4.642)	(31.919)			37.640
Adiantamento a fornecedores	21.782				(18.556)	14.782			18.008
Total do Imobilizado em curso	401.664	228.336	(105.475)	-	(105.543)	22.937		4.810	447.410
Total do Imobilizado	6.068.213	290.738	596	(387.983)	(111.426)	(1.171)	2.174	(1.204.251)	4.656.890

23.2.1 Veículos

O valor de ingressos na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a renovação da frota de veículos da Companhia que ocorreu no exercício.

24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

24.1 Composição do Intangível

Controladora								
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	39.899	(29.112)	10.787	20,00	34.751	(24.999)	9.752
Total do Intangível em serviço		39.899	(29.112)	10.787		34.751	(24.999)	9.752
Intangível em curso								
Administração		45.268	-	45.268		28.673	-	28.673
Total do Intangível em curso		45.268	-	45.268		28.673	-	28.673
Total do Intangível		85.167	(29.112)	56.055		63.424	(24.999)	38.425

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



			Consolidado							
			31/12/2022				31/12/2021			
			Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Impairment (nota 4.25)	Amortiza- ção acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortiza- ção acumulada
	Nota									
Intangível em serviço										
Distribuição										
Direito de concessão - Infraestrut	24.1.1	4,65	5.011.504		(3.675.520)	1.335.984	4,65	4.776.007	(3.450.189)	1.325.818
Direito de concessão - Outros		3,82	38.143		(29.758)	8.385	3,82	38.143	(28.302)	9.841
			5.049.647	-	(3.705.278)	1.344.369		4.814.150	(3.478.491)	1.335.659
Geração e Transmissão										
Software		26,74	2.465	(336)	(1.307)	822	16,73	2.437	(2.073)	364
Servidão permanente		38,23	1.224		(270)	954	38,23	1.224	(604)	620
Direito de concessão - Licenças ambientais		22,69	75.243		(54.876)	20.367	22,06	71.076	(46.265)	24.811
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	24.1.2	3,27	241.526		(102.773)	138.753	3,27	229.799	(92.757)	137.042
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,70	1.654.410	(78.329)	(733.916)	842.165	4,70	1.572.812	(619.016)	953.796
			1.974.868	(78.665)	(893.142)	1.003.061		1.877.348	(760.715)	1.116.633
Sistema de Transmissão de Conexão										
Servidão permanente		3,22	1.151		(365)	786	3,19	1.132	(328)	804
			1.151	-	(365)	786		1.132	(328)	804
Administração										
Software		20,25	71.079		(47.891)	23.188	20,33	57.399	(39.071)	18.328
Outros		4,38	33.154		(8.856)	24.298	4,38	33.154	(7.564)	25.590
			104.233	-	(56.747)	47.486		90.553	(46.635)	43.918
Transmissão										
Software		20,00	691		(645)	46				-
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,33	1.053.863		(45.635)	1.008.228				-
			1.054.554	-	(46.280)	1.008.274		-	-	-
Total do Intangível em serviço			8.184.453	(78.665)	(4.701.812)	3.403.976		6.783.183	(4.286.169)	2.497.014
Intangível em curso										
Geração			17.785			17.785		17.785		17.785
Administração	24.2.1		102.262			102.262		67.518		67.518
Total do Intangível em curso			120.047	-	-	120.047		85.303	-	85.303
Atividades não vinculadas à concessão										
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.1.4	4,23	940.511		(726.091)	214.420	4,23	940.511	(689.023)	251.488
(-) Provisão para manutenção de dividendos	24.1.4	4,23	(940.511)		726.091	(214.420)	4,23	(940.511)	689.023	(251.488)
			-	-	-	-		-	-	-
Goodwill										
Blue Sol	24.1.5		22.477			22.477		22.477		22.477
EDP Smart Soluções			37.952		(31.804)	6.148		37.952	(31.804)	6.148
			60.429	-	(31.804)	28.625		60.429	(31.804)	28.625
Total do Intangível			8.364.929	(78.665)	(4.733.616)	3.552.648		6.928.915	(4.317.973)	2.610.942

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Saldo em 31/12/2022
(*) Reapresentado			
Investco	7.126	11.728	(2.239)
Enerpeixe	129.916		(7.778)
	137.042	11.728	(10.017)

(*) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados para adequada informação da controlada Investco, incluindo montante de R\$648 de amortização.

24.1.2.1 Adição

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão citado na nota 24.1.3.1, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão. Desta forma, fora adicionado o montante de R\$11.728 ao saldo da controlada indireta Investco.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



24.1.3 Direito de concessão - Outros

		Consolidado		
		31/12/2022		
	Nota	Custo	Amortização	Total
Distribuição				
		38.143	(29.758)	8.385
Transmissão				
		63.851	(1.331)	62.520
	24.2 e 18.1	1.053.863	(45.635)	1.008.228
Geração				
		164.826	(117.270)	47.556
		3.837	(2.347)	1.490
	4.24	106.855	(106.855)	-
		787.263	(394.981)	392.282
		1.062.781	(621.453)	441.328
Extensão de prazo - GSF				
		216.842	(40.656)	176.186
		229.338	(70.033)	159.305
		3.269	(443)	2.826
	24.1.3.1	449.449	(111.132)	338.317
		2.668.087	(809.309)	1.858.778

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

24.1.3.1 Extensão de prazo - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL. A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão. No exercício de 2022, a ANEEL divulgou as Resoluções Autorizativas: nº 11.715/22 para a controlada em conjunto CEJA, 11.998/22 para as controladas Enerpeixe e nº 12.255/22 para as controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e São Manoel e as controladas Energest (nota 17.1) e Investco respectivamente, onde são informados os prazos de extensão concedidos (Nota 4.15).

As controladas Enerpeixe e Lajeado efetuaram os incrementos cujos valores e meses estão demonstrados a seguir:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de concessão GSF - ACR		Total	
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo
Enerpeixe	216.841	67,0			216.841	67,0
Lajeado	98.416	13,6	130.923	18,5	229.339	32,1
Investco			3.269	32,1	3.269	32,1
Total	315.257		130.923		449.449	

24.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas Companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4).

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

24.1.5 Goodwill

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

24.2 Movimentação do Intangível

	Controladora				
	Valor líquido em		Transferência para intangível em		Valor líquido em
	31/12/2021	Ingressos	serviço	Amortização	31/12/2022
Intangível em serviço					
Software	9.752		5.148	(4.113)	10.787
Total do Intangível em serviço	9.752	-	5.148	(4.113)	10.787
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso	28.673	21.743	(5.148)		45.268
Total do Intangível em curso	28.673	21.743	(5.148)	-	45.268
Total do Intangível	38.425	21.743		(4.113)	56.055

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos (Nota 24.2.1)	Transferên- cia para intangível em serviço	Transferên- cias dos ativos da concessão	Amortização	Baixas (Nota 24.2.2)	Reclassifica- ção	Transferência de Investimentos	Outros (Nota 4.24)	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço										
Software	18.692		13.793		(8.115)			77	(391)	24.056
Servidão permanente	1.424		18		298					1.740
Direito de concessão - Licenças ambientais	24.811		4.167		(8.611)					20.367
Direito de concessão - Infraestrutura	1.325.818			354.920	(323.453)	(29.408)	8.107			1.335.984
Direito de concessão - Uso do Bem Público	137.042	11.728			(10.017)					138.753
Direito de concessão - Outros	963.637	1.057.132			(83.662)				(78.329)	1.858.778
Outros intangíveis em serviço	25.590				(1.292)					24.298
Total do Intangível em serviço	2.497.014	1.068.860	17.978	354.920	(434.852)	(29.408)	8.107	77	(78.720)	3.403.976
Intangível em curso										
Outros Intangíveis em curso	85.303	49.838	(17.978)				1.171	1.713		120.047
Total do Intangível em curso	85.303	49.838	(17.978)	-	-	-	1.171	1.713	-	120.047
Goodwill	28.625									28.625
Total do Intangível	2.610.942	1.118.698	-	354.920	(434.852)	(29.408)	9.278	1.790	(78.720)	3.552.648

24.2.1 Ingressos - Consolidado

O total de ingresso em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.118.698 refere-se principalmente: (i) R\$1.057.132 Mais Valia da aquisição da controlada indireta EDP Goiás (nota 18.1); (ii) R\$11.728 complemento do Uso do Bem Público da controlada indireta Investco (nota 4.16); e (iii) R\$49.838 de gastos relacionados a *upgrade* de *softwares*.

24.2.2 Baixas - Consolidado

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$29.408 referem-se principalmente as baixas de veículos pesados, medidores e transformadores de distribuição nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo.

25 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica (i)	25.1			725.436	999.880
Energia livre				40.631	38.368
Encargos de uso da rede elétrica				171.345	146.461
Operações CCEE	25.2			60.643	194.215
Materiais e serviços	25.3	42.471	50.834	488.058	565.168
Total		42.471	50.834	1.486.113	1.944.092

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$260.121 (R\$285.397 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$468.907 (R\$585.696 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

25.1 Suprimento de energia elétrica

A variação observada no exercício refere-se à redução do custo na contratação de energia nas controladas de distribuição decorrente do desligamento das termoeletricas pela ONS ao final de 2021 que se mantem em 2022, devido ao aumento das chuvas ocorridas no período citado, acarretando diretamente na redução da parcela variável dos contratos de compra de energia por disponibilidade.

25.2 Operações CCEE

O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE.

A redução é decorrente substancialmente das controladas de distribuição pela sazonalização operacionalizada pelas distribuidoras, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MCSD e pelo impacto da liquidação do bônus da crise hídrica no montante de R\$64.018 da EDP São Paulo e de R\$57.761 da EDP Espírito Santo (Nota 16.2.1).

25.3 Materiais e serviços

A redução de R\$77.110 observada na rubrica decorre substancialmente:

- (i) redução de R\$8.363 na Controladora devido ao pagamento de consultorias especializadas contratadas para os processos de novos negócios no exercício de 2021;
- (ii) redução de R\$127.099 da controlada Porto do Pecém ocorreu devido a liquidação dos montantes a pagar a fornecedores referente a importação de carvão no exercício anterior;
- (iii) aumento de R\$40.402 da controlada EDP São Paulo refere-se, substancialmente, a aquisição de equipamentos medidores, dispositivos elétricos, cabos e serviços de engenharia; e
- (iv) aumento de R\$25.613 da controlada indireta EDP Goiás composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à manutenção da linha de transmissão sob concessão da controlada.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26 Debêntures
26.1 Composição do saldo de Debêntures

												Controladora									
												31/12/2022				31/12/2021					
												Encargos		Principal				Encargos		Principal	
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda Nacional																					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.571		18.800	26.013	48.384	1.882	29.266	34.927	66.075	
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(63)	(28)	(91)			(191)	(191)	
Planner Trustee Distribuidor	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais						-	5.001	165.936		170.937	
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal						-		(192)		(192)	
Total												3.571	-	18.737	25.985	48.293	6.883	195.010	34.736	236.629	
Consolidado																					
												31/12/2022				31/12/2021					
												Encargos		Principal				Encargos		Principal	
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	1	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral						-	711	38.000		38.711	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal						-		(17)		(17)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		6.791		82.239	112.463	201.493	5.683		228.348	234.031	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal					(807)	(807)			(1.299)	(1.299)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		10.267			300.000	310.267	5.910		300.000	305.910	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(268)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					(268)	(268)			(481)	(481)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		8.586			577.179	585.765	9.646		501.034	510.680	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal					(4.796)	(4.796)			(6.702)	(6.702)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		26.575			400.000	426.575	12.779		400.000	412.779	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal					(904)	(904)			(1.253)	(1.253)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		3.760			270.000	273.760				-	
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal					(806)	(806)				-	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	15.000	1	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral						-	564	30.293		30.857	
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal						-		(14)		(14)	

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



												Consolidado								
												31/12/2022				31/12/2021				
												Encargos		Principal		Encargos		Principal		
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		19.513		178.670	140.404	338.587	17.958		302.004	319.962
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal					(1.138)	(1.138)			(1.745)	(1.745)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		6.825			200.000	206.825	3.929		200.000	203.929
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(215)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal					(215)	(215)			(386)	(386)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		14.393			750.932	765.325	15.065		711.485	726.550
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal					(1.615)	(1.615)			(2.240)	(2.240)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		22.649			350.000	372.649	11.181		350.000	361.181
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal					(798)	(798)			(1.106)	(1.106)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		2.002			450.000	452.002	1.086		450.000	451.086
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal					(1.479)	(1.479)			(1.944)	(1.944)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		6.267			450.000	456.267				-
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal					(1.237)	(1.237)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.571		18.800	26.013	48.384	1.882	29.266	34.927	66.075
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(63)	(28)	(91)			(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	1	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais						-	5.001	165.936		170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal						-		(192)		(192)
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral						-	667	100.000		100.667
(-) Custos de emissão	Lajeado				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal						-		(78)		(78)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral						-	836	50.000		50.836
(-) Custos de emissão	Lajeado				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal						-		(41)		(41)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		901			150.000	150.901	702		150.000	150.702
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal					(296)	(296)			(493)	(493)

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



												Consolidado									
												31/12/2022						31/12/2021			
												Encargos		Principal				Encargos		Principal	
												Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.327			200.000	204.327				-	
(-) Custos de emissão	Lajeado						05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal					(494)	(494)				-	
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	320.000	1	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia					-	388	106.752		107.140	
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal						-		(127)		(127)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.962		255.000		258.962	2.614		255.000	257.614	
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal				(93)		(93)			(197)	(197)	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		11.307			275.000	286.307	6.939		275.000	281.939	
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal					(651)	(651)			(887)	(887)	
Simplific Pavarini Distribuidora	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 476/09	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc: proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	23.063		92.163	1.425.340	1.540.566	22.720		1.434.857	1.457.577	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal				(6.863)	(20.962)	(27.825)			(34.764)	(34.764)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	26.019		60.841	1.025.714	1.112.574	107.074	7.030	923.117	1.037.221	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal				(4.247)	(37.138)	(41.385)		(4.381)	(41.395)	(45.776)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	11.088		525.000		536.088	5.785		525.000	530.785	
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal				(558)		(558)			(1.166)	(1.166)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil		93.285		700.000	793.285				-	
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina		(404)				19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal					(210)	(210)				-	
Total moeda nacional												211.866	93.285	1.200.889	7.729.203	9.235.243	239.120	522.427	6.944.523	7.706.070	
Derivativos																					
Safrá	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	700.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,91% a.a. para CDI + 1,50% a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral						-	10.260		(3.248)	7.012	
Itaú	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	500.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	Swap de IPCA + 3,26% a.a. para CDI + 1,15% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral						-	7.614		3.687	11.301	
Total derivativos												-	-	-	-	-	-	17.874	-	439	18.313
Total geral												211.866	93.285	1.200.889	7.729.203	9.235.243	256.994	522.427	6.944.962	7.724.383	

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Ba3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.

(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no *spread* anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensuradas a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de swap, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de hedge de valor justo.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro no demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$3.828.458 (R\$2.490.708 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.982.513 (R\$3.123.723 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



26.2 Movimentação das debêntures

		Controladora										
		Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022				
Circulante												
Principal		195.202	(194.848)		8.914		9.532	18.800				
Juros		6.883	(12.627)	9.315				3.571				
Custo de transação		(192)			(163)	292		(63)				
		201.893	(207.475)	9.315	8.751	292	9.532	22.308				
Não circulante												
Principal		34.927			(8.914)			26.013				
Custo de transação		(191)			163			(28)				
		34.736	-	-	(8.751)	-	-	25.985				
		Consolidado										
		Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferências	Amortização do custo de transação	Reclassificação (Nota 38.1.3)	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante												
Principal		527.277		(527.852)			1.100.233			113.055		1.212.713
Juros		239.120		(655.075)	733.125	(105.304)						211.866
Custo de transação		(4.850)					(25.888)	18.914				(11.824)
Swap		17.874							(17.874)			-
		779.421	-	(1.182.927)	733.125	(105.304)	1.074.345	18.914	(17.874)	113.055	-	1.412.755
Não circulante												
Principal		7.040.772	1.620.000			105.304	(1.100.233)			144.648	(7.446)	7.803.045
Juros		-			93.285							93.285
Custo de transação		(96.249)	(3.481)				25.888					(73.842)
Swap		439							(439)			-
		6.944.962	1.616.519	-	93.285	105.304	(1.074.345)	-	(439)	144.648	(7.446)	7.822.488

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2023	22.308	1.412.755
	22.308	1.412.755
Não circulante		
2024	25.985	1.970.245
2025		2.838.681
2026		1.127.398
2027		344.844
2028		774.544
2029 até 2040		766.776
	25.985	7.822.488
Total	48.293	9.235.243

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Porto do Pecém e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para ambas as emissões:

- (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) Pedido de autofalência;
- (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
- (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e
- (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

- (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
- (ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

(iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do *rating* da Emissão em 2 ou mais *notches*; e

(ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado^(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

(i) EDP Espírito Santo (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado^(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;

(ii) EDP Espírito Santo (5ª e 6ª emissões): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª, 11ª e 12ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(iv) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000; e

(v) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o poder concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025.

EDP São Paulo

(i) EDP São Paulo (8ª, 12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (6ª e 11ª emissões): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000;

(ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$ 100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais); e

(iii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

Enerpeixe

(i) Enerpeixe (2ª, 3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e

(iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

(i) Lajeado (2ª, 3ª, 5ª e 6ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Lajeado (2ª e 3ª emissões): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos;

(iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e

(iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª e 3ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

(i) Santa Leopoldina (1ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



27 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
27.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										Controladora									
										31/12/2022					31/12/2021				
										Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
										Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias									
Moeda nacional																			
Energest	EDP - Energias do Brasil S.A.	400.000	03/07/2020	100.000	03/07/2020 a 02/07/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato					-	5.305		100.000		105.305
											-	-	-	-	5.305	-	100.000	-	105.305
										Consolidado									
										Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
										Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Divida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	59		12.332	10.433	22.824	1.910	47.297	28.776	77.983
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(3)	(11)		(70)	(10)	(80)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Divida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			75.637		300.000	375.637	31.721		300.000	331.721
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação					(158)	(158)			(258)	(258)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Divida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.969		40.909	67.292	111.170	3.773	32.870	108.983	145.626
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(265)	(177)	(442)		(385)	(442)	(827)
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Divida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	58		10.019	12.746	22.823	1.727	44.629	28.346	74.702
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação					-			(67)	(8)	(75)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Divida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	3.832		41.523	75.378	120.733	4.049	46.909	107.374	158.332
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(211)	(114)	(325)		(296)	(347)	(643)
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Divida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória	19.904		300.000	319.904	10.155		300.000		310.155
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Divida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		51.463		350.000	401.463		3.057	350.000		353.057
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação				(310)	(310)				(648)	(648)
BNDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço de Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipotecas; e f. Alienação de ativos.				-	1.935		123.102	430.966	556.003

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



											Consolidado											
											31/12/2022		Principal					31/12/2021		Principal		
											Encargos		Principal			Encargos		Principal				
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total		
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026	-	-		Amortização mensal do custo de transação						-			(464)	(722)	(1.186)		
Notas Comerciais (1a emissão)	Porto do Pecém	1.500.000	20/09/2022	1.500.000	20/09/2022 a 11/07/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,0, apurado semestralmente	CDI + 2,40% a.a.	Principal e juros mensais	a. Cessão fiduciária de recebíveis e conta vinculada b. Caixa mínimo seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000.000,00 apurado semestralmente c. Manter Conta Reserva de 1 PMT	12.360		309.882	1.112.070	1.434.312					-		
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(10.714)	20/09/2022	(10.714)	20/09/2022 a 11/07/2027				Amortização mensal do custo de transação				(3.953)	(6.134)	(10.087)					-		
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão		7.550	20.396		43.678	71.624	2.584	21.650		40.182	64.416		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	1.134		23.428		24.562	1.185		23.429	23.429	48.043		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	21.211			200.000	221.211	8.648		200.000		208.648		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.175		50.000		52.175	2.433		50.000	50.000	102.433		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.728		250.000		254.728	3.088			250.000	253.088		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	5.825			50.000	55.825					-		
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	379		4.853	33.037	38.269					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(45)	(323)	(368)					-		
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32		411	2.808	3.251					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(50)	(57)					-		
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53		674	4.607	5.334					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(73)	(83)					-		
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	56		720	4.922	5.698					-		

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(68)	(77)					-
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57		731	4.993	5.781					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(69)	(79)					-
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	48		571	4.190	4.809					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(55)	(62)					-
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	100		1.201	8.805	10.106					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(115)	(130)					-
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53		633	4.636	5.322					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(60)	(68)					-
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	82		993	7.227	8.302					-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(14)	(109)	(123)					-
Total moeda nacional											134.128	96.033	1.394.008	1.939.314	3.563.483	41.487	56.428	566.954	2.015.621	2.680.490
Moeda estrangeira																				
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Capital de Giro		USD + 0,62% a.a.	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	Principal e Juros em parcela única no final					-	463		100.303		100.766
4131 Itaú - SWAP	EDP Smart Serviços	25.565 USD	08/04/2022	25.565 USD	08/04/2022 a 25/03/2023	Capital de Giro		USD + 3,733% a.a.	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	Principal e Juros em parcela única no final	3.679		133.989		137.668					-
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Investimento no projeto		USD + 0,66% a.a.	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	Principal e Juros em parcela única no final					-	228		90.728		90.956
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora		USD + 1,6175% a.a.	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	Principal no final e Juros anual	12.308			732.050	744.358					-
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora		USD + 2,933% a.a.	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	Principal e Juros em parcela única no final		8.593		351.091	359.684					-
Total moeda estrangeira											15.987	8.593	133.989	1.083.141	1.241.710	691	-	191.031	-	191.722

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022					31/12/2021				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a.	Em parcela única no final do contrato.		-	-	-	-	-	-	-	3.957	-	3.957
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,86% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		-	-	-	-	-	2.223	-	(5.261)	-	(3.038)
Total derivativos											-	-	-	-	-	2.223	-	(1.304)	-	919
Total geral											150.115	104.626	1.527.997	3.022.455	4.805.193	44.401	56.428	756.681	2.015.621	2.873.131

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 36.1.3.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada Indreia Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$100.741 (R\$98.591 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o Item 19 do CPC 39.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas Mata Grande Transmissora e EDP Smart Serviços, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 31 de dezembro de 2022, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$3.648.650 (R\$2.068.637 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.948.651 (R\$2.116.580 em 31 de dezembro de 2021).

27.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

		Controladora										
		Valor líquido em 31/12/2021		Pagamentos	Juros provisio- nados	Valor líquido em 31/12/2022						
Circulante												
Principal		100.000		(100.000)							-	
Juros		5.305		(9.399)		4.094					-	
		105.305		(109.399)		4.094					-	
Consolidado												
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Ajuste a valor de mercado	Aquisição de empresas	Reclassifica- ção	Amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante												
Principal	759.267	205.000	(1.160.595)		1.719.360		662	10.794	137		(1.756)	1.532.869
Juros	42.178		(227.357)	285.666	50.010		(382)					150.115
Custo de Transação	(1.282)	(10.714)			4.097			(126)		3.153		(4.872)
Swap	919								(919)			-
	801.082	194.286	(1.387.952)	285.666	1.773.467	-	280	10.668	(782)	3.153	(1.756)	1.678.112
Não circulante												
Principal	2.018.056	2.749.870			(1.719.360)	3.496	(38.358)	85.266			(69.007)	3.029.963
Juros	56.428			96.061	(50.010)	1.765	382					104.626
Custo de Transação	(2.435)	30			(4.097)			(1.006)				(7.508)
	2.072.049	2.749.900	-	96.061	(1.773.467)	5.261	(37.976)	84.260	-	-	(69.007)	3.127.08

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apresentados na nota 38.1.3.

27.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado		
Vencimento Circulante	Nacional	Estrangeira	Total
2023	1.503.574	174.538	1.678.112
	1.503.574	174.538	1.678.112
Não circulante			
2024	923.913	1.146.869	2.070.782
2025	459.495		459.495
2026	323.439		323.439
2027	187.565		187.565
2028 até 2032	85.800		85.800
	1.980.212	1.146.869	3.127.081
Total	3.483.786	1.321.407	4.805.193

28 Benefícios pós-emprego

As controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco e EDP Goiás (18.1) contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o *deficit/superávit* atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PSAP Bandeirante	36.839	12.687	172.698	254.025
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	202	167		
Assistência médica e segura de vida	42.378	38.649	526.339	544.609
Contribuição definida	147	112	413	
	79.566	51.615	699.450	798.634

28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Ennerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

(i) Plano PSAP Bandeirante – Grupo de Custeio BPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e

(ii) Plano PSAP Bandeirante – Grupos de Custeio BD e CV:

• Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é paritária entre a controlada e os participantes.

• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no exercício, com o montante de R\$ 1.160 (R\$1.135 em 2021).

	31/12/2021	Despesa Operacional reconhecida no exercício	Despesa Financeira reconhecida no exercício	Contribuições pagas pela Companhia	(Ganho)/Perda Atuarial	31/12/2022
PSAP	266.712	(922)	22.648	(36.025)	(42.876)	209.537
	266.712	(922)	22.648	(36.025)	(42.876)	209.537

EDP Espírito Santo

• Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a controlada.

28.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano.

Para a EDP Espírito Santo, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

28.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.274.624)	1.075.563	(67.651)	(266.712)
Custo do serviço corrente	922			922
Custo dos juros	(93.779)	77.043	(5.912)	(22.648)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	39.186	27.434	(23.744)	42.876
Contribuições pagas pela controlada		36.025		36.025
Contribuições pagas pelos empregados	(1.261)	1.261		-
Benefícios pagos pelo plano	79.583	(79.583)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.249.973)	1.137.743	(97.307)	(209.537)

O ganho atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$42.876, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2022, decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto considerando situação atual de mercado bem como por efeitos de inflação realizada ter sido superior à inflação projetada no estudo atuarial de 2021.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$36.839.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$207.506 (R\$235.804 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconheci- mento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(175.696)	304.975	(130.938)	
Custo do serviço corrente	(53)			(53)
Custo dos juros	(5.476)	11.216	(5.823)	(83)
Ganhos/(perdas) atuariais	(85)	4.242	(4.021)	136
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(181.310)	320.433	(140.782)	-

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$136 (perda atuarial de R\$117 em 31 de dezembro de 2021).

28.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	
	PSAP	Plano I	Plano II
Circulante			
2023	85.656	14.224	6.314
	85.656	14.224	6.314
Não circulante			
2024	88.796	14.254	6.449
2025	92.074	14.241	6.576
2026	95.149	14.180	6.693
2027	98.745	14.071	6.799
2028 a 2032	542.210	66.904	35.030
	916.974	123.650	61.547
Total	1.002.630	137.874	67.861

28.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	(922)	(2.323)	53	101
Custo dos juros	22.648	17.364	83	76
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(36.025)	(12.355)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(14.299)	2.686	136	177
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(27.434)	33.282	(4.242)	27.073
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	68.218	125.621	4.928	6.148
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(107.404)	(141.748)	(4.843)	(29.912)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	23.744	12.865	4.021	(3.486)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(42.876)	30.020	(136)	(177)
Total	(57.175)	32.706	-	-

28.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado Ativo	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Alocação %		Alocação %	
Títulos de dívida	Cotado	96,16%	90,89%	83,36%	85,71%
Ações	Cotado	3,30%	5,38%	16,26%	11,55%
Imóveis	Cotado	0,16%	0,36%	0,17%	0,29%
Outros	Não cotado	0,38%	3,37%	0,21%	2,45%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da Companhia nos seguintes montantes:

	31/12/2022			31/12/2021			
	PSAP	Plano II		PSAP	PSAP	Plano II	
	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	Total	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	Energest (Nota 17.1)	Total
Ações - EDP - Energias do Brasil	115	223	338	144	83	2	229

Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022		31/12/2021	
	PSAP		Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos	205	226		177		205
Participantes assistidos						
Com benefícios diferidos	82	92		14		14
Aposentados e pensionistas	868	845	627	160	638	160
	950	937	627	174	638	174
Total	1.155	1.163	627	351	638	379

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
	PSAP	Plano I	Plano II	
Pressupostos Centrais	1.098.483	129.967	66.051	
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	1.041.477	124.909	63.148	
Redução em 0,5%	1.146.200	132.714	68.065	
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	1.107.772	132.277	66.939	

Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo			
	PSAP		Plano I		Plano II	
Econômicas	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa de desconto - nominal	9,93% a.a.	8,70% a.a.	9,95% a.a.	8,69% a.a.	9,93% a.a.	8,69% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	4,05% a.a.	n/a	n/a	4,30% a.a.	4,05% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.
Inflação	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.
Demográficas						
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	M2006	RP 2000 Disabled	M2006	RP 2000 Disabled	M2006	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	Muller	n/a	n/a	TASA 1927	TASA 1927

28.1.1.6 Confissão de dívida - Enerprev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a Enerprev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a Enerprev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela Enerprev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 7/2013.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano	(1.091.652)	(1.116.303)
Valor justo dos ativos do plano	978.852	917.376
Superávit	(112.800)	(198.927)
Superávit irrecuperável	(97.607)	(67.785)
Total registrado submassa BSPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(210.407)	(266.712)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº 26/2008	(255.734)	(64.932)
Diferença entre premissas (*)	(45.327)	201.780

(*) O montante de R\$45.327 (R\$201.780 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela Enerprev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

28.1.2 Planos de Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feito adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuiu no exercício com R\$865 (R\$1.376 em 2021) e as controladas contribuíram no exercício com o montante de R\$6.197 (R\$6.869 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 138 colaboradores (142 em 31 de dezembro de 2021) da Companhia e 1.759 (1.721 em 31 de dezembro de 2021) das suas controladas.

28.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996;

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.1) - vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados nas controladas): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial das controladas; e

• Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

28.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	
	EDP Espírito Santo	Investco
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(582.091)	(1.334)
Custo do serviço corrente	(1.660)	(59)
Custo dos juros	(49.278)	(119)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	20.572	347
Contribuições pagas pela controladas	44.703	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(567.754)	(1.165)

O ganho atuarial no montante de R\$20.572 na EDP Espírito Santo e R\$347 na Investco, apurados na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2022, foi decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto de mercado utilizado no valor presente do fluxo de pagamento de benefícios previsto no estudo atuarial.

Para estes planos, acumulado desde o início da obrigação, o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 na EDP Espírito Santo é de R\$267.336 (R\$402.597 em 31 de dezembro de 2021) e na Investco de R\$136 (R\$415 em 31 de dezembro de 2021).

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses e sem pagamento para Investco.

28.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	EDP Espírito Santo		Investco
	Assistência médica e Seguro de vida	AIA	Assistência médica
Circulante			
2023	34.645	202	43
	34.645	202	43
Não circulante			
2024	36.521		51
2025	38.676		75
2026	40.754		87
2027	42.927		117
2028 a 2032	244.235		649
	403.113	-	979
Total	437.758	202	1.022

28.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP Espírito Santo		Investco	
	2022	2021	2022	2021
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	1.660	2.388	59	75
Custo dos juros	49.278	47.153	119	120
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(44.703)	(41.350)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	6.235	8.191	178	195
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido				
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	20.103	288	(271)	(256)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(40.675)	(74.195)	(76)	(156)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(20.572)	(73.907)	(347)	(412)
Total	(14.337)	(65.716)	(169)	(217)

28.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP Espírito Santo								Investco	
	AIA		Assistência Médica		Seguro de Vida		Outros benefícios a aposentados		Assistência Médica	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Participantes ativos	4	6	81	109	76	98	883	885	27	29
Participantes assistidos										
Aposentados e pensionistas			2.711	2.758	1.337	1.329	33	43		
	-	-	2.711	2.758	1.337	1.329	33	43	-	-
Total	4	6	2.792	2.867	1.413	1.427	916	928	27	29

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	EDP Espírito Santo			Investco
	Assistência Médica	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Análise de sensibilidade				
Pressupostos Centrais	504.417	163	1.410	1.337
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	472.552	142	1.367	1.268
Redução em 0,5%	522.765	184	1.553	1.406
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	517.934	164	1.311	1.337

28.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

EDP Espírito Santo				
2022				
Econômicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,57% a.a.	9,86% a.a.	9,86% a.a.	9,92% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031; Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
EDP Espírito Santo				
2021				
Econômicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	7,57% a.a.	8,70% a.a.	8,70% a.a.	8,77% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,05% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,25% a.a.	n/a	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	Custos Médicos: 9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030;	n/a	n/a
Inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	Custos médicos: 3,5% a.a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Investco				
Econômicas	2022	2021		
Taxa de desconto - nominal	9,86% a.a.	8,70% a.a.		
Inflação médica de longo prazo	9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031	9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030		
Inflação	3,5% a.a.	3,25% a.a.		
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational		
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled		
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1		

28.3 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.3.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra01 – Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

28.3.2 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

28.3.3 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(9)		(9)
Custo dos juros	(788)	660	(128)
Ganhos/(perdas) atuariais	(2.229)	3.402	1.173
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036

As contribuições da controlada EDP Goiás esperadas neste plano para o exercício de 2023 é de R\$19.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$126.

28.3.4 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	CELGPREV	ELETRA 01
Circulante		
2023	747	123
	747	123
Não circulante		
2024	769	127
2025	796	131
2026	823	135
2027	851	139
2028 a 2032	4.662	751
	7.901	1.283
Total	8.648	1.406

28.3.5 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	2022
Custo do serviço	
Custo do serviço corrente	9
Custo dos juros	128
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	137
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido	
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(3.403)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	2.427
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(197)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.173)
Total	(1.036)

28.3.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2022
Participantes ativos	31
Aposentados e pensionistas	13
Total	44

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28.3.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Obrigações dos planos	
	2022	
	CELGPREV	ELETRA 01
Pressupostos centrais	9.627	1.636
Taxa de desconto		
Aumento em 0,5%	9.127	1.551
Redução em 0,5%	10.025	1.698
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	9.730	1.658

28.3.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2022	
	CELGPREV	ELETRA 01
Taxa de desconto - nominal	9,86%	8,89%
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000 M, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	MI 85
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	TASA 1927, suavizada em 50%

28.3.9 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a controlada EDP Goiás contribuiu no exercício com R\$829.

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores.

29 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

Nota	Consolidado						Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferências	Aquisição de empresas (Nota 18.1)	
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	29.1	73.757	108.888	5.660	(136.613)	2.093	53.785
Conta de desenvolvimento energético - CDE	29.2	19.110	1.939.144		(1.939.375)	2.550	21.429
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		6.544	29.121		(29.335)		6.330
Encargos tarifários (ECE/ EAEED)		31.451	3				31.454
Bandeiras tarifárias (CCRBT)		21			(3.152)		(3.131)
Outros encargos		1.680	27.674		(26.233)	69	2.670
Total		132.563	2.104.830	5.660	(2.134.708)	(520)	112.537
Circulante		132.454					110.439
Não circulante		109					2.098

29.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20 e os programas de PEE são regulamentados por meio da Resolução Normativa nº 920/21.

Em 1º de setembro de 2020 foi publicado pelo Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 998, que trata da destinação de recursos disponíveis para investimentos em P&D e PEE, no período de 1º de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2025, para ao fundo setorial da CDE. Diante disto, por meio da Nota Técnica nº 0496/2020-SPE/ANEEL, foi instaurada a Consulta Pública nº 78/2020, no período de 23 de dezembro de 2020 à 21 de janeiro de 2021 com vistas a obter contribuições para o aprimoramento da proposta elaborada promovida pela MP nº 998/20.

Através das contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 78/20, conclui-se pela regulamentação do Artigo 1º da Lei nº 14.120 de 1º de março de 2021 (decorrente da conversão da MP nº 998/20), que nos termos das Notas Técnicas nº 7/2021-SPE-SFF/ANEEL e nº 9/2021-SPE-SFF/ANEEL, estabelece, dentre outras: (i) as premissas necessárias para a definição dos projetos que deverão ser enquadrados como contratados ou iniciados e serão abatidos do saldo existente em 31 de agosto de 2020; (ii) a definição dos valores a serem recolhidos; (iii) a operacionalização do recolhimento dos recursos à CDE; (v) a fiscalização das informações declaradas pelas empresas; e (vi) a alteração dos regulamentos.

Por meio do Despacho nº 904 de 31 de março de 2021, a ANEEL regulamentou o Artigo 1º da Lei nº 14.120/21 que destina os recursos não utilizados de P&D e PEE, geridos pela ANEEL para a CDE.

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$53.785 (R\$73.757 em 31 de dezembro de 2021), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



29.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL. Em 2021, foi determinado pela ANEEL, via RNE nº 885/21 a destinação de parte dos recursos de CDE à Conta COVID. Os valores e prazos de pagamento à CCEE foram definidos pelo DSP nº 939/21.

30 Uso do Bem Público - UBP

O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe e Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de Concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

Controladas	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Usina	Valor anual da parcela	Taxa de Juros	Taxa de Desconto
Investco	76.802	66.097	UHE Luiz Eduardo Magalhães	1.045	IGP-M	6,00%
Enerpeixe	453.650	440.037	UHE Peixe Angical	6.800	IGP-M	6,00%
	530.452	506.134				
Circulante	46.082	43.269				
Não circulante	484.370	462.865				

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram registrados em contrapartida do Intangível (Nota 24.1.2) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Ingressos (Nota 24.1.2.1)	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência
Circulante						
Uso do Bem Público	43.269		(125)	(427)	(44.474)	47.839
	43.269	-	(125)	(427)	(44.474)	47.839
Não circulante						
Uso do Bem Público	462.865	11.728	10.961	46.655		(47.839)
	462.865	11.728	10.961	46.655	-	(47.839)

31 Provisões

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	31.1	27.941	8.099	33.380	14.367	638.068	550.306
Licenças Ambientais	31.2			54.566	51.136	19.516	26.052
Desmantelamento	31.3					11.483	10.671
Total		27.941	8.099	87.946	65.503	669.067	587.029

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

31.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados a litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

31.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue.

		Controladora							
		Passivo				Ativo			
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial	
								31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas		1.619	8.619	(1.203)	(21)	2.458	11.472	2.536	
Cíveis		6.157	9.689	(1.026)	(638)	1.780	15.962	8.729	2.279
Outros		323	198	(9)	(8)	3	507		
Total Não circulante		8.099	18.506	(2.238)	(667)	4.241	27.941	11.265	2.279
		Consolidado							
		Passivo				Ativo			
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Aquisição de empresas (Nota 18.1)	Saldo em 31/12/2022	Depósito Judicial
		Nota						31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	31.1.1.1		137.027	39.284	(30.565)	(19.524)	20.539	2.937	149.698
Cíveis	31.1.1.2		310.605	59.495	(38.962)	(14.911)	65.766	102	382.095
Fiscais	31.1.1.3		52.545	398	(932)	(489)	2.794	829	55.145
Regulatórios	31.1.1.4		12.051	18.112	(211)	(4.674)	2.223	3.232	30.733
Outros	31.1.1.5		52.445	3.867	(3.096)	(1.875)	2.436		53.777
Total			564.673	121.156	(73.766)	(41.473)	93.758	7.100	671.448
Circulante			14.367					33.380	
Não circulante			550.306					638.068	197.521
									189.452

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia e consolidado é de R\$82.108 em 31 de dezembro de 2022 (R\$91.564 em 31 de dezembro de 2021).

31.1.1.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Porto do Pecém, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia e suas controladas entenderam, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas passaram a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em conta judicial.

Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

31.1.1.2 Cíveis

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2022 para a EDP São Paulo é de R\$90.036 (R\$71.426 em 31 de dezembro de 2021) e para a EDP Espírito Santo é de R\$6.839 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2021), destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo:

- Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova perícia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 é de R\$64.640 (R\$57.960 em 31 de dezembro de 2021).

EDP São Paulo

Ação De Cobrança nº 0002000-33.2001.8.26.0100, promovida pela Fundação CESP em face das empresas cindidas da Eletropaulo, para haver a importância total de R\$ 1.642 de 30 de outubro de 2000, referente à parte que lhes caberia em face do plano de suplementação de aposentadorias e pensão para os empregados da Funesp - o valor refere-se à reavaliação atuarial anual do plano referido ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$34.342 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

- Processo originário 0121427-48.2006.8.26.0100 que tramitou perante a 28ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, finalizado este processo passou a tramitar o Cumprimento de sentença nº. 0041606-43.2016.8.26.0100 em tramite perante a 28ª Vara Cível. Trata-se de Cumprimento de sentença que visa que a Companhia realize o pagamento de R\$1.894 (valor histórico de 2012). A Companhia apresentou recurso para discutir o valor da condenação através do Agravo de Instrumento e em 03 de maio de 2022 foi publicada a decisão determinando a intimação da seguradora para que depositasse nos autos o valor objeto da apólice no total de R\$8.381. Evitando a execução da apólice de seguro a EDP São Paulo optou por depositar o valor discutido no processo a título de garantia, passando o caso de possível para provável em razão do dispêndio dos valores. Em dezembro de 2022 o valor é de R\$10.495 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso.

EDP Espírito Santo

A controlada é parte em causas referente a pedidos de responsabilidade civil por eletropressão, onde ocorreu acidentes provocados pela exposição acidental a carga elétrica. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.980 (R\$14.863 em 31 de dezembro de 2021). Aguarda-se julgamento dos processos.

Processos relacionados a desapropriação e constituição de servidão administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgamento ou decisão final. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.172 (R\$ 18.771 em 31 de dezembro de 2021).

Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalva a condenação da Companhia ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalva em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. Em agosto de 2022 houve a atualização após novo julgamento do processo onde o valor estimado foi atualizado e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$15.898 (R\$17.107 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

A Investco possui provisionado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$15.832 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2021) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.989 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$12.843 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.138 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

EDP Transmissão Aliança

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$27.349 (R\$ 25.500 em 31 de dezembro de 2021).

Definição STF sobre os limites da coisa julgada

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$47.074 (R\$ 41.533 em 31 de dezembro de 2021).

31.1.1.3**Fiscais****Enerpeixe**

Processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.305 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo

Em 31 de dezembro de 2022, o valor da contingência é de R\$11.398 (R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021), em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da majoração da alíquota no montante de R\$6.748 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

EDP Espírito Santo

• Refere-se à ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R\$28.640 já atualizados, em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.560 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

• Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.039 (R\$2.905 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

31.1.1.4**Regulatórios****EDP São Paulo e EDP Espírito Santo**

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

EDP São Paulo

Dentro do contexto de Fiscalização Responsiva, as Agências Reguladoras estabelecem acordos com as concessionárias para o desenvolvimento de planos de ações específicos, que objetivam a melhoria e a conformidade do serviço prestado pelas empresas. A ARSESP - Agência Reguladora do Estado de São Paulo e a controlada EDP São Paulo definiram Plano de Resultados para melhoria de indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica da EDP São Paulo, que foi acompanhado ao longo do ano de 2021, a partir do processo de fiscalização ANEEL nº48500.004490/2022-22. O processo de fiscalização resultou no Auto de Infração 0015/2022-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência de a EDP São Paulo ter ultrapassado em 2021 os limites regulatórios estabelecidos em 14 conjuntos de unidades consumidoras no indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e em 6 conjuntos de unidades consumidoras no indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo que os indicadores regulatórios globais de DEC e FEC na controlada EDP São Paulo foram registrados abaixo do limite estabelecido para o mesmo ano. O montante de penalidade estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.438, representando uma redução de 25,81%. A controlada EDP São Paulo protocolou recurso administrativo, e aguarda avaliação de mérito pela ANEEL.

31.1.1.5**Outros****Porto do Pecém**

Como consequência da combinação de negócios relativa à aquisição da Porto do Pecém, é considerado em 31 de dezembro 2022 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2021) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

EDP São Paulo

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total é de R\$2.714. A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade a Companhia em favor da EnerPrev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



31.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Saldo em		Ativo		Saldo em		Ativo	
		31/12/2022	31/12/2021	Depósito Judicial		31/12/2022	31/12/2021	Depósito Judicial	
Trabalhistas	31.1.2.1	3.300	1.540	278	54	121.889	111.988	9.888	6.104
Cíveis	31.1.2.2	166.507	107.153	1.097	307	1.620.426	1.341.280	16.464	14.991
Fiscais	31.1.2.3	49.218	46.885	1.085	995	2.321.753	2.132.095	108.228	131.504
Regulatórios	31.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		219.025	155.578	2.460	1.356	4.076.366	3.597.661	135.132	153.151

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$729.410 em 31 de dezembro de 2022 (R\$725.666 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$740.364 em 31 de dezembro de 2022 (R\$736.225 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

31.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

31.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

- Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$73.248 (R\$60.630 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

- Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 31.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$131.748 (R\$109.146 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

- Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$129.197 (R\$106.941 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$290.324 (R\$240.310 em 31 de dezembro de 2021).

- Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADÉE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$24.114 (R\$19.960 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$26.738 (R\$22.132 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

- Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$35.268 (R\$29.192 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

- Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.290 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2021).

EDP São Paulo

- Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$117.909 (R\$97.598 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$106.610 (R\$88.245 em 31 de dezembro de 2021).

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$176.003 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

31.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$23.989 (R\$23.007 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$37.912 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021) para a EDP São Paulo e R\$153.527 para a EDP Espírito Santo (R\$143.55 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$129.066 (R\$116.957 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$132.741 (R\$125.000 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e credimento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022 (R\$160.730 em 31 de dezembro de 2021). A Controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$ 10.646. A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$41.480 (R\$39.957 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 de R\$111.285 (R\$107.314 em 31 de dezembro de 2021), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A redução do valor se deu em razão do êxito obtido em um dos processos administrativos, cancelando a cobrança do débito. A Companhia apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$79.266 (R\$77.408 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$134.301 (R\$102.378 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 houve um aumento expressivo no valor da contingência, em razão da alteração de risco para possível de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras. A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$14.631 (R\$13.415 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.
- Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos exercícios de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$18.334 (R\$16.550 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

- Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$200.269 (R\$184.042 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.
- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2022 importam em R\$8.955 (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas Prefeituras: A Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2022 totalizam o montante de R\$124.041 (R\$116.642 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, destaca-se o valor de R\$99.898 (R\$94.843 em 31 de dezembro de 2021) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A Companhia apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$85.798 (R\$111.235 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.
- Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$153.527 em 31 de dezembro de 2022 (R\$143.550 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.
- Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.417 (R\$4.171 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$63.246 (R\$57.291 em 31 de dezembro de 2021), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Trading

- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.327 (R\$14.494 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.
- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$26.862 em 31 de dezembro de 2022 (R\$24.294 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento.

Lajeado

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$154.431 (R\$145.323 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).
- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.568 (R\$7.894 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$178.497 (R\$151.173 em 31 de dezembro de 2021). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.
- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$66.642 (R\$60.886 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.
- Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.504 (R\$5.003 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

Porto do Pecém

Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$99.652 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento nos Tribunais Superiores.

31.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

31.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 na Controladora é de R\$2.736 (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2021) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, Porto do Pecém, Lajeado, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, Investco e EDP Goiás é de R\$132.378 (R\$60.032 em 31 de dezembro de 2021).

31.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2022 no Circulante e Não circulante de R\$74.082 (R\$77.188 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, UTE e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados no prédio administrativo da controlada Porto do Pecém, nos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos. Além disso, a UTE Pecém possui, ainda, o reaproveitamento de parte dos efluentes no processo de produção de energia.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. Na controlada Porto do Pecém, são reaproveitadas as cinzas produzidas na geração de energia, enviadas para processamento na indústria cimenteira, diminuindo o montante de resíduos não perigosos enviados para aterro. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-los.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no exercício foram de R\$16.090 (R\$160.069 em 2021).

31.3 Desmantelamento

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$11.483 (R\$10.671 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do imobilizado (Nota 23). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

32 Patrimônio Líquido**32.1 Capital social**

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.502.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A composição do capital social está demonstrada a seguir:

Acionista	31/12/2022		31/12/2021		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	183.141.323	31,51	180.209.523	31,01	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	24,53	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores	261.954	0,05	165.005	0,03	
Ações em tesouraria (2)	15.186.053	2,62	4.435.100	0,76	
Ações em circulação	239.991.267	41,29	253.770.969	43,67	
Total	581.165.268	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

32.2

Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

A Companhia tinha por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

A Companhia, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 28 de agosto de 2020, passou, por política, a propor a distribuição, à título de dividendo e/ou de JSCP, a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, do maior entre os seguintes valores: (a) 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia; (b) 50% do Lucro Líquido Ajustado calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e por resultados com realização em Caixa a Longo Prazo; ou (c) R\$1,00 (um real) por ação, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		1.021.437	2.159.838
Constituição da reserva legal - 5%	32.3	(51.072)	(107.992)
		<u>970.365</u>	<u>2.051.846</u>
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	14	651.239	454.811
Dividendos complementares obrigatórios			126.372
Reserva de lucros	32.3	166.669	
Dividendo adicional proposto	32.3	152.457	
Lucro do exercício a deliberar	32.3		1.470.663
		<u>970.365</u>	<u>2.051.846</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		1,15064	0,27125
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares			0,21912

32.3

Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Resultado na alienação de ações em tesouraria	32.3.1	58.540	60.490
Opções de ações outorgadas	32.3.2	3.764	5.681
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Outras Reservas de Capital		<u>29.720</u>	<u>31.312</u>
		<u>127.375</u>	<u>132.834</u>
Reservas de lucros			
Legal		724.931	673.859
Retenção de lucros	14	5.076.558	4.116.043
Dividendo adicional proposto	32.3.4 e 14	152.457	1.470.663
		<u>5.953.946</u>	<u>6.260.565</u>

32.3.1

Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$1.950 é decorrente do efeito da apuração de perdas e ganhos na outorga das ações.

32.3.2

Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

A variação no exercício no montante de R\$1.917 é decorrente das provisões de ações outorgadas referente aos planos III, V e VI, bem como a transferência da outorga aos colaboradores contemplados no plano ILP II e IV.

32.3.2.1 Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações

A Assembleia Geral da Companhia realizada em 10 de abril de 2015 estabeleceu a implementação e estruturação da Política de Remuneração Baseada em Ações. Em 2 de maio de 2016, o Conselho da Administração aprovou o Regulamento relativo a referida política.

A política de remuneração tem por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos beneficiários, mediante a entrega de ações de sua própria emissão. Os beneficiários da política de remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferece à Companhia. A política prevê dois tipos de programas, conforme descritos abaixo:

(i) Programa de incentivo - o beneficiário do programa possui o direito de receber, no futuro, até 2 ações para cada ação de emissão da Companhia adquirida por ele com a utilização de 30% do valor líquido do seu bônus por desempenho anual; e

(ii) Programa de retenção - o beneficiário do programa possui o direito de receber ações de emissão da Companhia a título de pagamento de um bônus anual complementar eventualmente concedido pela Companhia.

As ações de emissão da Companhia sujeitas à política de remuneração não poderão representar, a qualquer tempo, mais do que 1% do capital social da Companhia.

O preço das ações adquiridas pelos beneficiários será equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na B3 nos 60 dias anteriores à data da referida aquisição.

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente serão concedidas aos beneficiários que permanecerem continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do programa de incentivo, os mesmos deverão manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

Nos casos de desligamento por iniciativa dos beneficiários dos programas ou por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas com justa causa durante o período de carência, o direito ao recebimento das ações outorgadas não plenamente adquiridas restará automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, farão jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

A entrega das ações de incentivo será após o período de carência, qual seja, 3 anos, caso a rentabilidade de mercado seja atingida (rentabilidade acumulada igual ou acima de 15% sobre a apuração média do IEE – Índice de Energia Elétrica e do IBOVESPA – Índice Bovespa), ou após 5 anos, caso a rentabilidade de mercado definida no regulamento não seja atingida.

Em relação ao programa de incentivo, durante o período de 1 ano após a aquisição das ações da Companhia, as mesmas não poderão ser negociadas, todavia, se após este período o beneficiário negociá-las, automaticamente perderá o direito ao recebimento das ações de incentivo.

Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração vigentes:

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	Qtde. de ações a serem outorgadas	
					Plano de incentivo	Plano de retenção
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590		
Plano de remuneração II	agosto/2017	27.747	14,26	396		
Plano de remuneração III	junho/2018	83.240	13,75	1.144	66.743	139.138
Plano de remuneração IV	junho/2019	57.892	18,68	1.081	3.445	10.176
Plano de remuneração V	junho/2020	71.256	16,71	1.191	68.631	59.467
Plano de remuneração V	julho/2020	12.000	16,71	201	24.000	73.607
Plano de remuneração VI	agosto/2021	71.645	18,69	1.339	107.004	159.295
Total		367.893			269.823	441.683

Planos	Plano de incentivo			Plano de retenção			
	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/Baixa	Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2022	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/Baixa	Exercidas
Plano de remuneração II	71.704	(7.807)	(63.897)	-	58.646	(199)	(58.447)
Plano de remuneração III	83.404	(13.134)	(3.527)	66.743	167.410	(28.272)	139.138
Plano de remuneração IV	64.859	(8.810)	(52.604)	3.445	135.900	(17.274)	10.176
Plano de remuneração V	130.622	(30.386)	(7.605)	92.631	170.176	(31.515)	133.074
Plano de remuneração VI	130.167	(21.933)	(1.230)	107.004	172.887	(13.592)	159.295
	480.756	(82.070)	(128.863)	269.823	705.019	(90.852)	441.683

32.3.2.2 Plano de remuneração II

Para o Plano de remuneração II foram concedidas aos beneficiados 122.344 ações pelo preço de exercício a R\$20,75. As ações cujo prazo de outorga encerrou, foram exercidas entre os períodos findos de 30 de junho de 2022 e 31 de julho de 2022.

32.3.2.3 Plano de remuneração IV

Para o Plano de remuneração IV foram concedidas aos beneficiados 161.054 ações pelo preço de exercício a R\$20,75. As ações cujo prazo de outorga encerrou, devido ao cumprimento das regras estabelecidas, foram exercidas entre os períodos findos de 30 de junho de 2022 e 31 de julho de 2022.

32.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R\$960.515 é decorrente da destinação para reserva de retenção de lucros nos exercícios para aumento de capital da Companhia e da distribuição de dividendos, conforme deliberado em AGOE (Nota 14). Adicionalmente, foi aprovado em Diretoria em janeiro de 2023 a destinação de R\$500.000 destas reservas para aumento de Capital Social, em conformidade com o artigo 199. da Lei nº 6.404/76, cuja efetivação será efetuada na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

32.3.4 Dividendos adicionais propostos

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$152.457 será deliberado em AGO para pagamento no exercício de 2023.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



32.4 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(654.184)	107.964	(546.220)
	(654.184)	107.964	(546.220)

32.5 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 28 de agosto de 2020 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra foi adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas.

Em RCA realizada em 25 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de ações atualmente mantidas em tesouraria e o lançamento de novo programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia cancelou o total de 25.685.126 ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do Cancelamento de Ações, o capital social da Companhia, de R\$5.502.716, passou a ser dividido em 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantendo-se em tesouraria a quantidade de 200.000 ações ordinárias.

De modo maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, e capturar o potencial de valorização das ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a realização de um novo Programa de Recompra. No total, serão adquiridas no âmbito do Programa de Recompra até 23.558.500 ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo em vista o limite de manutenção de ações em tesouraria disposto no artigo 8º da ICVM 567/15, qual seja, de 10% das ações de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado.

A Administração entende que esta deliberação faz parte do processo contínuo da Companhia em maximizar valor aos seus acionistas e que sua situação financeira atual é compatível com a possível execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas aos credores e demais compromissos. Abaixo seguem as características do Programa de Recompra de Ações:

Prazo da realização das operações	Máximo de ações que poderão ser recompradas	Quantidade recomprada de ações	Preço médio de aquisição	Recursos disponíveis	Instituições financeiras intermediárias
18 meses após a realização da RCA	23.558.500	15.186.053	20,66	Reservas de Lucros ou capital da Companhia, com exceção das reservas descritas no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM nº 567/15.	BTG Pactual CTVM S.A.; Itaú; Santander CCVM S.A.; Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.; e XP Investimentos CCTVM S/A

32.6 Participações de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.169.848 (R\$1.142.615 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.2).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é composta por: (i) R\$462.221 correspondente à Lajeado; (ii) R\$388.127 correspondente à Investco; (iii) R\$261.797 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$57.680 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$23 correspondente à EDP Goiás.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investco	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	EDP Goiás	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	161.592	174.843	324.003	147.471	170.364	978.273
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.238)	(6.225)	15.884	(26.952)	(98.503)	(122.034)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(30.040)	(184.458)	(283.436)	(91.990)	(50.317)	(640.241)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	125.314	(15.840)	56.451	28.529	21.544	215.998

O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, conforme detalhado abaixo.

32.7 Partes beneficiárias

A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

33 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 34).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Transmissão

Receita de construção da infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 equivalem a 5,00% a 218,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro, são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Cientes

• **Vendas à vista e vendas financiadas**

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

• **Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada**

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

• **Arrendamentos financeiros e operacionais**

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do exercício contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o exercício do arrendamento.

	Nota	Controladora		Consolidado					
		R\$		Nº de consumidores		MWh		R\$	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento	7.2 e 33.1								
Residencial				3.248.863	3.154.794	6.892.500	6.653.309	2.734.590	2.513.536
Industrial				16.721	22.084	1.201.536	1.366.615	536.550	541.642
Comercial				281.829	273.241	2.990.786	2.868.271	1.207.699	1.108.924
Rural				193.075	199.470	1.001.858	1.008.018	279.911	288.329
Poder público				22.297	21.583	549.112	487.064	248.347	198.067
Iluminação pública				6.380	3.921	627.070	695.210	192.149	162.719
Serviço público				3.379	3.297	432.632	445.672	157.696	167.323
Consumo próprio				457	397	14.249	13.386		
		-	-	3.773.001	3.678.787	13.709.743	13.537.545	5.356.942	4.980.540
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado									
Consumidores cativos									
Residencial								2.813.158	2.823.102
Industrial								393.480	419.675
Comercial								1.222.550	1.151.717
Rural								349.998	315.694
Poder público								200.727	166.031
Iluminação pública								134.438	167.870
Serviço público								144.031	117.104
Consumidores livres				1.881	1.651	12.737.009	12.428.874	2.006.532	2.234.790
		-	-	1.881	1.651	12.737.009	12.428.874	7.264.914	7.395.983
Não faturado	33.2								
Fornecimento								(81.510)	143.737
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição								(59.106)	111.984
		-	-	-	-	-	-	(140.616)	255.721
Resultados de ativos financeiros setoriais	8								
CVA								(1.046.945)	929.773
Itens financeiros - RTE	33.3							(104.158)	(68.753)
Itens financeiros - Outros								665.188	25.869
PIS/COFINS								518.644	267.304
		-	-	-	-	-	-	32.729	1.154.193
Suprimento - Faturado	33.4					12.126.985	13.610.060	2.608.115	3.651.610
Energia de curto prazo	33.5					2.148.301	2.790.964	164.509	1.056.339
Comercialização	33.6							3.184.387	2.300.621
Receita de construção	21							2.036.378	2.321.931
Remuneração dos Ativos da concessão	21							730.566	565.036
Atualização do ativo financeiro indenizável	20							384.236	351.166
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	33.7							215.572	25.476
Serviços cobráveis								23.055	16.326
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	33.8							642.697	696.268
Arrendamentos e aluguéis								206.281	148.249
Compromissos futuros	15							54.172	175.172
Parcela Variável - IPCA	4.17							253.292	53.636
Outras receitas operacionais	4.10 e 12	4.642	3.021					526.481	124.531
Receita operacional bruta		4.642	3.021	3.774.882	3.680.438	40.722.038	42.367.443	23.543.710	25.272.798
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
ICMS								(2.290.582)	(3.002.296)
PIS/COFINS		(178)	(25)					(1.711.364)	(2.049.828)
ISS		(64)	(15)					(2.409)	(2.375)
		(242)	(40)	-	-	-	-	(4.004.355)	(5.054.499)
Encargos do consumidor									
P&D								(110.952)	(139.642)
CDE								(1.939.144)	(1.073.268)
RGR								(3.330)	(3.817)
PROINFA - Consumidores Livres								(136.343)	(79.198)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH								(33.435)	(29.339)
Outros encargos								(28.496)	(18.881)
		-	-	-	-	-	-	(2.251.700)	(1.344.145)
		(242)	(40)	-	-	-	-	(6.256.055)	(6.398.644)
Receita		4.400	2.981	3.774.882	3.680.438	40.722.038	42.367.443	17.287.655	18.874.154

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



33.1 Fornecimento - Faturado

A variação no acumulado do exercício refere-se substancialmente da controlada EDP São Paulo devido aos reflexos do reajuste tarifário com aumento da Parcela B comparados ao exercício em 2021, além do maior volume de energia comercializada devido ao ingresso de novos consumidores. Adicionalmente, em outubro de 2022, a EDP São Paulo passou pelo processo de Reajuste Tarifário elevando o valor das tarifas de energia na média de 8,05%.

33.2 Fornecimento não faturado

A variação refere-se principalmente as controladas de distribuição pela a redução da carga própria se comparado a 2021.

33.3 Itens financeiros - RTE

A variação refere-se às bandeiras tarifárias nas controladas de distribuição que, em 2022 foram aplicadas a de Escassez hídrica e verde, enquanto no exercício de 2021 foram substancialmente amarela e vermelha (Nota 4.6). Além do impacto das bandeiras, devido a revisão tarifária da controlada EDP Espírito Santo (Nota 4.19), houve uma antecipação no saldo de Ultrapassagem e Demanda que está sendo reconhecida mensalmente pela referida controlada, gerando um aumento no saldo de itens financeiros - RTE.

33.4 Suprimento - Faturado

A variação de suprimento faturado deve-se substancialmente: (i) redução de R\$1.205.111 na controlada Porto do Pecém que, devido a melhora do cenário hídrico no país (Nota 4.5) não está sendo despachada pela ONS desde dezembro de 2021; (ii) R\$137.910 na controlada EDP São Paulo devido ao aumento do volume de energia em 2022, totalizando 985.094 MWh (538.411 MWh em 2021), além do ajuste no preço devido ao reajuste tarifário (Nota 4.21); e (iii) na controlada EDP Espírito Santo de R\$162.200, devido ao aumento da carga de energia elétrica comercializada no MVE, em linha com a estratégia da controlada em reduzir os níveis de sobrecontratação.

33.5 Energia de curto prazo

A redução de R\$891.830 observada na rubrica de energia de curto prazo é decorrente substancialmente:

- (i) R\$486.419 na controlada EDP São Paulo, e redução de R\$223.341 da controlada EDP Espírito Santo, cujas variações ocorreram devido as transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada nas controladas, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do MCSD, além da melhora do cenário de hídrico; e
- (ii) R\$159.486 na controlada Porto do Pecém que, com a melhora do cenário energético (Nota 4.5) no exercício de 2022 não realizou operações no mercado de curto prazo, ao contrário do que ocorreu no exercício anterior, quando foram realizadas operações de recomposição de lastro para suprimento do mercado interno.

33.6 Comercialização

O aumento ocorrido nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, é reflexo da melhora do cenário hidrológico no exercício de 2022 quando comparado ao exercício anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país, considerando também a diminuição da volatilidade dos preços do mercado. Adicionalmente, em relação à EDP Smart Energia, houve reflexo da entrada de novos contratos.

33.7 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$190.096 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se principalmente às transmissoras que no exercício de 2022 estão em operação, e no exercício anterior estavam em construção, sendo EDP Transmissão Litoral Sul, no montante de R\$4.023, EDP Transmissão Aliança no montante de R\$43.027 e EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$50.544. Adicionalmente, com a aquisição da EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.1) houve reconhecimento de receitas de O&M no montante total de R\$99.513.

33.8 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O aumento da subvenção é observado principalmente devido reconhecimento de repasses financeiros feitos às controladas de distribuição decorrentes do aumento do consumo no exercício e da tarifa decorrente do último reajuste tarifário.

33.9 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Em razão do cenário de escassez hídrica (Nota 4.5) foi criada a bandeira tarifária de escassez hídrica, regulamentada pela Resolução nº 3/2021 da CREG.

A definição das faixas de acionamento observa limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária – SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são:

- (i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- (ii) Bandeira Amarela: R\$1,874 a cada 100 kWh;
- (iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,971 a cada 100 kWh;
- (iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,492 a cada 100 kWh; e
- (v) Bandeira Escassez Hídrica: R\$14,20 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 foram:

	2022											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bandeira Tarifária	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (**)	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia – TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha – patamar 2.

(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

34 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora								
2022			2021					
Despesas Operacionais			Despesas Operacionais					
Gerais e administrativas			Gerais e administrativas					
Nota								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4	67.538	67.538	60.824		60.824		
Material		459	459	929		929		
Serviços de terceiros	34.5	50.876	50.876	46.389		46.389		
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.997	3.997	3.182		3.182		
Depreciação - Ativos de direito de uso		2.580	2.580	1.856		1.856		
Amortização		10.958	10.958	12.528		12.528		
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			3.457	868		868		
Arrendamentos e aluguéis		(943)	(943)	1.730		1.730		
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos	34.8		29.415		6.843	6.843		
Outras		12.825	12.825	9.926		9.926		
Total		148.290	32.872	181.162	138.232	6.843	145.075	

Consolidado								
2022								
Custos				Despesas operacionais				
				Gerais e administrativas				
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD		Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	6.916.376						6.916.376
Encargos de uso da rede elétrica	34.2	1.290.764						1.290.764
Custo da matéria prima consumida	34.3		318.786					318.786
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	34.6	(3.269)						(3.269)
Arrendamento Financeiro				71.872				71.872
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4		440.573	6.783		203.426		650.782
Material			48.994	13.268		8.269		70.531
Serviços de terceiros	34.5		336.852	10.957		235.876		583.685
Depreciação - Imobilizado em serviço	34.7		287.652	4.815		39.462	1.204.486	1.536.415
Depreciação - Ativos de direito de uso			4.655			8.563		13.218
Amortização	34.7		258.701	400		174.825	78.665	512.591
PECLD / perdas líquidas					159.814			159.814
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							52.637	52.637
Arrendamentos e aluguéis			5.869	(45)		(695)		5.129
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							133.527	133.527
Custo com construção da infraestrutura	21			1.987.620				1.987.620
Outras		5.200	608	45.346	1.156	46.808	10.910	110.028
Total		8.209.071	319.394	1.428.642	2.096.826	159.814	1.480.225	14.410.506

Consolidado								
2021								
Custos				Despesas operacionais				
				Gerais e administrativas				
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD		Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	8.834.330						8.834.330
Encargos de uso da rede elétrica	34.2	1.238.798						1.238.798
Custo da matéria prima consumida	34.3		1.348.680					1.348.680
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(165.084)						(165.084)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4		357.603	5.953		176.481		540.037
Material			53.829	7.965		9.929		71.723
Serviços de terceiros	34.5		298.067	3.156		220.637		521.860
Depreciação - Imobilizado em serviço			282.686			7.835	13.395	303.916
Depreciação - Ativos de direito de uso			1.181			56.282		57.463
Amortização			280.552			64.758	31.805	377.115
PECLD / perdas líquidas					135.158			135.158
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.019	30.291	31.310
Arrendamentos e aluguéis			2.433	149		2.331	(141)	4.772
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							73.295	73.295
Custo com construção da infraestrutura	21			2.150.806				2.150.806
Outras		5.596	50.457	1.226		40.567	(1.893)	95.953
Total		9.913.640	1.348.680	1.326.808	2.169.255	135.158	579.839	15.620.132

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**34.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	Consolidado	
		2022	2021
Contratos de compra de energia por disponibilidade	34.1.1	1.071.711	2.136.476
Contratos de compra de energia por quantidade	34.1.2	915.788	937.270
PROINFA		175.444	128.172
Contratos de compra de energia por cotas	34.1.1	604.321	1.530.274
Energia de curto prazo	34.1.3	132.557	686.596
Energia de Itaipu Binacional	34.1.4	988.265	1.184.482
Encargo de Energia de Reserva - EER	34.1.5	222.436	44.346
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	34.1.6	237.112	703.916
Contratos de comercialização de energia	34.1.7	3.236.114	2.533.270
Outros	34.1.8	12.238	(51.196)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(10.562)	(160.900)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(669.048)	(838.376)
		6.916.376	8.834.330

34.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas

A redução observada nos montantes de compra de energia por disponibilidade e por cotas refere-se substancialmente as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, devido as condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas no exercício, consequentemente acarretando na redução expressiva da geração termoeletrica (Nota 4.5).

34.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

A redução de R\$21.482 observada na rubrica de contratos de compra de energia por quantidade refere-se:

- (i) ao aumento de R\$95.692 nas controladas de distribuição devido ao aumento nos contratos de compra de energia por quantidade ocasionada pela, a sazonalidade e os reajustes de preços os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados - CBR;
- (ii) a redução de R\$33.216 na controlada Lajeado devido à compra de energia para constituição de lastro em 2021, com intuito estratégico de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, o que não ocorreu de forma relevante em 2022; e
- (iii) a redução de R\$83.958 na controlada Enerpeixe, referente a compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na controlada em 2021, com volatilidade de efeitos entre os exercícios devido a alocação de sazonalidade contratual de energia, PLD e efeitos reais de GSF.

34.1.3 Energia de curto prazo

A redução de R\$554.039 observada na rubrica de energia de curto prazo decorre substancialmente da:

- (i) redução de R\$191.599 da controlada EDP São Paulo devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos, sendo no exercício de 2022 PLD médio de R\$58,99/MWh (Submercado SE/CO), quando no exercício de 2021, para o mesmo Submercado, alcançou a média de R\$279,61/MWh;
- (ii) redução de R\$65.378 na controlada EDP Espírito Santo referente às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do MCSD e MVE, além da melhora do cenário de hídrico (Nota 4.5). A controlada negociou o preço de R\$275,76MWh em 2022 contra R\$208,17 MWh do mesmo período do exercício anterior;
- (iii) redução R\$251.347 das controladas Lajeado, Enerpeixe e Energest (nota 17.1), devido ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,70/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280,00/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país (Nota 4.5), trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio; e
- (iv) redução de R\$42.968 da controlada EDP Trading ocasionada pela melhora no cenário energético (Nota 4.5), levando os preços de liquidação ao seu menor valor, tornando os custos para operação no mercado de curto prazo menores.

34.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A redução decorre substancialmente das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, pois houve uma diminuição dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica referentes a Itaipu quando comparado ao exercício de 2021.

34.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No exercício de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas de distribuição.

34.1.6 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A redução do ESS no exercício deve-se principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando assim o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN em 2021.

34.1.7 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se as controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, que apresentaram aumento nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão do avanço das operações das controladas (Nota 33.6).

34.1.8 Outros

O aumento do saldo observado na rubrica refere-se às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo e decorrem, principalmente, da Cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22 (Nota 16.2.1).

34.2 Encargos de uso da rede elétrica

O aumento deve-se principalmente à Tarifa do uso do sistema de transmissão - TUST, no qual é realizada uma revisão tarifária em todos os agentes de transmissão.

34.3 Custo da matéria prima consumida

A diminuição na rubrica refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque decorrente da venda conforme mencionado nota 4.10, correspondente ao montante de R\$427.577. Adicionalmente, houve a reversão de R\$141.490 da provisão de perda estimada na realização dos estoques da referida controlada (Notas 4.10 e 12.2).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



34.4 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal				
Remuneração	22.408	21.938	282.501	238.160
Encargos	7.355	8.148	101.234	86.617
Previdência privada - Corrente	703	1.200	13.039	14.504
Despesas rescisórias	6.022	689	24.447	15.439
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.187	4.539	55.511	41.849
Outros benefícios - Corrente	6.168	7.388	112.240	96.448
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(105)		1.729	2.490
Outros	1.281	27	17.301	4.236
	49.019	43.929	608.002	499.743
Administradores				
Honorários e encargos		13.453	21.438	34.303
Benefícios dos administradores	12.792	3.442	15.615	5.991
(-) Créditos de tributos recuperáveis	5.727		5.727	
	18.519	16.895	42.780	40.294
	67.538	60.824	650.782	540.037

34.5 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços de consultoria	53.892	46.948	87.696	83.377
Serviços comerciais			142.332	132.847
Serviços de manutenção	872	1.620	133.675	132.063
Serviços de limpeza e vigilância	966	1.148	27.442	29.788
Serviços de informática	18.773	15.057	82.209	84.893
Serviços de publicação e publicidade	9.027	4.816	20.357	10.698
Serviços de transporte	3.980	1.144	15.746	9.415
Serviços Compartilhados	(47.264)	(31.476)	2	806
(-) Crédito de PIS/COFINS			(23.133)	(21.418)
Outros	10.630	7.132	97.359	59.391
	50.876	46.389	583.685	521.860

34.6 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

O valor de R\$3.269 em 31 de dezembro de 2022 refere-se à recuperação dos custos com GSF auferidos pelas controlada Investco, totalizando um incremento estimado de 32,7 meses nos prazos de suas concessões (Nota 24.1.3.1), com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020.

34.7 Depreciação - Imobilizado em serviço e Amortização

No montante das rubricas de "depreciação - imobilizado em serviço" e "amortização" está alocada a imparidade da controlada Porto do Pecém, conforme mencionado na nota 4.24.

34.8 Ganhos e perdas na aquisição de investimentos

Do saldo de R\$29.415 referem-se substancialmente: (i) R\$17.075 de baixa dos custos de transação da aquisição da controlada indireta EDP Goiás (nota 18.1); e (ii) R\$11.947 de baixa dos custos de transação da alienação da Energest (17.1).

35 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	46.530	9.455	343.572
Energia vendida				80.171
Energia comprada				212.302
Depósitos judiciais				922
Contratos de mútuo	11	37.563	20.688	27.185
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			13.148
Juros e multa sobre tributos	9	4.655	7.778	4.339
Remuneração das ações preferenciais		5.465	2.953	85.854
Outros juros e variações monetárias			58	17.627
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2	8.918		31.066
Variações em moeda estrangeira	38.1.3		8.918	967
Ajustes a valor presente	7.7		8.118	2.932
(-) Juros capitalizados	21		749	16.305
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(43.977)	(35.301)	87.388
Outras receitas financeiras		571	8	749
		60.520	5.842	(259)
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	27.2	(4.094)	(4.371)	(26.266)
Debêntures	26.2	(19.139)	(59.366)	(37.305)
Variações em moeda estrangeira	38.1.3	6.973		967
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2		(331.216)	(21.275)
Ajustes a valor presente			(5.261)	(4.352)
(-) Juros capitalizados	21		17.003	384.062
Juros e variações monetárias				
Energia comprada				(2.653)
Juros e multa sobre tributos	9	(834)	(3.005)	(50.169)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			(1.159)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	31.1.1	(4.241)	(1.552)	(94.181)
Uso do bem público	35.1			(57.064)
Generation Scaling Factor - GSF				(52.202)
Benefícios pós-emprego	28.1.1 e 28.2.1			(73.201)
Arrendamentos e alugueis	16.8	(2.060)	(721)	(15.477)
Energia Livre				(2.263)
Outros juros e variações monetárias				(8.799)
Variações em moeda estrangeira			(353)	(1.656)
Operações de swap e hedge	38.1.3	(8.918)		(8.918)
Ajustes a valor presente				(2.790)
(-) Juros capitalizados				1.526
Outras despesas financeiras		(1.095)	(390)	(34.626)
		(33.408)	(69.758)	(2.132.824)
Total		27.112	(63.916)	(1.466.601)
				(801.582)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



35.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente pela redução do indexador IGP-M, que foi de 6,47% no acumulado em 2022 (17,78% em 2021).

36 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart Energia, EDP Smart SPE V, Mata Grande Transmissora e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2022, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real anual para trimestral das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.8).

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.019.050	2.165.644	1.950.764	3.015.412
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(346.477)	(736.319)	(663.259)	(1.025.240)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(2.411)		(3.971)	(2.291)
Perdas indedutíveis	36.1	(1)	(283.417)	(4.295)
Resultados de equivalência patrimonial	286.432	699.293	(56.787)	82.422
Juros sobre o capital próprio	76.477	31.441	231.776	140.823
Juros sobre as ações preferenciais			(3.698)	(855)
Outras	(787)	1.818	(40.100)	(11.417)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(10.846)	(117)	30.900	(3.000)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes			5.279	
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(1.946)	9.108	38.714
Provisão de crédito de IR e CS sobre indêbitos tributários apropriados	36.2			63.700
Ajuste lucro presumido			(13.244)	(9.554)
Incentivos fiscais				
SUDAM / SUDENE	36.3		41.741	77.588
Outras		33	7.635	5.538
Despesa de IRPJ e CSLL	2.387	(5.806)	(738.037)	(647.867)
Alíquota efetiva	-0,23%	-0,27%	37,83%	21,49%

36.1 Perdas indedutíveis

A variação no consolidado refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, decorrente da baixa de tributos diferidos sobre o montante de R\$85.795, devido ao reconhecimento do imparidade (Nota 4.24).

36.2 Provisão de crédito de IRPJ e CSLL sobre indêbitos tributários apropriados

O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$63.700, foi decorrente de provisão de crédito de IRPJ e CSLL sobre indêbitos tributários apropriados das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Enerpeixe e Porto do Pecém.

As companhias do Grupo EDP – Energias do Brasil são parte de mandado de segurança que objetiva o reconhecimento do direito de não recolher o IRPJ e a CSLL sobre os valores referentes à aplicação de juros de mora e correção monetária, relativos aos indêbitos tributários passíveis de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação (judicialmente ou administrativamente), além do direito ao aproveitamento dos créditos dos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do ajuizamento da ação judicial.

Para o exercício de 2022 não houve montante a ser reconhecido.

36.3 SUDAM e SUDENE

As controladas EDP Espírito Santo e Porto do Pecém são contempladas junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Já a controlada Enerpeixe obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/17, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, também por um período de 10 anos.

Segue abaixo a relação dos exercícios abrangidos por tais incentivos:

	Período
Energest	2015 a 2024
EDP Espírito Santo	2018 a 2027
Enerpeixe	2017 a 2026
Porto do Pecém	2016 a 2025

Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

37 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Resultado básico		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.021.437	2.159.838
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	583.957
Resultado básico por ações (reais/ação)	1,80473	3,69863
Resultado diluído		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.021.437	2.159.838
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do exercício disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	2.011	(4.458)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	1.023.448	2.155.380
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	583.957
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	712	1.186
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	566.691	585.143
Resultado diluído por ações (reais/ação)	1,80601	3,68351

(*) O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.

38 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

38.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

38.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

		Controladora				
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	939.854	930.122	939.854	930.122
Derivativos		Nível 2	8.918		8.918	
			948.772	930.122	948.772	930.122
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	31.680	2.581	31.680	2.581
Títulos a receber	16.9	Nível 2	31.333	28.145	31.333	28.145
Empréstimos a receber	11	Nível 2	316.408	310.738	316.408	310.738
Cauções	13	Nível 2	392	392	392	392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	27.748	19.850	27.748	19.850
			407.561	361.706	407.561	361.706
			1.356.333	1.291.828	1.356.333	1.291.828
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Derivativos						
Derivativos outros		Nível 2	8.918		8.918	
			8.918	-	8.918	-
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	42.471	50.834	42.471	50.834
Debêntures	26	Nível 2	48.043	237.212	48.293	236.629
Empréstimos e financiamentos						
Contratos de mútuo		Nível 2		105.305		105.305
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	70.630	52.728	70.630	52.728
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	19.236	8.156	18.550	8.154
			180.380	454.235	179.944	453.650
			189.298	454.235	188.862	453.650

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



		Consolidado				
		Valor justo		Valor contábil		
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	3.981.985	2.568.528	3.981.985	2.568.528
Ativo financeiro indenizável	20	Nível 2	5.706.847	4.362.393	5.706.847	4.362.393
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	1.952	11.722	1.952	11.722
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	2.539.702	868.261	2.539.702	868.261
Derivativos						
Derivativos		Nível 2	80.287	3.227	80.287	3.227
			12.310.773	7.814.131	12.310.773	7.814.131
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	215.211	130.962	215.211	132.899
Contas a receber	7	Nível 2	2.673.099	2.960.267	2.673.099	2.960.267
Rendas a receber		Nível 2	5.217	2.927	5.217	2.927
Empréstimos a receber	11	Nível 2	14.689	12.713	14.689	12.713
Cauções	13	Nível 2	26.497	16.295	26.497	16.295
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	153.328	1.429.437	153.328	1.429.437
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	13.717	10.842	13.717	10.842
			3.104.258	4.565.943	3.104.258	4.567.880
			15.415.031	12.380.074	15.415.031	12.382.011
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda estrangeira		Nível 2	1.245.386	188.684	1.241.710	188.684
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.645.142	215.642	1.645.142	215.642
Debêntures		Nível 2	644.805	1.228.288	644.805	1.228.288
Derivativos						
Derivativos de dívidas		Nível 2	256.306	919	256.306	919
Derivativos de debêntures		Nível 2	57.413	18.313	57.413	18.313
Derivativos outros		Nível 2	8.919		8.919	
			3.857.971	1.651.846	3.854.295	1.651.846
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	1.486.113	1.960.429	1.486.113	1.960.498
Debêntures	26	Nível 2	8.007.027	6.409.151	8.590.438	6.602.502
Uso do bem público		Nível 2	477.733	464.934	530.452	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	500	2.945	500	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	4.858.237	2.696.841	3.563.483	2.680.489
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	70.587	53.342	70.787	53.353
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	128.078	110.844	148.809	110.410
Licenças ambientais		Nível 2	77.999	81.236	74.082	81.193
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	1.156.747	2.123.350	1.156.747	2.123.350
			16.263.021	13.903.072	15.621.411	14.120.874
			20.120.992	15.554.918	19.475.706	15.772.720

38.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e as controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando se deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

38.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

38.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e das contrapartes, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 27), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e das controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Uso do Bem Público, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual das controladas;

(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados;

(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(vi) Compromissos futuros de comercialização: apresenta seu valor reconhecido inicialmente pelo valor justo estimado levando em consideração as cotações de preços publicados de mercados ativos, quando aplicáveis e observáveis, bem como nas técnicas de avaliação que levam em consideração os preços estabelecidos nas operações de compra e venda, margem de risco do fornecimento e o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A EDP Trading e EDP Smart Energia utilizam as curvas *forward* apresentada pela Dcide (Companhia referência do setor para cálculo de valores futuros de preço da energia), para avaliação do valor de mercado de seu portfólio.

38.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e às controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve alteração de classificação no nível do Ativo financeiro indenizável após análise da Administração da Companhia, que levou em consideração o fato de parte significativa do saldo já ser base blindada (valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, associados aos ativos em operação, excluindo-se as movimentações ocorridas -baixas e depreciação- e as respectivas atualizações) e, portanto, com critérios de avaliação dos ativos já conhecidos.

38.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. A Controlada não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

Durante o exercício de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de proteção cambial sobre investimento em projetos solares em parceria com a EDP Renováveis. Simultaneamente à contratação, a Companhia realizou transferência da operação junto às companhias detentoras dos projetos solares através de contrato específico em condições análogas ao contrato de derivativo (Nota 11).

Em 31 de dezembro de 2022, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



							Controladora			
							31/12/2022		2022	
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
NDF										
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278		(8.918)	(8.918)	(8.918)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605
Total geral							8.918	(8.918)	-	-
Consolidado										
							31/12/2022		2022	
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nacional USD	Nacional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
Swap de dívida										
EDP Transmissão SP-IMG	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		23/12/2020 a 10/12/2021	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	59.055	300.000				12.610
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a. / CDI + 1,50% a.a.		700.000	765.325	(755.701)	9.624	(25.778)
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	539.910	(537.552)	2.358	(18.422)
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000				(18.487)
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000				(13.716)
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		16/08/2022 a 16/11/2022	USD + 3,18% a.a. / CDI + 1,00% a.a.	16.284	85.000				(1.044)
Santa Leopoldina	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	337.717	(396.860)	(59.143)	(59.143)
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	150.000	849.870	766.325	(962.266)	(195.941)	(195.941)
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a.	25.565	120.000	137.668	(133.123)	4.545	4.545
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	330.858	(332.212)	(1.354)	(1.354)
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	241.737	(242.954)	(1.217)	(1.217)
Total swap de dívida							3.119.540	(3.360.668)	(241.128)	(330.557)
NDF										
Porto do Pecém	Citibank	Compra	06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470				(794)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245				28
Porto do Pecém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD 5,4855	38	207		(1)	(1)	
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/06/2021	BRL/USD 5,6020						(2.400)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/07/2021	BRL/USD 5,6105	11.386	56.952				(6.588)
Porto do Pecém	Itaú	Venda	16/04/2021 a 01/08/2021	BRL/USD 5,6245						(616)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



							Consolidado							
Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	31/12/2022			2022	31/12/2021			2021
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	17/05/2021 a 17/05/2022	BRL/USD 5,5451	385	2.134					86		86	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	21/06/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,2500	257	1.348					113		113	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	04/08/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,4120	25	134					7		7	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	04/08/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 5,5090	37	205					12		12	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	20/08/2021 a 29/07/2022	BRL/USD 5,7720	1.123	6.483					144		144	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424			(77)		99		99	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	03/11/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,9978	190	1.139						(36)	(36)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/12/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 6,0186	460	2.767						(72)	(72)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8100	57	329						(6)	(6)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497			(75)			(9)	(9)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,9100	122	721						(13)	(13)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 29/06/2022	BRL/USD 5,9600	141	841						(14)	(14)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,8591	29	169						(3)	(3)	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	30/08/2022 a 05/09/2022	BRL/USD 5,1810	399	6.854			(507)					
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	03/10/2022 à 28/02/2023	BRL/USD 5,3855	2.146	11.555		(84)	(84)					
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3780	3	17								
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5380	460	2.548		(58)	(58)					
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	27/10/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3314	87	464								
EDP Smart Serviços	XP Investimentos	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,4825	13.968	76.577		(1.011)	(1.011)					
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5187	907	5.006		(97)	(97)					
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	07/11/2022 a 03/04/2023	BRL/USD 5,2460	212	1.110	28		28					
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278		(8.918)	(8.918)	(8.918)				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605				
Total NDF							8.946	(10.169)	(1.223)	(659)	461	(153)	308	(10.370)
Opções														
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/06/2021	API2" 66,75 USD/ton	8.310	41.565								350
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/07/2021	API2" 67,26 USD/ton	12.352	61.784								1.496
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 02/08/2021	API2" 67,63 USD/ton	1.436	7.182								269
Total Opções							-	-	-	-	-	-	-	2.115
Total geral							3.128.486	(3.370.837)	(242.351)	(331.216)	1.428.058	(1.446.982)	(18.924)	(13.744)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2021	Reclassificação (*)	Liquidação	Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisionados	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Saldo em 31/12/2022
Swap								
Risco de taxa de juros e moeda								
Empréstimos	-	919	(34.166)				283.786	250.539
Debêntures	-	18.313	(74.495)		114.034		(67.263)	(9.411)
	-	19.232	(108.661)	-	114.034	-	216.523	241.128
Hedge de fluxo de caixa								
Risco de taxa de juros e moeda								
NDFs	(308)		17	854		659		1.222
Risco cambial								
NDFs	-			1				1
	(308)	-	17	855	-	659	-	1.223
Total	(308)	19.232	(108.644)	855	114.034	659	216.523	242.351

(*) Saldo de derivativos reclassificado para melhor apresentação

38.1.3.1 Contratos de swap

Os contratos de *swap* são utilizados como seguro ou *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina

Em 16 de agosto de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, as controladas Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina contrataram respectivamente instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). O derivativo da controlada Mata Grande Transmissora foi liquidado em 16 de agosto de 2022.

Em 16 de agosto de 2022, a controlada Mata Grande Transmissora contratou um novo instrumento financeiro derivativo classificado como *swap* registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços

Em 12 de abril de 2021, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). A controlada liquidou o derivativo no dia 08 de abril de 2022.

Em 08 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

38.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Porto do Pecém

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD24.593, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(*).

O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD4.250, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura do prêmio do seguro operacional com pagamento em dólar. Esses derivativos foram liquidados durante o exercício de 2022.

Em outubro de 2022, a Companhia contratou operações de derivativos no montante de USD3.388, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura de CAPEX com pagamento em dólar.

* API 2: O API 2 é o preço de referência para o carvão importado pelo noroeste europeu.

38.1.3.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

- **Cobertura de fluxos de caixa**

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Efetividade**

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

38.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP – Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

38.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém, Santa Leopoldina e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança (*Value at Risk*) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

38.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota 38.1 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora								
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Aplicação financeira - CDB	CDI	939.845	114.834		114.834	28.537	57.011	(28.603)	(57.275)	
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.197								
Empréstimos a receber	CDI	316.408	34.384	66.779	101.163	28.460	58.273	(27.150)	(53.033)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.260.450	149.218	66.779	215.997	56.997	115.284	(55.753)	(110.308)	
Debêntures	IPCA	(48.202)	(4.456)	(1.397)	(5.853)	(513)	(1.033)	505	1.003	
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(48.202)	(4.456)	(1.397)	(5.853)	(513)	(1.033)	505	1.003	
		Consolidado								
			Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.833.678	507.383			507.383	131.644	265.497	(129.589)	(257.159)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	119.355	1.749			1.749	411	813	(419)	(847)
Fundos de investimento	CDI	28.943	1.850			1.850	446	885	(452)	(911)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	25.413	2.509	2.334		4.843	7.680	15.478	(7.567)	(15.026)
Títulos e valores mobiliários	CDI	8.649	151			151	38	75	(38)	(75)
Empréstimos a receber	CDI	14.689							1	1
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.030.727	513.642	2.334	-	515.976	140.219	282.748	(138.064)	(274.017)
Debêntures	CDI	(3.655.829)	(640.131)	(484.760)		(1.124.891)	(223.786)	(462.504)	262.447	510.213
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(1.986.988)	(257.240)	(221.817)		(479.057)	(92.260)	(184.232)	97.144	194.766
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(1.097.004)	(108.398)	(28.049)		(136.447)	(4.697)	(32.808)	50.857	78.298
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(6.739.821)	(1.005.769)	(734.626)	-	(1.740.395)	(320.743)	(679.544)	410.448	783.277
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.360.668)	(419.283)	(296.004)		(715.287)	(61.644)	(124.424)	60.536	119.993
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(3.360.668)	(419.283)	(296.004)	-	(715.287)	(61.644)	(124.424)	60.536	119.993
		(6.069.762)	(911.410)	(1.028.296)	-	(1.939.706)	(242.168)	(521.220)	332.920	629.253
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(89.478)	(6.887)	(3.315)		(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.490
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(89.478)	(6.887)	(3.315)	-	(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.490
		(89.478)	(6.887)	(3.315)	-	(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.490
Compromissos futuros	PLD	2.101.924	(387.071)	2.488.994		2.101.923	(1.421.999)	(2.842.055)	1.418.113	2.838.168
Instrumentos financeiros ativos	PLD	2.101.924	(387.071)	2.488.994	-	2.101.923	(1.421.999)	(2.842.055)	1.418.113	2.838.168
Compromissos futuros	PLD	(1.645.136)	387.071	(2.032.206)		(1.645.135)	1.398.031	2.796.063	(1.398.032)	(2.796.062)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(1.645.136)	387.071	(2.032.206)	-	(1.645.135)	1.398.031	2.796.063	(1.398.032)	(2.796.062)
		456.788		456.788	-	456.788	(23.968)	(45.992)	20.081	42.106
Principal	Dólar	(1.241.710)	(542.605)	(862.217)		(1.404.822)	(123.422)	(258.513)	148.414	281.852
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.241.710)	(542.605)	(862.217)	-	(1.404.822)	(123.422)	(258.513)	148.414	281.852
Swap - Ponta Ativa	Dólar	1.241.710	542.605	862.217		1.404.822	123.422	258.513	(148.414)	(281.852)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.241.710	542.605	862.217	-	1.404.822	123.422	258.513	(148.414)	(281.852)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a receber - Mútuo	IPCA	14.689	362	189		551	76	154	(75)	(148)
Instrumentos financeiros ativos	IPCA	14.689	362	189	-	551	76	154	(75)	(148)
Debêntures	IPCA	(4.068.074)	(446.321)	(810.309)	(526.319)	(1.782.949)	(265.342)	(552.012)	246.091	474.784
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(142.530)	(21.000)	(10.832)		(31.832)	(2.672)	(5.397)	2.621	5.194
Empréstimos e financiamentos - CCB Brasil	IPCA	(86.872)	(8.126)	(18.889)	(4.742)	(31.757)	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(4.297.476)	(475.447)	(840.030)	(531.061)	(1.846.538)	(272.643)	(566.897)	253.123	488.593
Swap - Ponta Ativa	IPCA	1.877.830	180.776	176.276		357.052	46.498	94.140	(7.803)	(15.403)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.877.830	180.776	176.276	-	357.052	46.498	94.140	(7.803)	(15.403)
		(2.404.957)	(294.309)	(663.565)	(531.061)	(1.488.935)	(226.069)	(472.603)	245.245	473.042

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.; Dólar entre 5,04 e 5,22 reais e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

38.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 20) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 39.1.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	42.075	346	50			42.471
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	61.467	6.231		2.932		70.630
Debêntures			22.308	25.985		48.293
Empréstimos e financiamentos						-
Arrendamentos e aluguéis	336	1.008	2.349	10.280	4.577	18.550
	103.878	7.585	33.625	39.197	4.577	188.862
						453.650
	Consolidado					
	31/12/2022					31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.040.206	178.323	267.584			1.486.113
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	61.467	6.231	1.615	2.017		71.330
Debêntures		255.000	1.157.755	7.822.488		9.235.243
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	250.283	429.886	997.943	3.022.055	105.026	4.805.193
Derivativos			164.822	157.815		322.637
Uso do bem público	4.049	11.241	30.792	368.962	115.408	530.452
Ressarcimento por indisponibilidade			500			500
Arrendamentos e aluguéis	2.708	7.809	20.562	66.335	51.395	148.809
Licenças Ambientais	4.363	37.974	12.229	19.516		74.082
Compromisso futuro	142.334	269.448	708.461	524.899		1.645.142
Passivos financeiros setoriais			1.039.653	117.094		1.156.747
	1.505.410	1.195.912	4.401.916	12.101.181	271.829	19.476.248
						17.020.078

38.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pelas distribuidoras busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSO ou venda de energia por meio do MVE, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2022 está apresentado na nota 39.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSO tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;

- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobre e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº 109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobre e venda de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

Conforme mencionado na nota 8.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021–SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

Em agosto de 2022 foi publicado o despacho ANEEL 2.169 que que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição, para os anos de 2016 e 2017, considerando (a) a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015 e (b) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, sem a adoção do critério de 2,5% nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 31 de dezembro de 2022, afetou positivamente o resultado da EDP Espírito Santo em R\$5.559 e negativamente da EDP São Paulo em R\$12.280.

No exercício de 2022, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 119,07 MWh ao preço médio de R\$280,45/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 158,00 MWh ao preço médio de R\$286,93/MWh para controlada EDP São Paulo.

38.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até 31 de dezembro de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 39.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

38.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% válidos para a UHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

Distribuição

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

38.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

• Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Cauções, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Classificação da instituição financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AAA	939.817	806.998	3.930.949	2.293.096
AA	28	123.124	22.028	273.728
A			56	
	<u>939.845</u>	<u>930.122</u>	<u>3.953.033</u>	<u>2.566.824</u>

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

• Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão – CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Compromissos futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantém contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusula específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas.

38.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP – Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP – Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos stakeholders.

38.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil, atuando em todos os segmentos do setor elétrico, reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

- (i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
- (ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;
- (iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;
- (iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas buscando a melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;

Como medidas de controle de risco, as Companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem:

- (v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as Companhias; e
- (vi) A totalidade da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e a energia gerada nas usinas termoeletrica e hidroeletricas (controladas e controladas em conjunto), estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos de gerenciamento dos riscos ambientais.

38.2.7 Riscos climáticos

Os riscos relacionados à Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia.

Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui a Vice-Presidência de Pessoas e ESG, que em conjunto ao Comitê de Sustentabilidade, supervisiona as questões relacionadas às mudanças climáticas no Grupo. O Comitê é responsável por aprovar as políticas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental.

Seus planos de atividades incluem temas como mudança do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no *Carbon Disclosure Project* (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE da B3. No exercício de 2022, a Companhia alcançou a pontuação A- no CDP Clima.

A Companhia possui uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (*Task-force on Climate-related Financial Disclosures*). Foram realizados estudos de cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia a diferentes tipos de riscos onde, dentre outros itens, identificou-se que as usinas hídricas podem estar mais expostas caso haja aquecimento global em níveis elevados. Por outro lado, em cenários de temperaturas menos elevadas, em linha com o aquecimento global limitado a 1,5°C, a controladora Porto do Pecém apresenta risco de precificação de carbono. Segundo os cenários climáticos estudados, as controladas de distribuição não experimentarão, de maneira geral, um aumento de riscos relacionados à tempestades e ciclones. Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil está desenhando planos de resposta aos principais riscos climáticos do referido Grupo com conclusão prevista para 2024.

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020, a Companhia coordena a plataforma "Ação pelo Clima" da Rede Brasil do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de boas práticas na gestão climática.

Em 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das empresas com *score* A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono (Nota 1.2).

38.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

Visando economia no consumo de água, a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



38.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 2,1 vezes.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	14.281.564	10.597.514
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(4.197.196)	(2.699.490)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(1.952)	(11.722)
(-) Cauções vinculados à dívida		(17.243)	(5.798)
Dívida líquida		10.065.173	7.880.504
Total do Patrimônio Líquido		11.895.759	12.258.818
Total do capital		21.960.932	20.139.322
Índice de alavancagem financeira - %		45,83	39,13

39 Compromissos contratuais e Garantias

39.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Controladora						
31/12/2022					31/12/2021	
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	141.076	80.616	22.953	25.940	270.585	201.852
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.456	1.304			5.760	24.838
	145.532	81.920	22.953	25.940	276.345	226.690
Consolidado						
31/12/2022					31/12/2021	
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total	
Responsabilidades com locações operacionais	14.265	13.629	47		27.941	4.558
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.172.752	9.172.259	7.464.127	29.559.397	51.368.535	47.980.511
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.167.162	2.225.657	2.090.467	992.107	6.475.393	4.139.154
Materiais e serviços	3.056.749	2.270.125	409.228	44.239	5.780.341	4.484.063
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605	24.660
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.534.354	1.154.901	298.110	300.183	3.287.548	3.090.752
	10.945.282	14.836.571	10.261.979	30.921.531	66.965.363	59.723.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					
	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	136.200	85.722	27.989	41.615	291.526	201.336
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.358	1.563			5.921	29.719
	140.558	87.285	27.989	41.615	297.447	231.055
	Consolidado					
	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	13.773	14.364	56		28.193	4.607
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.172.750	10.160.238	9.041.777	46.624.289	70.999.054	71.532.960
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.167.141	2.470.162	2.529.044	1.264.404	7.430.751	5.030.678
Materiais e serviços	2.951.078	2.412.630	497.318	71.656	5.932.682	4.687.031
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.589.048	1.609.848	500.815	677.050	4.376.761	5.581.149
	10.893.790	16.667.242	12.569.010	48.687.450	88.817.492	86.886.476

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



39.2 Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval do Acionista	364.360	336.751	361.593	333.940
Ações judiciais	Fiança Bancária; e Seguro Garantia	310.085	191.502	310.085	191.502
Contrato de Arrendamento	Recebíveis			35.207	33.839
Executante construtor	Seguro Garantia	78.190	305.483	78.190	264.416
Outros	Recebíveis; e Seguro Garantia	7	1.611	108.664	85.796
		752.642	835.347	893.739	909.493

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

40 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

40.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

A visão de segmento da Companhia foi alterada no exercício de 2022 afim de demonstrar adequadamente a consolidação de seus esforços no Plano Estratégico 2021-2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2021 também estão demonstrando esta nova visão:

40.1.1 Demonstração do Resultado

	2022							
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação
Receitas	10.681.181	2.729.687	3.314.744	552.635	1.513.084	4.400		(1.508.076)
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(5.612.244)	(621.988)	(3.165.334)	(306.832)				1.497.327
Custo da produção da energia elétrica		(286.087)		(33.307)				(319.394)
Custo de operação	(840.410)	(480.469)	(12.232)	(43.825)	(68.128)			16.422
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.543.876)		(245)	(110.898)	(446.090)			4.283
	(7.996.530)	(1.388.544)	(3.177.811)	(494.862)	(514.218)	-	-	1.518.032
Lucro bruto	2.684.651	1.341.143	136.933	57.773	998.866	4.400	-	9.956
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(158.836)		(162)	(531)	(285)			(159.814)
Despesas gerais e administrativas	(342.684)	(90.482)	(13.046)	(24.400)	(28.252)	(148.290)	(3.806)	(65.574)
Ganho na alienação de investimento					326.252			326.252
Outras Despesas e Receitas operacionais	(159.924)	(837.350)	(281)	(7.902)	(2.068)	(32.872)	(6.295)	(433.533)
	(661.444)	(927.832)	(13.489)	(32.833)	(30.605)	145.090	(10.101)	(499.107)
Resultado das participações societárias		58.642	18.621		842.448	135.329		(841.076)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.023.207	471.953	142.065	24.940	968.261	991.938	125.228	(1.330.227)
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	369.194	122.315	14.714	7.058	58.385	60.520	82.104	(48.067)
Despesas financeiras	(888.085)	(362.639)	(89.963)	(29.421)	(444.928)	(33.408)	(332.447)	48.067
	(518.891)	(240.324)	(75.249)	(22.363)	(386.543)	27.112	(250.343)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.504.316	231.629	66.816	2.577	581.718	1.019.050	(125.115)	(1.330.227)
Tributos sobre o lucro								
Imposto de renda e contribuição social correntes	(305.962)	(242.629)	(3.450)	(5.145)	(12.440)			(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(112.612)	(123.213)	(7.612)	(8.880)	(144.456)	2.387	63.435	162.540
	(418.574)	(365.842)	(11.062)	(14.025)	(156.896)	2.387	63.435	162.540
Resultado líquido do exercício	1.085.742	(134.213)	55.754	(11.448)	424.822	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)
Atribuível aos acionistas controladores	1.085.742	(316.763)	55.754	(11.448)	416.083	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)
Atribuível aos acionistas não controladores		182.550			8.739			191.289

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	2021								
	Distribuição	Geração	Comercialização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.706.295	3.824.014	2.955.211	259.539	1.746.621	2.981	-	(1.620.507)	18.874.154
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(7.838.933)	(697.322)	(2.833.989)	(155.592)				1.612.196	(9.913.640)
Custo da produção da energia elétrica		(1.330.112)		(21.715)				3.147	(1.348.680)
Custo de operação	(806.435)	(462.992)	(15.860)	(29.715)	(12.371)			565	(1.326.808)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.097.918)	-	(45)	(22.542)	(1.053.349)			4.599	(2.169.255)
	(9.743.286)	(2.490.426)	(2.849.894)	(229.564)	(1.065.720)	-	-	1.620.507	(14.758.383)
Lucro bruto	1.963.009	1.333.588	105.317	29.975	680.901	2.981	-	-	4.115.771
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(140.537)	-	5.047	332					(135.158)
Despesas gerais e administrativas	(260.836)	(94.030)	(12.220)	(21.484)	(17.648)	(138.232)	(4.150)	(31.239)	(579.839)
Ganho na alienação de investimento						320.556			320.556
Outras Despesas e Receitas operacionais	(96.295)	(27)	(34)	(45.147)	1.594	(6.843)			(146.752)
	(497.668)	(94.057)	(7.207)	(66.299)	(16.054)	175.481	(4.150)	(31.239)	(541.193)
Resultado das participações societárias		5.601	(4.249)			2.051.098	114	(1.810.148)	242.416
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.465.341	1.245.132	93.861	(36.324)	664.847	2.229.560	(4.036)	(1.841.387)	3.816.994
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	260.659	42.712	10.864	1.856	11.623	5.842	1.128	(28.331)	306.353
Despesas financeiras	(533.171)	(328.300)	(22.900)	(11.661)	(170.432)	(69.758)	(45)	28.332	(1.107.935)
	(272.512)	(285.588)	(12.036)	(9.805)	(158.809)	(63.916)	1.083	1	(801.582)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.192.829	959.544	81.825	(46.129)	506.038	2.165.644	(2.953)	(1.841.386)	3.015.412
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(186.749)	(185.108)	1.687	(3.283)	(2.941)	(5.979)			(382.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114.995)	(4.526)	(23.540)	(822)	(137.967)	173	549	15.634	(265.494)
	(301.744)	(189.634)	(21.853)	(4.105)	(140.908)	(5.806)	549	15.634	(647.867)
Resultado líquido do exercício	891.085	769.910	59.972	(50.234)	365.130	2.159.838	(2.404)	(1.825.752)	2.367.545
Atribuível aos acionistas controladores	891.085	571.180	59.972	(50.234)	356.153	2.159.838	(2.404)	(1.825.752)	2.159.838
Atribuível aos acionistas não controladores		198.730			8.977				207.707

40.1.2 Balanço Patrimonial

	31/12/2022								
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	3.526.164	2.399.411	2.026.299	538.421	1.189.016	1.691.355	102.562	(1.169.005)	10.304.223
Ativo não circulante	9.238.455	5.413.240	1.553.583	1.012.320	6.573.302	10.203.474	2.286.666	(9.583.875)	26.697.165
Passivo circulante	4.266.040	1.345.897	1.995.662	598.307	1.025.513	878.935	117.857	(1.076.126)	9.152.085
Passivo não circulante	6.146.763	2.504.489	1.195.202	588.963	4.250.702	289.983	2.050.447	(1.073.201)	15.953.348
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.351.816	3.962.265	389.018	363.471	2.486.103	10.725.911	220.924	(8.603.553)	11.895.955

	31/12/2021								
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Transmissão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.967.229	1.452.657	1.248.495	166.505	338.809	2.887.990	2.940	(1.193.322)	9.871.303
Ativo não circulante	8.836.619	6.676.158	1.043.570	541.770	4.905.010	9.613.925	38.233	(8.147.849)	23.507.436
Passivo circulante	3.412.177	1.622.092	1.144.295	285.088	624.548	1.074.089	767	(1.173.472)	6.989.584
Passivo não circulante	7.718.245	1.866.004	798.953	278.816	3.857.761	276.429	22.195	(723.260)	14.095.143
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.673.426	4.640.719	348.817	144.371	761.510	11.151.397	18.211	(7.444.439)	12.294.012

41 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização
Subestações					2.323.902		888.291	
Usinas					7.420.300	3.192.637	6.900.347	2.569.454
Linhas de Transmissão					39.185	39.185	35.297	35.297
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	49.103	65.000	316.510	65.000	372.462	216.548	540.985	216.310
Responsabilidade civil		336.664		303.206		938.664		639.742
Transportes (materiais)					119.224	21.100	48.842	22.923
Transportes (veículos)	360	360	360	360	720	362.880	4.098	4.098
Seguro de vida	68.355	(*)	64.658	(*)	496.497	(*)	443.518	(*)
Lucros cessantes					164.214	82.107	299.747	149.924
Risco de engenharia					308.692	308.692	2.112.560	2.112.560

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



O saldo apresentado como Responsabilidade civil no Consolidado, possui, além dos seguros da Companhia, o detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
- (ii) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil obras para projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000;
- (iii) Enerpeixe: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
- (iv) Pecém: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
- (v) Transmissão SP-MG: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000;
- (vi) Transmissão Aliança: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000; e
- (vii) EDP São Paulo: responsabilidade civil para aeronáutica, com cobertura de até R\$598.

42 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

42.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		Controladora						
				Efeito não caixa				
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento								
Títulos a receber e empréstimos a receber		28.145	(2.277)	3.166	2.299		31.333	
		28.145	(2.277)	3.166	2.299	-	31.333	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento								
Dividendos		14	515.900	(1.193.902)		1.236.014	558.012	
Debêntures		26	236.629	(207.475)	9.532	9.607	48.293	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		27	105.305	(109.399)		4.094	-	
Ações em tesouraria		32.5	(90.534)	(225.239)		3.867	(311.906)	
Arrendamentos e aluguéis		16.8	8.154	(3.571)	2.060	11.907	18.550	
			775.454	(1.739.586)	2.060	1.265.489	312.949	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)								
			747.309	(1.737.309)	6.366	(239)	1.265.489	281.616

		Controladora				
		Efeito não caixa				
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2021
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber	27.557	(2.167)		(2.221)	4.976	28.145
	27.557	(2.167)	-	(2.221)	4.976	28.145
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	360.362	(562.920)			718.458	515.900
Debêntures	442.530	(265.267)	31.269		28.097	236.629
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	100.934				4.371	105.305
Ações em tesouraria	(145.988)	(426.442)			481.896	(90.534)
Arrendamentos e aluguéis	1.214	(1.301)		721	7.520	8.154
	759.052	(1.255.930)	31.269	721	1.240.342	775.454
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)						
	731.495	(1.253.763)	31.269	2.942	1.235.366	747.309

		Consolidado								
				Efeito não caixa						
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Aquisição de empresa	Outros	Saldo em 31/12/2022	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento										
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	(3.536)	14.981					17.243	
		5.798	(3.536)	14.981	-	-	-	-	17.243	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento										
Dividendos		14	680.874	(1.398.932)		1.420.738	(2.097)	31.082	731.665	
Debêntures		26	7.724.383	359.097	257.703	(77.280)	959.358		9.223.261	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		27	2.873.131	1.403.016	(59.041)	(32.307)	431.320	94.928	(782)	4.710.265
Ações em tesouraria		32.5	(90.534)	(225.239)			3.867			(311.906)
Arrendamentos e aluguéis		16.8	110.410	(39.439)		15.435	62.403			148.809
Acionistas não controladores										
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC			15.000			(14.980)				20
Capital social		32.1	5.502.716							5.502.716
AFAC/Redução de capital por não controladores			-	2.600		(2.600)				-
			16.815.980	101.103	198.662	(94.152)	2.860.106	92.831	30.300	20.004.830
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)										
			16.810.182	104.639	183.681	(94.152)	2.860.106	92.831	30.300	19.987.587

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.326	(385)	376		(3.519)	5.798
	9.326	(385)	376	-	(3.519)	5.798
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	514.171	(755.319)			884.314	37.708
Debêntures	5.216.201	1.876.941	432.312	(95.089)	294.018	7.724.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.818.691	(702.918)	52.580	4.654	(299.876)	2.873.131
Ações em tesouraria	(145.988)	(426.442)			481.896	(90.534)
Arrendamentos e aluguéis	70.798	(35.565)		12.853	58.117	4.207
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	15.000				15.000
Capital social	5.502.716	13.700			(13.700)	5.502.716
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	-	3.800			(3.800)	-
	14.976.589	(10.803)	484.892	(77.582)	1.400.969	41.915
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	14.967.263	(10.418)	484.516	(77.582)	1.404.488	16.810.182

42.2

Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Constituição de dividendos e JSOP a receber	39.957	42.783	39.957	49.809
Constituição de dividendos e JSOP a pagar	559.197	512.960	898.040	675.148
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão			17.003	384.062
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências			12.314	(12.030)
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			7.471	(23.183)
Constituição (reversão) de contraprestação contingente				34.466
Aumento de capital com integralização de AFAC			230.300	63.230
Hedge de fluxos de caixa			999	2.292
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	134.100	15.700		
Constituição do Uso do Bem Público no intangível			11.728	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	11.907	7.520	57.742	61.177
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			45.481	27.964
Total	745.161	578.963	1.324.304	1.262.935

43

Eventos subsequentes

43.1

Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil não possuem discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia e suas controladas seguem avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

43.2

Lei Complementar (LC) Nº 194

Em continuidade ao mencionado na Nota 4.17 acerca da LC nº 194, em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada pelo Supremo Tribunal Federal decisão na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do art. 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Vice-Presidente
Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro Conselheira	Ana Paula Garrido de Pina Marques Conselheira
Modesto Souza Barros Carvalhosa Conselheiro	Pedro Sampaio Malan Conselheiro
Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Conselheiro
	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi Conselheiro	Arnaldo José Vollet Conselheiro	João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro
--	---	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Diretor-Presidente	
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores	Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Clientes
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes	Fernanda Nascimento Pires Carsughi Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptista Contadora - CRC 1SP328362/O-5
---	---

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi marcado por conquistas importantes que culminaram na entrega de bons resultados e no excelente desempenho operacional dos negócios, mesmo em um cenário macroeconômico desafiador. O reflexo desse trabalho é a entrega de um EBITDA de R\$ 5,3 bilhões em 2022, que representa um aumento de R\$ 953 milhões em comparação à 2021, e Lucro Líquido de R\$ 1.021 milhões, que corrobora o crescimento sustentável da EDP Brasil nos últimos dois anos, uma vez que o incremento do EBITDA foi de 56% nesse período.

Este desempenho é resultado da construção diária dos negócios e da dedicação de todas as nossas equipes, dos quais tenho a oportunidade de destacar aqui algumas delas.

Segurança

A segurança de todas as nossas pessoas é inegociável. Ao longo dos últimos anos esse tema tem sido uma preocupação de todos, especialmente da gestão da companhia e dos fornecedores. Mas ainda temos que melhorar para que ao final de cada dia todos possam voltar para suas famílias sem acidentes. Cada evento de risco serve de aprendizado profundo para revisão dos processos e lições de como evitar concretamente que estes eventos voltem a acontecer. Para isso reforço sempre e conto com o esforço e engajamento de todos, seja interno seja dos nossos parceiros e fornecedores.

Eficiência operacional em Distribuição e Geração

Assim como em 2021, o ano que se encerra foi marcado pelo aumento dos investimentos no segmento de distribuição. Entre as alocações dos recursos, vale ressaltar o foco no reforço das linhas de distribuição, através de 10 novas subestações inauguradas, apenas em 2022, nas áreas de concessão da EDP SP e da EDP ES. O objetivo, para além do aumento da qualidade do fornecimento de energia, é atingir os valores de referência dos indicadores técnicos estabelecidos pelo regulador, meta esta já atendida para o índice de perdas da EDP ES, uma vez que desde agosto, a distribuidora passou a ficar abaixo do limite determinado para este indicador.

Adicionalmente, a conclusão do processo de revisão tarifária formalizou a posição da EDP ES com a menor glosa histórica de 0,18%, um valor que passou a ser referência para todo o setor, e que corrobora a eficiência e a capacidade técnica da Companhia. Tais resultados demonstram que os investimentos realizados foram determinantes para a melhor operação do ativo, assim como a capacidade da companhia em gerir de forma eficiente e responsável os seus investimentos.

O segmento de geração também foi marcado por entregas relevantes, entre elas o reconhecimento das usinas Enerpeixe e Lajeado, pela Aneel, como as duas melhores geradoras do país em 2022. Referente à meta de construirmos um portfólio de geração mais balanceado, concluímos em dezembro a venda de Mascarenhas, a fim de reduzirmos a exposição hídrica da Companhia.

Outro marco importante foi a produção da primeira molécula de hidrogênio verde da América Latina em Pecém, uma aposta da Companhia para proporcionar e acelerar a transição energética justa. Entretanto, não poderia deixar de mencionar a contabilização de uma imparidade no ativo. Dado que 2022 foi o primeiro ano em que Pecém poderia participar do leilão de reserva de capacidade, e uma vez que ele foi cancelado, a consideração dessas premissas no teste de imparidade resultou em um impacto no valor de R\$ 1,2 bilhão. A decisão da Companhia em fazer tal reconhecimento, neste momento, se baseia no fato de que a EDP Brasil sempre preza pela fiabilidade, prudência e transparência em todas as suas atividades.

Excelência na execução em Transmissão

O ano que se encerra foi marcado pela conclusão da aquisição da EDP Goiás em tempo recorde. Um processo de transição claro e coordenado, realizado em menos de 100 dias, permitiu a integração do ativo com os sistemas da Companhia, garantindo sinergias importantes e mais agilidade nos processos.

Uma das marcas registradas da EDP Brasil, concluímos também antecipadamente lotes relevantes do nosso portfólio, tais como, EDP Transmissão Aliança SC e EDP Transmissão SP-MG. A energização dessas linhas representa 90% da RAP total do portfólio, cuja antecipação reflete diretamente na geração de margem e valor aos nossos acionistas. Em relação a novos investimentos, nos sagramos vencedores do lote 2 do último leilão, ativo este que possui sinergia com o lote previamente adquirido em 2021 na região norte do país.

Foco no modelo EDP de Geração Solar Distribuída

Uma de nossas conquistas mais significativas do ano foi a validação do modelo EDP de Geração Solar Distribuída. Lançamos um novo produto, as fazendas solares de energia remota compartilhada, a fim de levar energia limpa e economia para pequenas e médias empresas. Com a rápida e positiva resposta do mercado iremos neste ano expandir as unidades produtoras e regiões atendidas. A meta é de, até 2025, chegarmos a 1 GW de geração solar no Brasil oferecendo soluções que contribuam para o controle das mudanças climáticas e que proporcionem mais eficiência e economia aos nossos clientes. Anunciamos, também, em parceria com a EDP Renováveis, um novo projeto fotovoltaico de larga escala, com capacidade de 255 MWac e previsão de iniciar a operação em 2024. Com essas ações, a EDP Brasil fechou o ano com 450MWac em seu portfólio.

Solidez Financeira

Em um cenário adverso de inflação e taxas de juros elevadas, a solidez financeira e a eficiência tornam-se princípios ainda mais necessários. A EDP Brasil manteve-se sempre focada em manter seus níveis financeiros adequados e de acordo com as políticas da Companhia. Fruto do trabalho e do comprometimento das nossas pessoas, demonstramos mais uma vez a nossa efetividade nessa área, com uma alavancagem equilibrada de 2,4x Dívida Líquida/EBITDA Ajustado.

Liderança em ESG

Por fim, mas não menos importante, o ano de 2022 refletiu, também, no fortalecimento da nossa cultura e do nosso compromisso com a sustentabilidade, algo que aplicamos diariamente em cada uma de nossas atividades e que apuramos através de um sistema interno de métricas. Pelo segundo ano consecutivo, lideramos o ranking de sustentabilidade do ISE na B3, com notas acima da média setorial em cinco dimensões, além de sermos benchmarking da carteira na dimensão Capital Humano.

Em Inclusão e Diversidade, outra agenda prioritária, avançamos com realizações significativas, como a formação das duas primeiras turmas da Escola de Eletricistas Afirmativa para Pessoas Trans, uma iniciativa pioneira no Brasil, além da adesão ao Movimento Salário Digno, que faz parte do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas). Diante de um cenário social desafiador, outra iniciativa que merece destaque é o Iluminando Oportunidades, ação que teve como objetivo dar oportunidades e proporcionar condições de formação e emprego a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Com tantos avanços e realizações, quero agradecer a cada uma das quase 12 mil pessoas que formam a EDP Brasil pelo seu comprometimento, dedicação e trabalho diário. Estou confiante de que 2023 será um ano ainda mais importante na história da Companhia e na concretização da nossa estratégia de crescimento, que tem sempre como base a sustentabilidade e a excelência.

Obrigado,

João Marques da Cruz

1. PERFIL CORPORATIVO

A EDP Energias do Brasil (“EDP Brasil”), controlada pela EDP Portugal (“Grupo EDP”), uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas e Usina Termelétrica) em 5 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá) e detém 2,7 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e possui sete projetos, totalizando 2.714 km de extensão e nove subestações – sendo 2.199 km em operação e 515 km em fase de construção ou de licenciamento. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

1.1 ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

Em 07 de dezembro, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social da Energest S.A. para a empresa VH HYDRO BRASIL HOLDING S.A.

2. IMPACTOS ECONÔMICOS E HIDROLÓGICOS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2022, a economia brasileira foi marcada pela instabilidade do cenário macroeconômico mundial, marcado pela guerra na Ucrânia, Inflação nos EUA e casos de COVID-19 na China; e nacional com as eleições para presidente pela retomada das atividades e pelo avanço da vacinação contra a pandemia da COVID-19. O Produto Interno Bruto (PIB)¹, que é soma dos bens e serviços finais produzidos no país, apresentou no acumulado até setembro, avançou de 3,2%, sendo a indústria (1,3%) e o setor de serviços (4,4%) registrado variação positiva, enquanto a agropecuária registrou variação negativa (1,5%).

Os temores causados pela guerra na Ucrânia, o surgimento de novas variantes do Coronavírus e o período eleitoral no Brasil, provocaram receios em relação a perspectiva futura do país e, como consequência, na possibilidade de possíveis mudanças relacionadas com as políticas econômicas, provocando redução do crescimento.

Neste contexto, a produção industrial² encerrou 2022 com recuo de 0,7%, com resultados negativos em 17 das 26 atividades analisadas que impactam o setor. As principais influências negativas no resultado da indústria foram registradas em função de: indústrias extrativas (-3,2%), produtos de metal (-9,0%), metalurgia (-5,0%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,7%) e produtos de borracha e de material plástico (-5,7%).

Em 2022, as reduções de tributos, a introdução de recursos extras na economia por meio da liberação de saque extraordinário do FGTS, a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas e a fixação da renda mínima (auxílio Brasil) em R\$ 600,0 influenciaram positivamente as atividades econômicas ligadas ao consumo familiar.

O comércio varejista³ avançou 1,1%, no acumulado até novembro. O principal destaque dentro do setor é segmento de combustíveis e lubrificantes (+16,0%), decorrente da redução de tributos implementada no segundo semestre. As atividades mais sensíveis à renda e associadas a itens de caráter essencial, como o varejo alimentício (+1,2%) e de farmácias (+7,0%), também apresentaram bons resultados. Já no segmento de móveis e eletrodomésticos (-7,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-8,4%), cuja demanda é mais sensível ao crédito e à confiança dos consumidores, o desempenho não foi positivo.

O setor de serviços⁴ avançou 8,5%, no acumulado até novembro, com crescimento em quatro das cinco atividades analisadas. Entre os setores, a contribuição positiva mais importante foi o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+13,6%). Além disso, também contribuíram positivamente os serviços prestados às famílias (+25,8%), serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,7%) e serviços de informação e comunicação (+3,7%). O único segmento que recuou no acumulado do ano foi o de outros serviços (-3,3%).

Nesta conjuntura, o mercado de trabalho brasileiro⁵ manteve trajetória positiva, marcado pela queda da taxa de desocupação e pela recuperação dos rendimentos. A taxa de desocupação foi de 8,1% no acumulado até novembro, sendo a menor desde abril de 2015. O rendimento médio real foi estimado em R\$ 2.787, aumento de 7,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1 ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS

Após um ano de 2021 marcado por escassez hídrica, a agenda regulatória de 2022 teve como principais focos a garantia da segurança energética, a abertura de mercado e a transição energética. Dessa maneira, a agenda regulatória apresentou avanços em algumas medidas consideradas fundamentais para o setor, com destaque para:

1 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Julho/setembro 2022.

2 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil. Dezembro/2022

3 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio – Brasil. Novembro/2022

4 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IB. Pesquisa Mensal de Serviços – Brasil. Novembro/2022

5 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PNADC – Brasil. Novembro/2022

(i) Lei nº 14.300/2022 – Micro e minigeração de Energia

Em 07 de janeiro de 2022 foi sancionada, com vetos, a Lei nº 14.300/2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída. Essa categoria permite e proporciona aos consumidores a possibilidade de produzirem a própria energia que utilizam, à partir de fontes renováveis, como; (i) hídrica, (ii) solar e (iii) eólica e outras.

O texto da lei descreve que microgeradores são aqueles que geram até 75 KW de energia através de fontes renováveis em suas unidades consumidoras. E que minigeradores são os que geram entre 75 KW e 10 MW, por meio de fontes renováveis.

A lei autoriza às unidades consumidoras atuais e às que registraram acesso nas distribuidoras durante o ano de 2022, continuação dos benefícios concedidos pela ANEEL por intermédio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica por mais 25 anos.

Desse modo, estabelece-se uma etapa de transição para a cobrança das tarifas. Até 2045, micro e minigeradores existentes pagarão os elementos da tarifa somente sobre a diferença, entre o consumo e a energia gerada, assim como já ocorre atualmente.

Além disso, a lei também cria o Programa de Energia Renovável Social, com o objetivo de financiar a instalação de fontes renováveis para consumidores de baixa renda.

(ii) Resolução CNPE nº 6/2022 – Programa Nacional do Hidrogênio

Em 4 de agosto de 2022 foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que institui o Programa Nacional do Hidrogênio e estabelece a estrutura de governança do Programa.

A utilização do hidrogênio apresenta ainda significativos desafios para o mercado ao longo de toda a sua cadeia energética, como produção, transporte, armazenamento e consumo, refletindo na necessidade de um olhar estruturado em torno do desenvolvimento de mercado e da indústria. Dessa maneira, o Programa Nacional de Hidrogênio pretende desenvolver uma economia no Brasil em conformidade com as demais fontes da matriz energética.

De acordo com o artigo 1º da Resolução, o programa tem como objetivo; (i) consolidar o mercado de hidrogênio no Brasil, (ii) incluí-lo como um dos temas prioritários para o investimento de pesquisa; (iii) desenvolvimento e inovação; (iv) descarbonização da economia; (v) sinergia e articulação com outros países; (vi) liderança do Brasil no tema “Transição Energética”, e outros.

Deste modo, estas ações serão coordenadas e supervisionadas por um comitê gestor, um órgão interministerial, formado por representantes do Ministério de Minas e Energia (“MME”), Casa Civil da Presidência, Economia, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional, Educação, Agricultura e Secretaria de Assuntos Estratégicos, como também a participação da ANEEL, ANP e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”).

Adicionalmente, as reuniões irão ocorrer a cada três meses, podendo ser criadas Câmaras Temáticas para debater e argumentar questões, a fim de promover o hidrogênio como um dos temas prioritários.

(iii) Portaria Normativa nº 50/GM/MME/2022 – Contratação de Energia Elétrica

Em 28 de setembro de 2022 foi publicada a Portaria Normativa nº 50/GM/MME/2022, definindo o limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores.

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), sendo o grupo A composto por: (i) UCs (unidades consumidoras) que recebem energia elétrica em tensão igual ou superior a 2,3 kV ou são atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição.

Geralmente se enquadram neste grupo as grandes indústrias e estabelecimentos comerciais de grande porte.

Ademais, os consumidores do Grupo A, com carga individual inferior a 500kW, também poderão optar pela compra de energia, desde que representados por agente varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

(iv) Portaria nº 709/GM/MME – Revisão de Garantia Física

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs Despachadas Centralizadamente no SIN, com início de vigência em 1º de janeiro de 2023.

O método de revisão de garantia física fortalece a segurança do atendimento e das operações de comercialização de energia elétrica, a fim de: (i) preservar a estabilidade das regras; (ii) garantir a segurança do investimento privado; (iii) respeitar os contratos estabelecidos; (iv) proporcionar segurança jurídica regulatória, e (v) prover redução nas tarifas de energia ao consumidor.

Além disso, a portaria aprovou inclusive o Relatório Ordinária de Garantia Física de Energia das UHEs despachadas centralizadamente no SIN, renovado pela EPE e que seguem metodologias e critérios definidos pelo MME. O relatório especifica a contextualização, a metodologia e demais dados do cálculo da ROGF 2022 e, cumpre o regulamento geral que prevê a realização de revisão a cada cinco anos, com o desígnio de prover transparência, previsibilidade e segurança jurídica.

No caso de Revisões Extraordinárias, o conjunto de fatos relevantes segue o rito e a metodologia do MME

(v) Decreto nº 11.310/2022 – Segurança de Barragens

Em 27 de dezembro de 2022 foi publicado o Decreto nº 11.310/22 regulamentando dispositivos da Lei nº 12.334/10, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (“PNSB”). O decreto propõe o acompanhamento das ações de segurança para o controle de barragens que tem por finalidade diversas formas de uso, como por exemplo as direcionadas para a produção de energia.

Nesse sentido, entre as principais ações desse decreto está a criação de Comitê Interministerial de Segurança de Barragens. O Comitê ajuda a organizar a atuação dos órgãos federais e aperfeiçoar os processos de planejamento, execução e monitoramento de segurança de barragens e, por meio dele serão realizadas articulações de políticas públicas, com o foco voltado à segurança das 22 mil barragens cadastradas, segundo os dados da Agência Nacional de Águas (“ANA”).

O Decreto também dispõe sobre a exigência de caução, seguro, fiança e outras garantias e precauções para as barragens de geração de energia elétrica, preferencialmente para as barragens que se encontram em alerta. À vista disso, estabelece e regulamenta as atividades de fiscalização e de comunicação entre a defesa civil e órgãos ambientais, sendo imprescindível estudos para a delimitação da zona de autos salvamento.

4. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022
Receita Líquida¹	1.338.909	1.390.778	9.139.651	3.314.744	1.160.232	4.400	552.635	-	(1.508.076)	15.393.273
Receita de Construção	-	-	1.541.530	-	446.090	-	-	-	-	1.987.620
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(93.238)	-	-	-	-	(93.238)
Gastos Não-Gerenciáveis	(261.497)	(646.578)	(5.612.244)	(3.165.334)	-	-	(412.011)	-	1.497.327	(8.600.337)
Margem Bruta	1.077.412	744.200	3.527.407	149.410	1.066.994	4.400	140.624	-	(10.749)	6.699.698
Gastos Gerenciáveis⁵	(1.335.552)	(72.749)	(3.045.730)	(25.966)	(544.823)	(181.162)	(115.684)	(10.101)	(478.402)	(5.810.169)
PMSO	(72.741)	(127.442)	(881.194)	(22.345)	(100.213)	(130.755)	(92.047)	(9.515)	21.905	(1.414.347)
Provisões	(1.461)	(223)	(205.176)	(443)	(1.282)	(3.457)	(409)	-	-	(212.451)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	(994)	(113.584)	-	-	(29.415)	10.466	-	-	(133.527)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	326.252	-	-	-	326.252
EBITDA	1.003.210	615.541	2.327.453	126.622	965.499	167.025	58.634	(9.515)	11.166	5.265.625
Depreciação e Amortização	(176.587)	(1.028.853)	(304.246)	(3.178)	2.762	(17.535)	(33.694)	(586)	(500.307)	(2.062.224)
Resultado das Participações Societárias	58.642	-	-	18.621	-	842.448	-	135.329	(841.076)	213.964
Resultado Financeiro Líquido	(179.566)	(60.758)	(518.891)	(75.249)	(386.543)	27.112	(22.363)	(250.343)	-	(1.466.601)
IR e Contribuição Social	(188.078)	(177.764)	(418.574)	(11.062)	(156.896)	2.387	(14.025)	63.435	162.540	(738.037)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	517.621	(651.834)	1.085.742	55.754	424.822	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Participações de Minoritários	(182.550)	-	-	-	(8.739)	-	-	-	-	(191.289)
Lucro Líquido do Exercício	335.071	(651.834)	1.085.742	55.754	416.083	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438
Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Receita Líquida¹	1.487.116	2.336.898	10.608.838	2.955.211	642.410	2.981	259.539	-	(1.620.507)	16.672.486
Receita de Construção	-	-	1.097.457	-	1.053.349	-	-	-	-	2.150.806
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	50.862	-	-	-	-	50.862
Gastos Não-Gerenciáveis	(325.316)	(1.702.116)	(7.838.933)	(2.833.938)	-	-	(177.307)	-	1.615.343	(11.262.320)
Margem Bruta	1.161.798	634.782	2.769.905	121.222	693.272	2.981	82.232	-	(5.164)	5.461.028
Gastos Gerenciáveis⁵	(491.999)	(85.050)	(2.402.021)	(23.112)	(1.081.774)	(145.075)	(118.556)	(4.150)	(26.075)	(4.357.812)
PMSO	(71.108)	(131.996)	(793.888)	(24.733)	(28.180)	(119.798)	(60.062)	(4.150)	5.164	(1.228.749)
Provisões	(1.006)	(141)	(169.679)	5.013	(8)	(868)	221	-	-	(166.468)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	19	560	(67.153)	-	122	(6.843)	-	-	-	(73.295)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	320.556	-	-	-	320.556
EBITDA	1.089.703	503.205	1.739.187	101.502	665.206	196.028	22.391	(4.150)	-	4.313.072
Depreciação e Amortização	(169.933)	(183.444)	(273.846)	(3.392)	(359)	(17.566)	(58.715)	-	(31.239)	(738.494)
Resultado das Participações Societárias	5.601	-	-	(4.249)	-	2.051.098	-	114	(1.810.148)	242.416
Resultado Financeiro Líquido	(208.229)	(77.359)	(272.512)	(12.036)	(158.809)	(63.916)	(9.805)	1.083	1	(601.582)
IR e Contribuição Social	(193.792)	4.158	(301.744)	(21.853)	(140.908)	(5.806)	(4.105)	549	15.634	(647.867)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	523.350	246.560	891.085	59.972	365.130	2.159.838	(50.234)	(2.404)	(1.825.752)	2.367.545
Participações de Minoritários	(198.730)	-	-	-	(8.977)	-	-	-	-	(207.707)
Lucro Líquido do Exercício	324.620	246.560	891.085	59.972	356.153	2.159.838	(50.234)	(2.404)	(1.825.752)	2.159.838
Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-10,0%	-40,5%	-13,8%	12,2%	80,6%	47,6%	112,9%	n.d.	-6,9%	-7,7%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	40,5%	n.d.	-57,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-7,6%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Gastos Não-Gerenciáveis	-19,6%	-62,0%	-28,4%	11,7%	n.d.	n.d.	132,4%	n.d.	-7,3%	-23,6%
Margem Bruta	-7,3%	17,2%	27,3%	23,3%	53,9%	47,6%	71,0%	n.d.	108,2%	22,7%
Gastos Gerenciáveis⁵	171,5%	11,8%	26,8%	12,3%	-49,6%	24,9%	-2,4%	143,4%	1734,7%	33,3%
PMSO	2,3%	-3,5%	11,0%	-9,7%	255,6%	9,1%	53,3%	129,3%	324,2%	15,1%
Provisões	45,2%	58,2%	20,9%	n.d.	15925,0%	298,3%	n.d.	n.d.	n.d.	27,6%
Ganhos/Perdas na Desativação/ Alienação de Bens	-100,0%	n.d.	69,1%	n.d.	-100,0%	329,9%	n.d.	n.d.	n.d.	82,2%
Ganho na Alienação de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,8%	n.d.	n.d.	n.d.	1,8%
EBITDA	-7,9%	22,3%	33,8%	24,7%	45,1%	-14,8%	161,9%	129,3%	n.d.	22,1%
Depreciação e Amortização	3,9%	460,9%	11,1%	-6,3%	n.d.	-0,2%	-42,6%	n.d.	1501,5%	179,2%
Resultado das Participações Societárias	947,0%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-58,9%	n.d.	118609,6%	-53,5%	-11,7%
Resultado Financeiro Líquido	-13,8%	-21,5%	90,4%	525,2%	143,4%	n.d.	128,1%	n.d.	-100,0%	83,0%
IR e Contribuição Social	-2,9%	n.d.	38,7%	-49,4%	11,3%	n.d.	241,7%	11454,6%	939,7%	13,9%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	-1,1%	n.d.	21,8%	-7,0%	16,3%	-52,7%	-77,2%	2465,7%	-36,0%	-48,8%
Participações de minoritários	-8,1%	n.d.	n.d.	n.d.	-2,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-7,9%
Lucro Líquido do Exercício	3,2%	n.d.	21,8%	-7,0%	16,8%	-52,7%	-77,2%	2465,7%	-36,0%	-52,7%

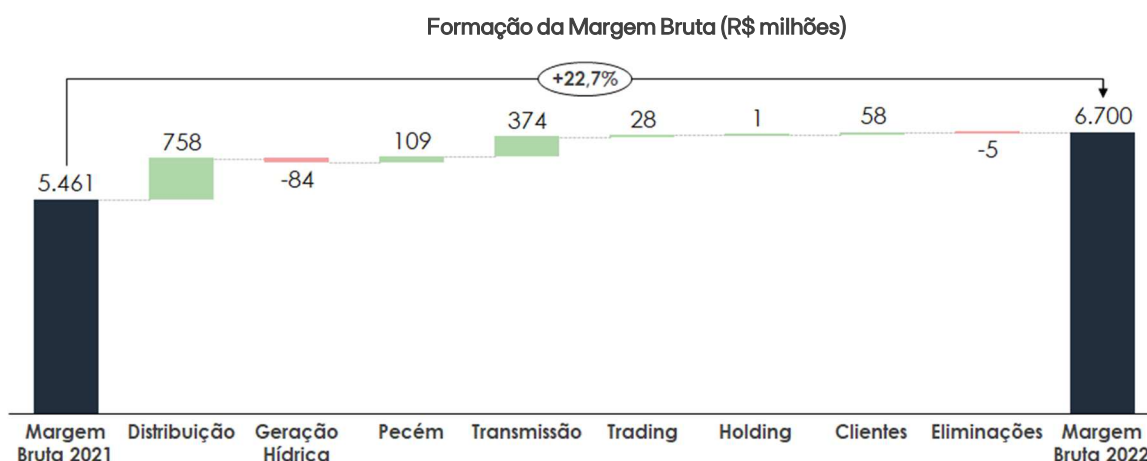
¹Não considera receita de construção. ²Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. ³Considera GHSL e Ventures. ⁴ Considera eliminações intragrupo. ⁵ Gastos gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

4.1 MARGEM BRUTA

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2022	2021	Var
Receita Operacional Líquida	15.300.035	16.723.348	-8,5%
Gastos Não Gerenciáveis	(8.600.337)	(11.262.320)	-23,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.916.376)	(8.834.330)	-21,7%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.290.764)	(1.238.798)	4,2%
Outros	(393.197)	(1.189.192)	-66,9%
Margem Bruta	6.699.698	5.461.028	22,7%

A Margem Bruta aumentou 22,7% no ano, decorrente de:

- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 757,5 milhões, decorrente do reajuste tarifário na EDP SP e do crescimento de mercado em ambas as distribuidoras. Entretanto, na EDP Espírito Santo (EDP ES) a queda de 2,2% na Margem reflete o efeito da Revisão Tarifária que impactou na Parcela B;
- (ii) **Transmissão:** aumento de R\$ 373,7 milhões, decorrente da incorporação da EDP Goiás ocorrida em fevereiro de 2022. Entretanto, esse aumento foi mitigado pelo efeito ocorrido no 4T21 quando foi contabilizado a totalidade dos reajustes tarifários dos lotes 7,11 e 24, que foram vendidos naquele período e tiveram seu closing realizado em dezembro de 2021. Além disso, também no 4T21, ocorreu a contabilização da totalidade da revisão tarifária da EDP Transmissão Litoral Sul, considerando seu período de concessão, conforme Interpretação do Ofício CVM nº 004/2020;
- (iii) **Hídrica:** redução de R\$ 84,4 milhões, em função do vencimento de contratos e de recontração parcial a preços mais baixos na Enerpeixe e na Energest. Além disso, a melhora do cenário hidrológico e do nível dos reservatórios ocasionou redução dos preços no mercado *spot*;
- (iv) **Pecém:** aumento de R\$ 109,4 milhões, decorrente do reajuste anual dos contratos de venda por IPCA. Além disso, no 4T21 houve uma redução do valor recuperável relativo a marcação a mercado do estoque de carvão ocorrido naquele momento. Sem este efeito, a Margem Bruta ficaria estável;
- (v) **Trading:** aumento de R\$ 28,2 milhões, decorrente do aumento da volatilidade do mercado de compra e venda de energia, em função da melhora do cenário hidrológico, combinado com a redução do risco de crédito e da ampliação do volume transacionado; e
- (vi) **Clientes:** aumento de R\$ 58,4 milhões, decorre da entrada em operação dos projetos de energia fotovoltaica, além do aumento dos contratos estabelecidos da Varejista.



Nota: A Margem Bruta da Transmissão refere-se a Receita com a Remuneração do Ativo de Concessão.

4.2 GASTOS GERENCIÁVEIS

Em 2022, a Companhia manteve sua trajetória de eficiência e de gerenciamento de gastos, através de iniciativas de automatização e digitalização dos processos, iniciada desde a implementação da Orçamento Base Zero, ocorrida em 2015.

O ano foi marcado pelo retorno do crescimento econômico, refletindo na revisão dos contratos, na retomada dos projetos estruturantes e no aumento do quadro de funcionários, em função do crescimento das atividades operacionais da Companhia. Os Gastos Gerenciáveis foram impactados, principalmente, pelo aumento na remuneração dos colaboradores, resultante dos reajustes salariais⁶ ocorridos em novembro de 2021 e de 2022, pelas ações de combate ao consumo irregular e pelos maiores gastos relacionados a manutenções e aluguéis. Nesse sentido, através de uma gestão assertiva de custos, o PMSO recorrente aumentou 6,7%, abaixo da inflação do período (IPCA: 7,9%)⁷.

⁶ Reajuste salarial média de 2021 de 10,5% e de 2022 de 7,0%

⁷ Média de 2021 e 2022

Em relação aos gastos não recorrentes, os principais fatores que impactaram os Gastos Gerenciáveis referem-se ao aumento de posições de headcount e serviços para investimentos em novos negócios, fomentando a estratégia da Companhia em manter crescimento e investimentos em ativos de transmissão, a incorporação da EDP Goiás em fevereiro de 2022, além da participação em leilões de transmissão para aquisição de novos ativos. Além disso, os gastos não recorrentes aumentaram em função da intensificação em projetos de energia solar, reforçando o compromisso da EDP de ampliar sua participação nesse segmento.

A Companhia tem como objetivo se consolidar como uma empresa 100% digital, e em função disso possui como estratégia investir em projetos estruturantes alavancados em plataformas digitais, modernização de aplicações, estratégia de Cloud e em cibersegurança, que irão incorrer despesas e investimentos futuros. Esses investimentos permitem o uso eficaz e eficiente das novas tecnologias, simplificando e automatizando os processos de negócio, aumentando a produtividade.

Quadro contábil conforme DFs:

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2022	2021	Var
Pessoal	(650.782)	(540.037)	20,5%
Material	(70.531)	(71.723)	-1,7%
Serviços de Terceiros	(583.685)	(521.860)	11,8%
Provisões	(212.451)	(166.468)	27,6%
Outros	(109.349)	(95.129)	14,9%
Total PMSO com Provisões	(1.626.798)	(1.395.217)	16,6%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.414.347)	(1.228.749)	15,1%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(133.527)	(73.295)	82,2%
Custo com Construção da Infraestrutura	(1.987.620)	(2.150.806)	-7,6%
Depreciação e Amortização	(2.062.224)	(738.494)	179,2%
Gastos Gerenciáveis	(5.810.169)	(4.357.812)	33,3%

	2022	2021	Var
PMSO	(1.414.347)	(1.228.749)	15,1%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(29.279)	(25.237)	16,0%
Novos Negócios	168.890	67.033	152,0%
Custos com Receita Associada	17.603	17.284	1,8%
Outros: Revisão Tarifária - Lote Q		(1.480)	-100,0%
Estudos de Leilões e M&A	7.962	-	n.a
PMSO Recorrente	(1.249.171)	(1.171.150)	6,7%

Nota: Novos negócios contempla Transmissão, EDP Varejista, EDP Ventures, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Pessoal	(544.691)	(499.366)	9,1%
Material	(68.138)	(62.619)	8,8%
Serviços de Terceiros	(525.548)	(496.816)	5,8%
Outros	(110.795)	(112.349)	-1,4%
Total PMSO Recorrente	(1.249.171)	(1.171.150)	6,7%

O quadro abaixo reflete o PMSO, excluindo os efeitos não recorrentes. O custo com receita associada refere-se a projetos de energia Solar (EDP Smart) na modalidade de arrendamento. Para este segmento, cabe ressaltar que a Companhia alterou sua estratégia de negócio, prevendo maior atuação no segmento de geração solar compartilhada, enquadrada na modalidade de arrendamento operacional, ao invés da geração distribuída remota, enquadrada na modalidade de arrendamento financeiro.

Os principais itens que influenciaram no aumento de PMSO no ano foram:

- (i) Pessoal – aumento de 9,1% (+R\$ 45,3 milhões) decorrente do reajuste anual de remuneração, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2021 e 2022, além do maior número de horas extras e aumento das despesas com assistência médica;
- (ii) Material – aumento de 8,8% (+R\$ 5,5 milhões), decorrente de maiores gastos com veículos nas distribuidoras, além de aquisições de EPI's e materiais de manutenção e reparo;

- (iii) Serviços de Terceiros – aumento de 5,8% (+R\$ 28,7 milhões) decorrente de maiores gastos com ações de combate à inadimplência e inspeções de combate à fraude nas distribuidoras. Além disso, houve aumento dos gastos relacionados a viagens e com serviços de consultoria, publicidade e propaganda e maiores gastos com mão de obra contratada e serviços de manutenção nas distribuidoras e nas hídricas; e
- (iv) Outros – redução de 1,4% (–R\$ 1,6 milhão) reflexo da redução dos gastos de logística.

Na conta de **Provisões**, a rubrica de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, foi impactada pela reversão parcial da multa relacionada ao auto de infração na EDP SP, contabilizada em sua totalidade no terceiro trimestre. A rubrica de PECLD apresentou aumento de 18,2% no ano, conforme detalhado no capítulo de distribuição.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 60,2 milhões, reflexo da maior ocorrência de substituição de redes nas distribuidoras e do aumento da ativação de bens, além de estudos com projetos de M&A e leilões.

A conta de **Depreciação e Amortização** aumentou R\$ 1,3 milhão, decorrente principalmente da contabilização do impairment de Pecém, no montante de R\$ 1,2 bilhão, conforme mencionado nos Eventos Relevantes.

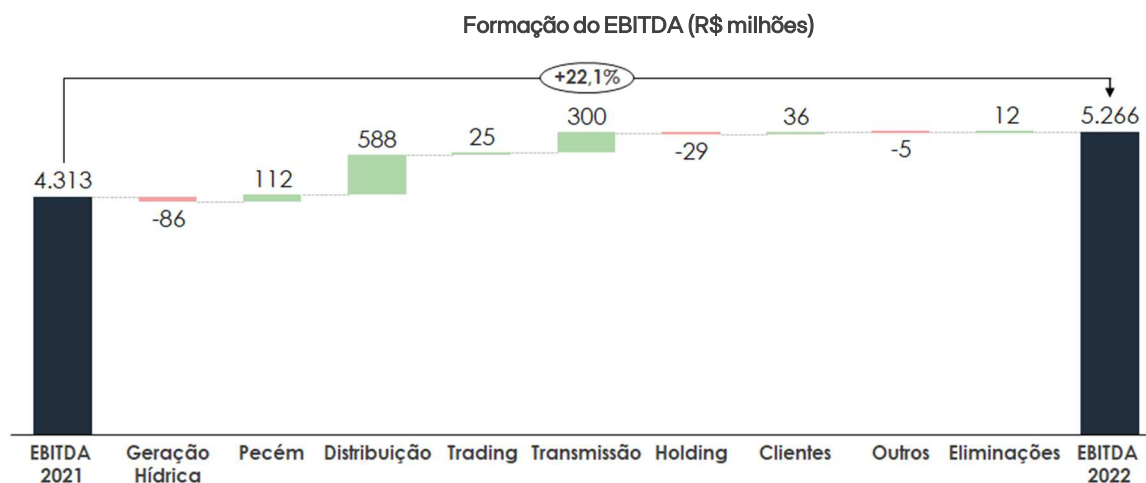
4.3 RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	77.140	63.004	22,4%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	(3.928)	(5.623)	–30,1%
São Manoel (33,33%) ¹	(14.570)	(26.604)	–45,2%
Celesc (29,90%) ¹	156.866	211.616	–25,9%
Outros ²	(1.544)	23	–6813,0%
Resultado das Participações Societárias	213.964	242.416	–11,7%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM, Mabe e BlueSol.

A redução do Resultado das Participações Societárias, reflete o menor resultado em São Manoel, Cachoeira Caldeirão e Celesc, minimizado pela melhora do resultado de Jari. Na Celesc, esta redução reflete o aumento do passivo atuarial, decorrente do aumento da taxa de juros, além de redução da Parcela B, refletindo alteração de mix de mercado.

4.4 EBITDA



Nota: A contabilização do resultado do segmento de Transmissão está de acordo com o ICPC 01,IFRIC12

O EBITDA foi de R\$ 5,3 bilhões, aumento de 22,1%, conforme efeitos mencionados nas unidades de negócio acima.

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
EBITDA	5.265.625	4.313.072	22,1%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(384.236)	(351.166)	9,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(965.499)	(665.206)	45,1%
EBITDA Regulatório Transmissão	535.469	113.456	372,0%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(165.084)	n.d.
Maisvalia - Desinvestimento ¹	(326.252)	(320.556)	1,8%
EBITDA Ajustado Recorrente	4.125.107	2.924.516	41,1%
Transmissão: Correção mais valia rotação de ativos	-	283.394	n.d.
EBITDA Ajustado para fins de dividendos	4.451.359	3.528.466	26,2%
Resultado das Participações Societárias	213.964	242.416	-11,7%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	5.479.589	4.555.488	20,3%

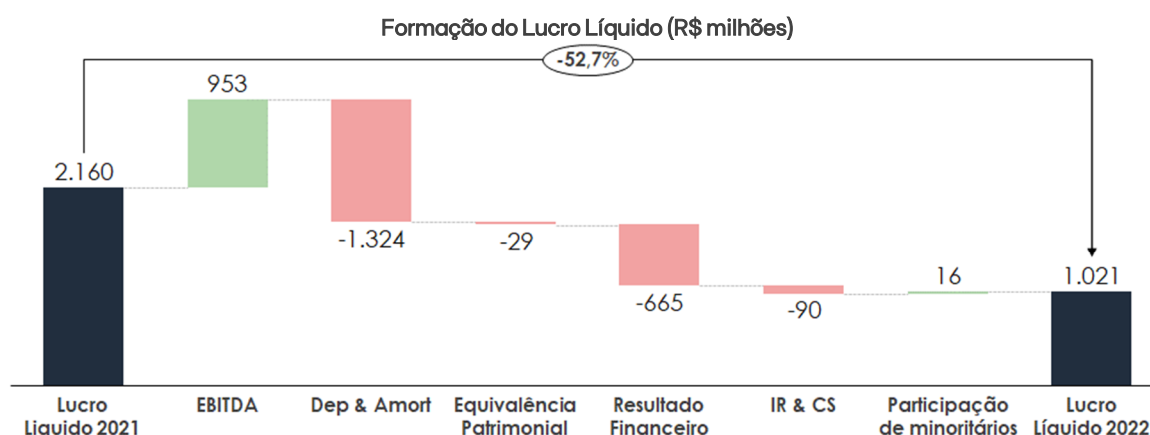
O EBITDA Ajustado pelos efeitos não recorrentes e não caixa foi de R\$ 4,1 bilhões, aumento de 41,1%. Adicionalmente, o EBITDA ajustado para fins de dividendos, conforme política de dividendos, apresentou aumento de 26,2%. Em 2021, com a rotação dos ativos transacionados de Transmissão, o EBITDA Ajustado para fins de dividendos, considerou o efeito da diferença da mais valia entre a contabilização efetuada no regulatório e no societário. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 5,5 bilhões, aumento de 20,3%.

4.5 RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2022	2021	Var
Receita Financeira	666.223	306.353	117,5%
Juros e variações monetárias	638.878	357.246	78,8%
Outros	27.345	(50.893)	-153,7%
Despesa Financeira	(2.132.824)	(1.107.935)	92,5%
Encargos de Dívidas	(1.782.521)	(664.079)	168,4%
Outros	(350.303)	(443.856)	-11,2%
Total	(1.466.601)	(801.582)	83,0%

O Resultado Financeiro aumentou 83,0% decorrente dos efeitos do aumento da taxa de juros, que impactaram positivamente na receita, influenciados também pelo maior saldo de caixa. Na despesa, o efeito da taxa de juros mencionada corroborou para o aumento dos encargos, além do aumento do saldo de dívida através das captações realizadas.

4.6 LUCRO LÍQUIDO



O Lucro Líquido foi de R\$ 1,0 bilhão, redução de 52,7%, resultante dos efeitos acima mencionados. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 1,3 bilhão, aumento de 14,2%.

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Lucro	1.021.438	2.159.838	-52,7%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(253.596)	(231.770)	9,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(416.090)	(356.153)	16,8%
EBITDA Regulatório Transmissão	85.931	(16.986)	-605,9%
Maisvalia - Desinvestimento ¹	(326.252)	(320.556)	1,8%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(108.956)	-100,0%
Imparidade	1.221.000	41.000	2878,0%
Lucro Líquido Ajustado Recorrente	1.332.432	1.166.417	14,2%

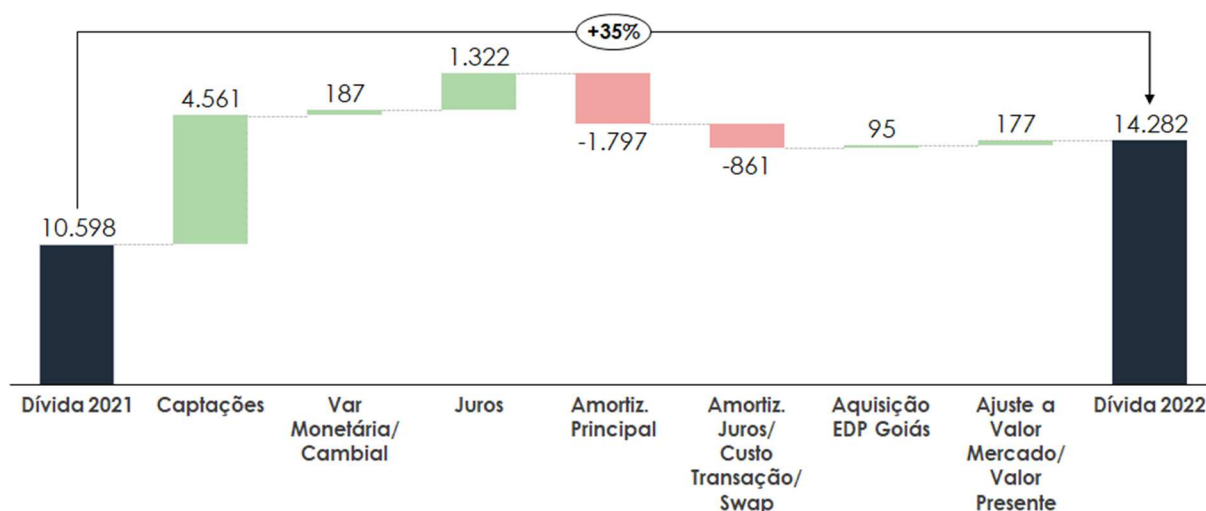
O Lucro Líquido ajustado para fins de dividendos foi de R\$ 1,6 bilhão, conforme tabela abaixo:

Para fins de Dividendos (R\$ milhões)	2022
Lucro	1.021
Reserva Legal	51
Lucro após Reserva Legal	970
VNR	(254)
Transmissão IFRS	(416)
Transmissão Regulatório	86
Imparidade	1.221
Lucro Líquido para fins de dividendos	1.607

4.7 ENDIVIDAMENTO

A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 14,3 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão na participação da EDP.

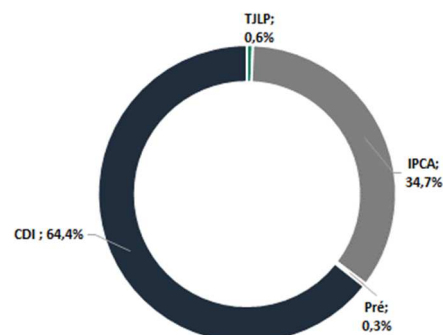
Composição da Dívida Bruta Consolidada (R\$ milhões)



Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.

O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 12,8% a.a., em comparação aos 9,3% a.a. no final de 2021, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo do aumento do CDI. O prazo médio da dívida atingiu 2,7 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,1 anos e o custo médio seria de 12,5% a.a..

Dívida Líquida por Indexador em 31/12/2022

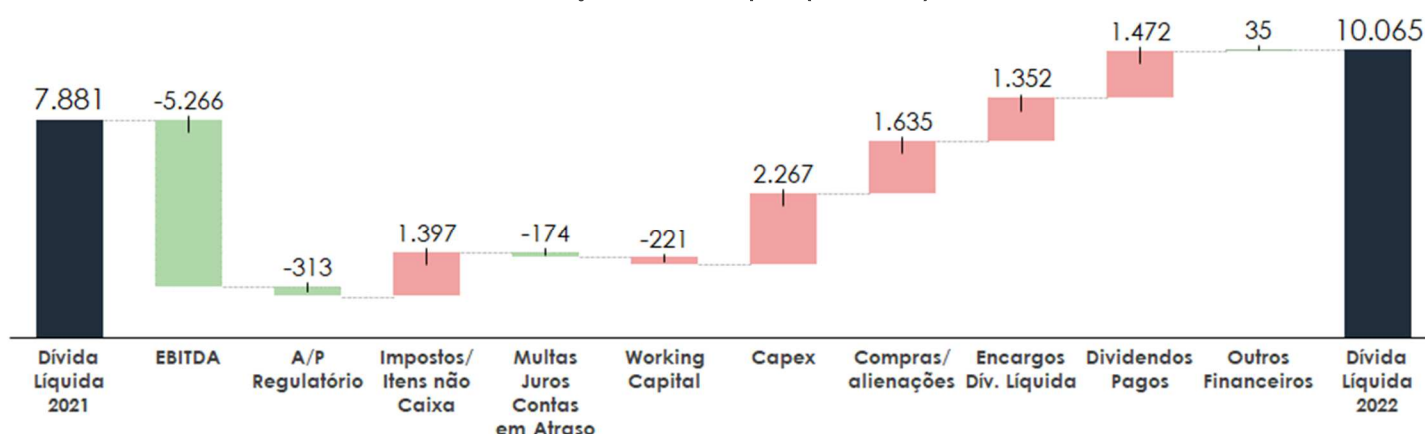


Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

4.8 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL, DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

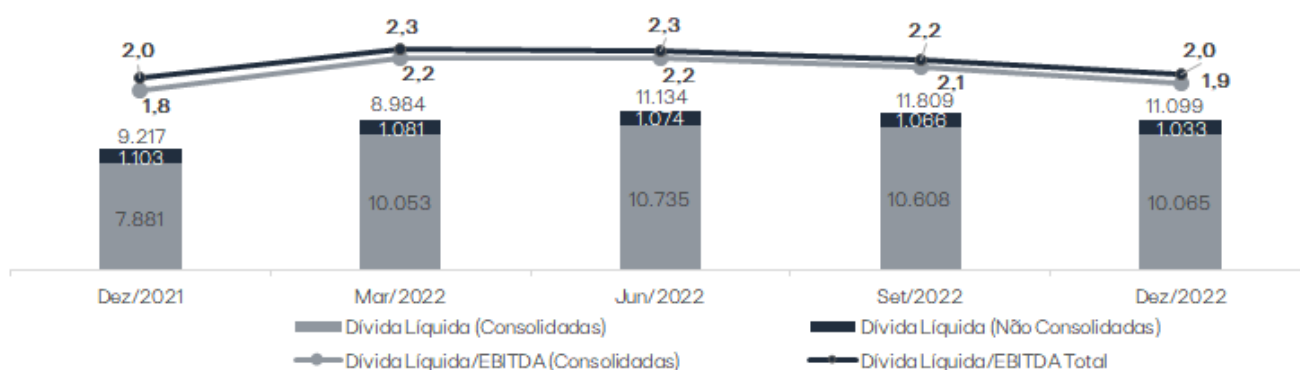
A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 10,1 bilhões, aumento de 27,7% em relação ao saldo de 2021 decorrente do aumento da Dívida Bruta.

Evolução da Dívida Líquida (R\$ milhões)



A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 1,9 vezes e de 2,0 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,4 vezes.

Evolução da Dívida Líquida/EBITDA (R\$ milhões)



Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários.

4.9 RATINGS

	Moody's		S&P		Fitch	
	Nacional	Global	Nacional	Global	Nacional	Global
EDP Energias do Brasil	AAA.br	-	-	-	AAA(bra)	-
	Estável		-		Estável	
EDP São Paulo	AAA.br	-	brAAA	-	-	-
	Estável		Estável		-	
EDP Espírito Santo	AAA.br	-	brAAA	-	-	-
	Estável		Estável		-	
Lajeado Energia	AAA.br	-	-	-	-	-
	Estável		-		-	
EDP Transmissão SP-MG	-	-	-	-	AA+(bra)	
	-		-		Positiva	
EDP Transmissão Aliança SC	-	-	-	-	AA(bra)	
	-		-		Estável	

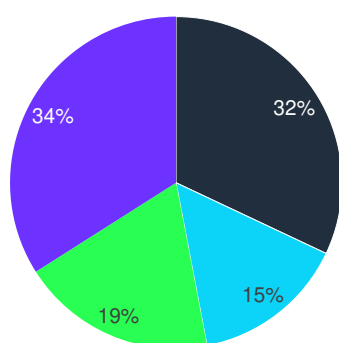
4.10 VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO

Total			
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2022	2021	Var
Distribuição	1.541.530	1.097.457	40,5%
EDP São Paulo	858.872	517.987	65,8%
EDP Espírito Santo	682.658	579.470	17,8%
Geração	91.471	56.683	61,4%
Enerpeixe	6.225	3.846	61,9%
Energest	1.142	3.085	-63,0%
Lajeado / Investco	7.166	3.992	79,5%
Pecém	76.938	45.760	68,1%
Transmissão	449.506	1.053.349	-57,3%
Solar	156.092	162.998	-4,2%
Outros	28.344	61.439	-53,9%
Total	2.266.943	2.431.926	-6,8%
Geração não consolidado	21.834	13.161	65,9%
Total	2.288.777	2.445.087	-6,4%

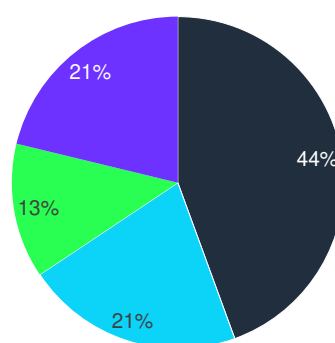
Nota: Os investimentos realizados no segmento de solar referem-se as movimentações de tangível e intangível.

Os investimentos totalizaram R\$ 2,3 bilhões, redução de 6,8%, resultante da entrada em operação integral dos lotes de Transmissão, exceto a EDP Transmissão Norte, em construção e do lote 2, adquirido no leilão ocorrido em dezembro.

EDP SP 2022

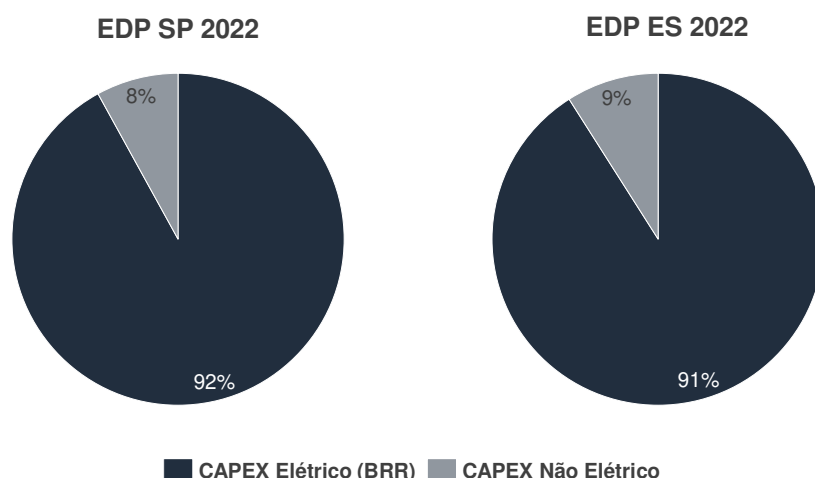


EDP ES 2022



Expansão do Sistema Elétrico
 Telecom., Informática e Outros
 Melhoramento da Rede
 Combate as Perdas

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão, aumento de 40,5%, em função do reforço dos investimentos para as obras de expansão, melhoria da rede e dos indicadores de continuidade de fornecimento, projetos de combate as perdas e investimentos em telecomunicações, informática e infraestrutura.



Na Transmissão, os investimentos apresentaram redução de 57,3%, decorrente da conclusão das obras de transmissão entre os períodos analisados. No ano, foram concluídas as obras da EDP Transmissão Aliança SC, da EDP Transmissão SP-MG, da EDP Transmissão Litoral Sul e da Mata Grande Transmissão de Energia.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)			
Linhas de Transmissão (Lote)	2022	2021	Var
EDP Transmissão + EDP Transmissão MA I + EDP Transmissão MA II	-	28.123	-100,0%
Mata Grande Transmissão de Energia	28.077	59.473	-52,8%
EDP Transmissão Aliança SC	28.117	396.380	-92,9%
EDP Transmissão SP-MG	75.386	410.322	-81,6%
EDP Transmissão Norte	130.570	8.049	1522,2%
EDP Transmissão Goiás	101.787	-	n.d.
EDP Transmissão Litoral Sul	85.569	151.002	-43,3%
Total	449.506	1.053.349	-57,3%

Nota: Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social dos ativos EDP Transmissão S.A. ("Lote 24"), EDP Maranhão I S.A. ("Lote 7") e EDP Maranhão II S.A. ("Lote 11"), conforme Plano Estratégico da Companhia referente ao período de 2021-2025

Na Geração, os investimentos foram de R\$ 91,5 milhões, aumento de 61,4%, decorrente dos investimentos com manutenção e operação das usinas e no projeto de hidrogênio verde situado no HUB de Pecém.

No segmento Solar, os investimentos reduziram R\$ 6,9 milhões, decorrente do volume de instalação de projetos abaixo do esperado.

No segmento Solar, os investimentos reduziram R\$ 6,9 milhões, decorrente da mudança de estratégia no segmento que passou a focar na geração compartilhada para pequenas e médias empresas como vetor de crescimento, reduzindo a concentração em usinas remotas dedicadas a clientes de grande porte, com desenvolvimento de novos projetos, levando à postergação de investimentos para 2023.

Em Outros, a rubrica foi impactada pela construção da nova sede, concluída em 2021, além de novos projetos de eficiência energética, tecnologia e desenvolvimento de novos negócios.

5. ÁREAS DE NEGÓCIOS

5.1 DISTRIBUIÇÃO

EDP Distribuição						
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	6.892.500	6.653.309	3,6%	3.248.863	3.154.794	3,0%
Industrial	11.574.180	11.606.279	-0,3%	17.576	22.838	-23,0%
Livre	10.372.643	10.239.663	1,3%	855	754	13,4%
Cativo	1.201.537	1.366.615	-12,1%	16.721	22.084	-24,3%
Comercial	4.411.044	4.136.404	6,6%	282.841	274.116	3,2%
Livre	1.420.258	1.268.314	12,0%	1.012	875	15,7%
Cativo	2.990.786	2.868.090	4,3%	281.829	273.241	3,1%
Rural	1.001.857	1.008.019	-0,6%	193.075	199.470	-3,2%
Outros	1.983.716	1.985.218	-0,1%	32.527	29.220	11,3%
Livre	360.654	343.891	4,9%	14	23	-39,1%
Cativo	1.623.063	1.641.327	-1,1%	32.513	29.197	11,4%
Permissionárias	44.570	48.256	-7,6%	-	-	-
Concessionárias\Geradores	583.455	578.437	0,9%	-	-	-
Total Energia Distribuída	26.491.322	26.015.921	1,8%	3.774.882	3.680.438	2,6%
Total Livre	12.737.009	12.430.305	2,5%	1.881	1.652	13,9%
Total Cativo	13.754.313	13.585.616	1,2%	3.773.001	3.678.786	2,6%

EDP São Paulo						
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	4.175.252	4.078.193	2,4%	1.901.728	1.848.410	2,9%
Industrial	7.637.467	7.590.384	0,6%	7.905	12.545	-37,0%
Livre	6.835.164	6.696.517	2,1%	521	483	7,9%
Cativo	802.303	893.867	-10,2%	7.384	12.062	-38,8%
Comercial	2.670.383	2.507.300	6,5%	148.430	142.416	4,2%
Livre	920.532	830.325	10,9%	620	540	14,8%
Cativo	1.749.851	1.676.974	4,3%	147.810	141.876	4,2%
Rural	58.768	60.655	-3,1%	5.382	5.383	0,0%
Outros	1.161.630	1.153.569	0,7%	16.210	15.060	7,6%
Livre	360.654	338.043	6,7%	14	14	0,0%
Cativo	800.976	815.525	-1,8%	16.196	15.046	7,6%
Permissionárias	44.570	48.256	-7,6%	-	-	-
Concessionárias\Geradores	370.727	369.977	0,2%	-	-	-
Total Energia Distribuída	16.118.797	15.808.333	2,0%	2.079.655	2.023.814	2,8%
Total Livre	8.487.076	8.234.863	3,1%	1.155	1.037	11,4%
Total Cativo	7.631.720	7.573.470	0,8%	2.078.500	2.022.777	2,8%

EDP Espírito Santo						
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	2.717.248	2.575.116	5,5%	1.347.135	1.306.384	3,1%
Industrial	3.936.713	4.015.895	-2,0%	9.671	10.293	-6,0%
Livre	3.537.479	3.543.147	-0,2%	334	271	23,2%
Cativo	399.233	472.748	-15,6%	9.337	10.022	-6,8%
Comercial	1.740.661	1.629.104	6,8%	134.411	131.700	2,1%
Livre	499.725	437.989	14,1%	392	335	17,0%
Cativo	1.240.935	1.191.116	4,2%	134.019	131.365	2,0%
Rural	943.090	947.363	-0,5%	187.693	194.087	-3,3%
Outros	822.086	831.650	-1,1%	16.317	14.160	15,2%
Livre	-	5.848	-100,0%	-	9	-100,0%
Cativo	822.086	825.802	-0,4%	16.317	14.151	15,3%
Concessionárias\Geradores	212.728	208.460	2,0%	-	-	-
Total Energia Distribuída	10.372.525	10.207.589	1,6%	1.695.227	1.656.624	2,3%
Total Livre	4.249.933	4.195.443	1,3%	726	615	18,0%
Total Cativo	6.122.592	6.012.146	1,8%	1.694.501	1.656.009	2,3%

O volume de energia distribuída aumentou 1,8%. A Companhia apresentou aumento de 2,6% no número de novos clientes e de 13,9% no número de clientes livres, que hoje representam 48,1% da energia distribuída, conforme explicado no [Release de Mercado](#).

Balanco Energético Distribuição (MWh)

Do total da Energia Requerida, 61,3% foram para a EDP SP e 38,7% para a EDP ES.

EDP DISTRIBUIÇÃO	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Distribuição
Itaipu + Proinfa	2.203.199	1.714.882	3.918.081
Leilão	9.207.151	6.576.331	15.783.482
Outros ¹	12.035	155.227	167.262
Energia em Trânsito	8.487.194	4.216.259	12.703.453
Total Energia Recebida	19.909.579	12.662.700	32.572.278
Perdas Transmissão (+)	193.220	123.973	317.193
Perdas de Itaipu (+)	115.668	89.879	205.548
Vendas C.Prazo (-)	-954.491	-693.036	-1.647.526
Ajustes C.Prazo (-)	75.906	230.185	306.091
Total Perdas	1.187.473	676.703	1.864.177
Cessões MCSD Energia Nova (+)	102.592	373.780	476.371
Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE)	-1.323.732	-985.094	-2.308.826
Total Vendas	-1.221.140	-611.315	-1.832.455
Energia Requerida	19.943.245	12.597.311	32.540.557
Suprimento	44.570	0	44.570
Fornecimento	7.587.012	6.122.408	13.709.420
Perdas e Diferenças	1.383.390	1.440.849	2.824.239
Energia em Trânsito	8.487.194	4.216.259	12.703.453
Total Energia Distribuída	17.502.166	11.779.516	29.281.682

¹ Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

Perdas

Perdas Acumuladas em 12 meses (GWh ou %)	EDP São Paulo						EDP Espírito Santo					
	Dez-21	Mar-22	Jun-22	Set-22	Dez-22	ANEEL	Dez-21	Mar-22	Jun-22	Set-22	Dez-22	ANEEL
Entrada de Energia na Rede	17.239	17.258	17.348	17.371	17.503		11.659	11.717	11.832	11.814	11.780	
Total de Perdas	1.431	1.420	1.423	1.370	1.384		1.451	1.422	1.429	1.421	1.407	
Total	8,30%	8,23%	8,20%	7,89%	7,91%	6,76%	12,45%	12,13%	12,08%	12,03%	11,95%	12,19%

Ambas as distribuidoras reduziram perdas totais, concluindo o ano com 7,91% na EDP SP, redução de 0,39 p.p., e 11,95% na EDP ES, redução de 0,50 p.p., em relação ao ano anterior. Em ambas as distribuidoras, a redução das perdas técnicas reflete a energização de novas subestações, colocando a EDP ES 0,24 p.p. abaixo da média ANEEL.

A trajetória de redução registrada nesses indicadores é resultado de uma estratégia de melhoria contínua, somada a intensificação das ações de combate a perdas, principalmente, em relação a tecnologias de blindagem de rede. Em 2022, a Companhia investiu R\$ 442,7 milhões em projetos de combate às perdas, sendo os recursos destinados a substituições de medidores, inspeções de campo, blindagem da rede de distribuição através da tecnologia BTZero, blindagem de medição de edifícios populares, instalação e manutenção dos aparelhos de telemedicação.

Indicadores de Qualidade

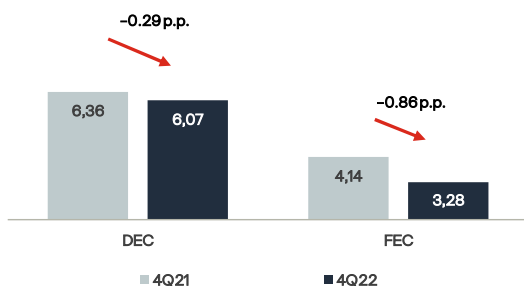
Os indicadores de qualidade nas distribuidoras permaneceram abaixo das metas regulatórias estabelecidas pela ANEEL, devido às ações de melhoria que envolvem as manutenções preventivas e a utilização de plataformas digitais para as equipes de campo.

Na EDP SP, a redução é resultado da manutenção e troca de equipamentos religadores e chaves de fusíveis automáticas da base de clientes de média tensão.

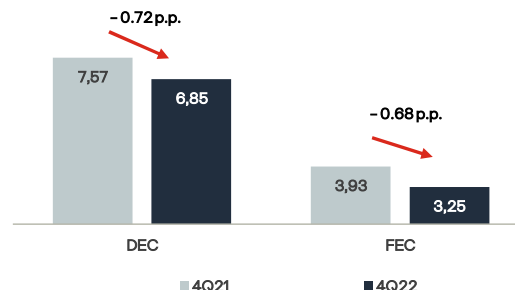
Na EDP ES, a redução é resultado de: (i) entrada em operação de novas subestações; (ii) novos alimentadores nas subestações já existentes, permitindo maior flexibilidade para as redes operadas pela Companhia; e (iii) planos de manutenção executados ao longo do ano.

É importante ressaltar que o DEC representa 70% do Componente Q, que compõe o Fator X, utilizado para o cálculo do Reajuste Tarifário Anual (Fator X = Pd+Q+T). Esse é um método utilizado pela ANEEL de incentivo a qualidade do serviço prestado, dessa forma, a redução do DEC traz para a Companhia um incremento substancial na Parcela B.

EDP São Paulo



EDP Espírito Santo



Meta Anual Regulatória ANEEL para o ano de 2022

EDP SP: DEC 7,05 / FEC: 5,22

EDP ES: DEC: 9,05 / FEC: 6,41

5.2 TRANSMISSÃO

O portfólio da Companhia no segmento de Transmissão contempla 7 lotes, sendo 5 lotes em operação comercial, que apresentaram RAP Líquida foi de R\$ 635,4 milhões e o EBITDA regulatório foi de R\$ 536,1 milhões. A evolução da RAP ao longo do ano decorre da entrada em operação escalonada dos lotes de transmissão, além do reajuste tarifário anual ocorrido em junho para o ciclo de 2022-2023.

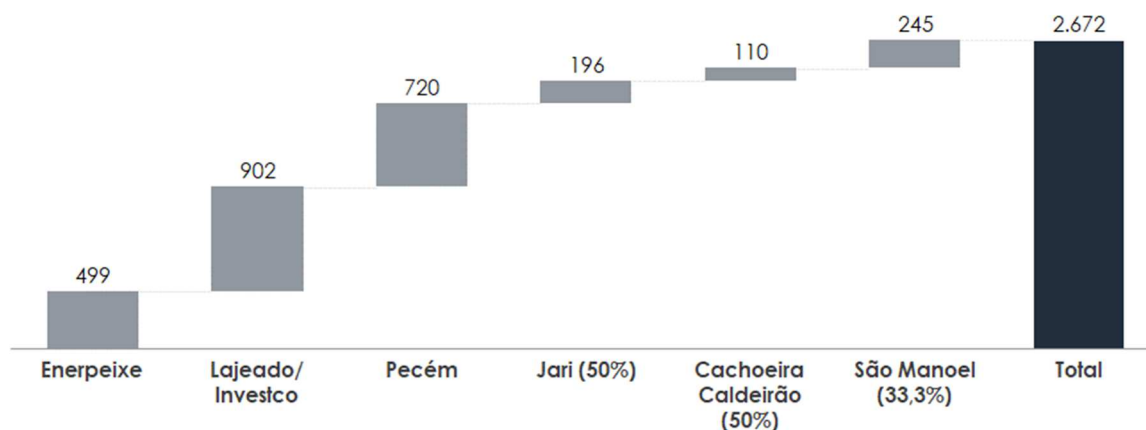
As captações no segmento de transmissão voltadas para construção totalizaram até o momento R\$ 3,1 bilhões, com alavancagem em torno de 85%.

5.3 GERAÇÃO

Capacidade Instalada

A Companhia possui 2,7 GW de capacidade instalada e 1,8 GW médios de garantia física.

Capacidade Instalada em MW – Pro forma

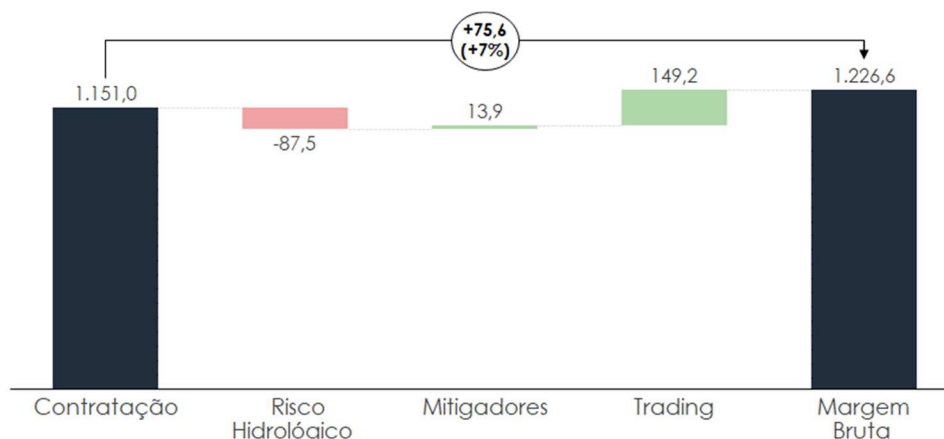


Gestão Energética Integrada

A Companhia realiza a gestão do portfólio energético em operação conjunta entre a Geração Hídrica e a Trading, atuando nas transações de compra e venda de energia para mitigação do risco hidrológico. Este ano foi marcado pelo cenário hidrológico favorável refletindo no aumento do nível dos reservatórios. O baixo crescimento na demanda de energia, o crescimento cada vez mais expressivo de capacidade por fontes renováveis, como solar e eólica, e o considerável aumento da micro e minigeração distribuída reduziram a necessidade de geração por fonte hídrica, impactando diretamente o GSF, que foi abaixo do esperado, e o PLD, que esteve próximo ao piso em todos os períodos do ano. Para reduzir os efeitos deste cenário, a Companhia adotou a estratégia de alocação de energia e hedge de 23,8% no ano. Os mitigadores adotados protegeram o portfólio dos efeitos do GSF médio de 85,4%, além da baixa do PLD de R\$ 59,0/MWh (Submercado SE/CO).

Embora as condições hidrológicas favoráveis tenham impactado positivamente o balanço financeiro das usinas em 2022, a manutenção das condições de baixos valores de PLD e, consequentemente, baixos preços praticados no mercado pode ter impactos tanto positivos quanto negativos nas receitas das geradoras hídricas do setor elétrico, dependendo do balanço energético resultante do GSF ou secundária verificados e composição do portfólio de contratos.

Impacto Energético na Geração e Comercialização (R\$ milhões)

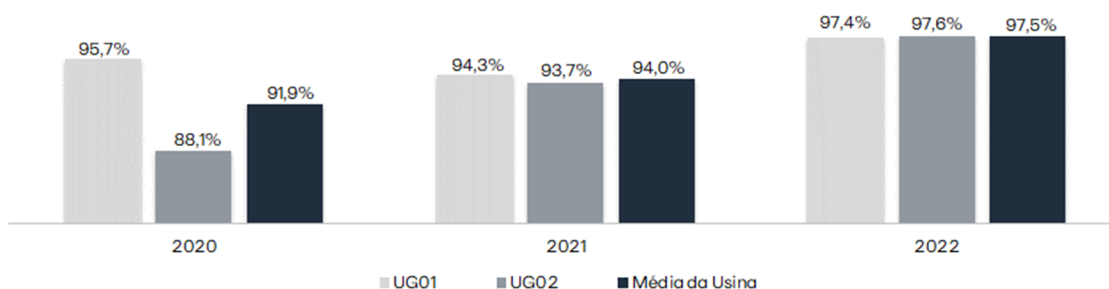


Nota: Risco Hidrológico contempla MRE, PLD e GSF. Mitigadores considera hedge, energia livre, repactuação e compras de energia para mitigação.

Disponibilidade de Pecém

A disponibilidade média da Usina foi de 97,6%, decorrente da parada programada para manutenção das unidades geradoras em maio. Desde dezembro de 2021, não houve despacho, devido a melhora do cenário hidrológico.

Em dezembro, a EDP produziu a primeira molécula de hidrogênio verde no Complexo Termelétrico de Pecém. A planta é um projeto piloto de P&D que faz parte dos compromissos do Grupo com a transição energética. O investimento no projeto foi de R\$ 42 milhões e contempla uma usina solar com capacidade de 3 GWh.



5.3 TRADING

O volume de energia comercializada totalizou 17.836 GWh, aumento de 21,4%, decorrente das oportunidades de compra e venda no mercado e de preços mais baixos, resultado da continuidade do cenário hidrológico favorável, dos níveis mais elevados dos reservatórios, da realização da carga abaixo do esperado e do baixo risco de crédito no mercado, além da ampliação da carteira de clientes e da manutenção da estratégia de proteção do portfólio.

5.4 VAREJISTA E ATACADISTA

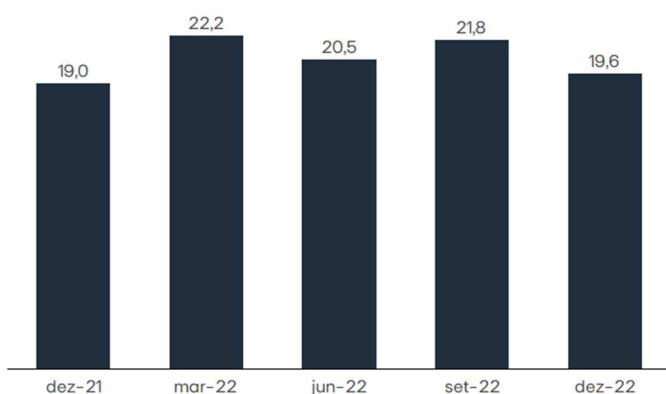
O volume de energia comercializada totalizou 1.420 GWh, aumento de 905 GWh, decorrente do aumento da carteira de clientes e dos novos contratos estabelecidos, além do aumento de migrações dos clientes do mercado cativo para o livre, impulsionadas pela redução dos preços de curto prazo no mercado spot. Vale destacar que, houve um aumento em função da manutenção da estratégia de renovação dos clientes da carteira atual e das alterações regulatórias previstas na Portaria nº 50 do MME, que visa clientes com menor consumo energético.

6. MERCADO DE CAPITAIS

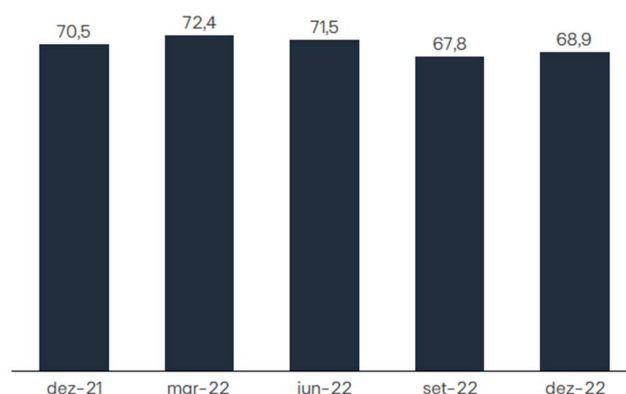
6.1 DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 29 de dezembro, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 11,4 bilhões, com as ações cotadas a R\$ 19,62, queda de 4,8% no trimestre, desempenho este inferior ao Ibovespa (-0,3%) e ao IEE (0,2%). No ano, as ações da Companhia valorizaram 9,6%, enquanto o Ibovespa apresentou valorização de 4,7% e o IEE apresentou valorização de 3,1%. As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 194,1 milhões de ações no trimestre e 809,7 milhões de ações no ano. A média diária alcançou 3,23 milhões de ações. No ano, o volume financeiro totalizou R\$ 17,5 bilhões, com volume médio diário de R\$ 70,1 milhões.

Evolução da Cotação¹ (R\$)



Volume Médio Diário (R\$ milhões)



¹ Considera ajustes por proventos até 02/01/2023

6.2 CAPITAL SOCIAL

Em 29 de dezembro, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 581.165.268 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 239.991.267 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, 15.186.053 ações em tesouraria e 261.954 foram destinadas ao programa de Incentivo de Longo Prazo dos executivos.

6.3 DIVIDENDOS

Em 28 de dezembro, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 651,2 milhões, correspondente a R\$ 1,15 por ação. Adicionalmente, a Companhia levará para deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 11 de abril de 2023, dividendos totais no valor de R\$ 153,2 milhões, equivalente a R\$ 0,27 por ação, totalizando R\$ 1,42 por ação.

7. DESEMPENHO ESG EM SUSTENTABILIDADE

O compromisso da EDP Brasil com o Desenvolvimento Ético e Sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra há dezessete anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") e, mais recentemente, o Índice Carbono Eficiente ("ICO2"), ambos ligados à B3. Na carteira ISE 2022/2023, a EDP Brasil ficou em 1º lugar no ranking geral do ISE pelo 2º ano consecutivo, a frente das outras 69 empresas que compõe a carteira do ISE. Além disso, a EDP Brasil se manteve no nível "Liderança" no Índice Carbon Disclosure Project ("CDP") – Clima, com nota A-.

Para além de seus compromissos internos, como o Plano Estratégico 2021–2025, a EDP Brasil mantém o seu compromisso em contribuir para nove dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") da Organização das Nações Unidas ("ONU").



7.1 INDICADORES ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da EDP Brasil são publicados trimestralmente nos Relatórios de Desempenho ESG, bem como no Relatório Anual. Para mais detalhes sobre o desempenho da EDP Brasil em 2022 e os principais cases e destaque do exercício, acesse o [Relatório Anual de Sustentabilidade](#).

7.2 DESTAQUES EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS ESG

Environmental (ambiental)

Desde 2021, a EDP Brasil mantém o seu Programa de Economia Circular que, por meio de uma abordagem sistêmica, visa implementar fluxos circulares de recursos que regenerem, retenham ou adicionem valor aos materiais e equipamentos necessários para a sua operação, de forma a garantir a efetividade no uso dos recursos, por meio da proposição de soluções e modelos de negócio circulares. Alguns dos projetos dentro do tema da economia circular envolvem a circularidade dos resíduos relacionados com as obras de transmissão, o reaproveitamento de cinzas da UTE Pecém, o uso de óleo vegetal nos transformadores da Distribuição e o desenvolvimento de provas de conceito para que sejam possíveis aumentar a circularidade de outros materiais.

A geração solar está entre os segmentos estratégicos de crescimento da EDP no Brasil até 2025, quando a Companhia pretende atingir a marca de 1GW em capacidade instalada nessa modalidade. O investimento da EDP Brasil em energia solar representa uma das respostas da Companhia em relação à crise climática, consolidando nosso papel na transição energética do setor elétrico no Brasil.

Depois do anúncio, em 2021, do parque solar Monte Verde (localizado no Rio Grande do Norte), a EDP Brasil divulgou em 2022, um segundo parque solar de larga escala. Também realizado em parceria com a EDP Renováveis, o veículo global do Grupo EDP para as energias renováveis, o parque solar Novo Oriente terá 255 MWac de capacidade instalada e será construído em Ilha Solteira (SP). Entre 40% e 50% da geração deste novo parque já se encontra contratada por clientes âncoras., com contratos de venda de energia a longo prazo.

Social (social)

O ano de 2022 foi marcado por resultados positivos do Programa de Inclusão e Diversidade relacionadas as metas da agenda. A diversidade nas contratações encerrou o ano com 62,9% versus os 55% estabelecidos como meta. As metas de mulheres e pessoas negras na liderança também atingiram os objetivos iniciais, com resultados de 20,7% e 16,2%, respectivamente (metas estabelecidas de 20% e 15%). Outro destaque do período foram as Escolas de Eletricistas para pessoas trans, nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Ao longo do curso, que teve duração de três meses, as participantes tiveram acesso a formação profissional completa, ministrada pelo SENAI, além da possibilidade de contratação no término da capacitação. O programa é pioneiro no setor elétrico e reafirma o compromisso da EDP Brasil no fortalecimento da inclusão e diversidade no Grupo.

Ainda em 2022, a EDP Brasil em parceria com a Atento, lançou o programa Iluminando Oportunidades, com foco em oportunidades de emprego para pessoas em situação de rua. O programa teve como objetivo capacitar 20 pessoas em situação de vulnerabilidade, a partir de uma formação em relacionamento com o consumidor, área de atuação da Atento. O lançamento ocorreu no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Além da aula inaugural, os estudantes participaram de uma visita guiada ao espaço cultural. A formação teve duração de duas semanas, e cada aluno recebeu uma bolsa-auxílio de R\$ 400. O recrutamento para esse programa aconteceu de forma ativa, através de projetos sociais (Projeto Caminhos, liderado pelo padre Julio Lancellotti, espaço Cisarte e ONG SP Invisível), que abordaram as pessoas de suas redes que se enquadravam nos perfis comportamental e técnico.

Governance (governança)

Em seu 17º ano consecutivo na carteira do ISE da B3, a EDP Brasil conquistou, pelo segundo ano, o 1º lugar no ranking geral. Em relação ao ano anterior, a Companhia aumentou sua pontuação em 2,13 pontos, com notas acima da média setorial em cinco dimensões avaliadas – capital humano (na qual também foi considerada benchmarking), governança corporativa e alta gestão, capital social, meio ambiente e mudança do clima. O desempenho neste tão importante ranking, que contribui para nortear os investidores na tomada de decisão baseada nas práticas de ESG, reafirma o reconhecimento à liderança da EDP como referência nos pilares ambiental, social e de governança corporativa em todo o mundo.

7.3 INOVAÇÃO

A EDP Brasil está comprometida com a antecipação das tendências do setor, como a descarbonização, a digitalização e a descentralização, para estimular a transição energética no país. A inovação tem papel estratégico nesse processo e, as tendências comentadas anteriormente são pilares para nortear a atuação das ações da Companhia, auxiliando na busca por soluções. Em 2021, o Grupo EDP consolidou mais uma vez, o compromisso com a inovação e anunciou ao mercado que planejava investir globalmente cerca de € 1 bilhão até 2025. Em 2022, foram investidos cerca de R\$ 256 milhões em inovação no Brasil, representando cerca de 1,6% da Receita Líquida, aumento de 17% em relação ao ano anterior. Até 2025, a EDP Brasil planeja investir 3% da Receita Líquida.

A área de Inovação foi criada em 2016 e desde então está comprometida em promover novas formas de transformar o setor de energia no Brasil. Da valorização de ideias dos colaboradores ao investimento em startups e pequenas empresas, a área atua para garantir que a inovação aconteça de ponta a ponta e traga resultados tangíveis para o negócio. Além disso, a EDP foi reconhecida pelo terceiro ano consecutivo como a empresa mais inovadora do setor elétrico pelo Prêmio Valor Inovação e destaque pela 100 Open Startups.

Desde 2021, a área de inovação da EDP Brasil passou trabalhar com foco em dois pilares, gestão e desenvolvimento de negócios, adotando um novo modelo operacional, que visa aprimorar técnicas de gestão de inovação e resultados, ampliando sua atuação com o ecossistema externo e também solidificando a atuação dentro da Companhia.

O novo modelo operacional é suportado por quatro eixos estratégicos: plataforma integrada, gestão de resultados, innovation factory e transformação de alto impacto. Estes eixos estão aliados a uma sólida atuação e investimento em cultura de inovação e comunicação, que são atividades importantes, promovendo visibilidade e consistência as iniciativas da área.

Cultura de inovação

Com uma jornada integrada, os colaboradores são incentivados a aprenderem metodologias e ferramentas para aplicar inovação no dia a dia e desenvolverem projetos de todos os horizontes de inovação, reconhecendo aqueles que se dedicam a promover um ambiente inovador. Acreditamos que a inovação da EDP Brasil pode vir de qualquer lugar ou pessoa, e por isso sabemos que é fundamental fomentar uma Cultura de Inovação.

Nossos investimentos têm sido direcionados para a criação de uma grande jornada de inovação, movida pela ambição de promover novas formas de pensar e fazer para transformar o setor de energia no Brasil. Para isso, criamos o Somos Inovação, Somos Play, uma nova jornada de inovação que abraça o ecossistema interno com todos os colaboradores, atuando desde a capacitação em inovação até o desenvolvimento de projetos intraempreendedores, além do reconhecimento dos colaboradores pela contribuição ao processo de inovação.

Através de uma parceria com a escola de Inovação Conquer, a EDP desenvolveu um curso de formação em Inovação e irá oferecer e treinar 100% de sua base de colaboradores.

Gestão

1. Plataforma integrada: busca ampliar a atuação de programas e eventos criando um hub de inovação pioneiro no país, com o objetivo de integrar múltiplas iniciativas, promover programas integrados e alinhados para gerar mais valor internamente e externamente a Companhia, fomentar uma jornada que estimula a cultura de inovação de ponta a ponta e fortalecer a estratégia de reputação da Companhia, reforçando o posicionando da EDP Brasil como líder em inovação.

2. Sistema de gestão da inovação: em 2020, unificamos em uma única plataforma os investimentos em inovação na EDP Brasil, permitindo o acompanhamento centralizado dos investimentos de cada área e dos projetos em andamento. O Innovex (Innovation Expenditure) é o indicador, que reúne todo o orçamento dedicado a inovação, seja esse investimento interno ou através de investimentos de P&D da ANEEL ou de outras fontes incentivadas. O orçamento é definido anualmente e para cada ideia priorizada é definida uma fonte de investimento de acordo com sua natureza. Os resultados desse levantamento são periodicamente compartilhados com os executivos e colaboradores, contendo informações sobre a quantidade de projetos em andamento na corporação, investimentos realizados, objetivos, horizontes, tipos de inovação, origem de financiamento, resultados esperados, entre outros. Apurado trimestralmente, é uma ferramenta essencial para o gerenciamento de investimento de inovação na Companhia e direcionamento estratégico.

Desenvolvimento de Negócios

1. Innovation Factory: desde 2021, a Innovation Factory opera junto às Unidades de Negócio (UNs) e áreas corporativas. Seu objetivo é o desenvolvimento de novos negócios e soluções inovadoras, que possam melhorar produtos, serviços, processos e operações, além de apoiar internamente as empresas investidas pela EDP Ventures para acelerar oportunidades estratégicas para a Companhia e para o mercado.

O modelo de trabalho da Innovation Factory é liderado pelos Innovation Partners, experts em inovação, que trabalham em conjunto com as equipes de cada área para mapear dificuldades e oportunidades e estabelecer conexões com o ecossistema empreendedor, agilizando soluções e resultados. Eles estão presentes no dia a dia das Unidades de Negócios para entender seus desafios e desenvolver projetos e parcerias com um foco claro de quais problemas precisam de soluções.

Cada Innovation Partner possui planos específicos de ações e etapas de desenvolvimento bem definidas para projetos e entregas periódicas. Com isso, buscamos implementar um processo estruturado para que os projetos de inovação aconteçam de maneira mais veloz e uniforme.

A equipe de experts também apoia o mapeamento de ideias de inovação de todos os colaboradores e tem a permissão para conduzir chamadas estratégicas no mercado, desafios, hackthons e datatowns, além de realizar a divulgação de relatórios de tendências e mapeamentos da concorrência, que apoiam as Unidades de Negócio na criação de novas ofertas de produtos e serviços. Além disso, oferecem conhecimento e financiamento para desenvolver projetos-pilotos, que buscam startups e pequenas empresas para gerar conexões relevantes e parcerias de médio a longo prazo, através de iniciativas de inovação aberta, como os programas Starter Business Acceleration, Free Electrons, além de chamadas estratégicas para o ecossistema.

2. Transformação de alto impacto: a fim de promover ainda mais projetos de inovação de alto impacto no setor, a área de Inovação criou uma célula dedicada a avaliar potenciais negócios, visando criar oportunidades para mercados correlatos e promover maiores ganhos e extensão de negócios. A equipe identifica, monitora e avalia as principais tendências com potencial de impacto no setor, assim como a visão dos consumidores para os diferentes produtos e serviços. Por fim, cada projeto pode ser realizado através de desenvolvimento próprio ou através de parcerias com empresas de diferentes segmentos para acelerar o desenvolvimento de novos produtos, serviços e modelos de negócio.

EDP Ventures

Desde 2018, por meio da EDP Ventures Brasil, a EDP Brasil realiza investimentos de venture capital, em startups, focados em negócios com estágio inicial e em negócios maduros. A EDP Brasil foi pioneira nesta atividade entre as grandes multinacionais do país, se tornando a primeira iniciativa de investimento de fundos corporativos de empresas do setor elétrico brasileiro, com recursos a serem destinados a startups que atuam em oito domínios de inovação: energia renovável, redes inteligentes, armazenamento de energia, inovação digital (blockchain, IoT, big data, realidade virtual), geração distribuída, hidrogênio verde, mobilidade elétrica e descarbonização no uso de energia. Oito startups já receberam investimentos no Brasil com mais de R\$36 milhões investidos nos últimos quatro anos: Delfos IM (Inteligência artificial para manutenção preditiva de usinas de energia renovável), Dom Rock (Big Data & Analytics), Fractal Engenharia (gestão risco hidrológico e otimização de produção); Voltbras (Tecnologia para gestão de eletropostos), Colab (aplicativo de engajamento popular para gestão pública eficiente e qualificação demandas da distribuição), Clarke Energia (Gestora digital de energia para migração de tarifa), Time Energy (Empresa de Internet of Things para eficiência energética) e Bluesol (modelo de negócio de franquias solares).

Além disso, a evolução do portfólio de investimentos considera outros indicadores de impacto social positivo. No ano, por exemplo, houve um aumento de 20% no número de empregos gerados pelas startups investidas e aumento de 35% no percentual de participação feminina nas empresas, demonstrando o compromisso da Companhia em investir em startups alinhadas com as melhores práticas.

7.4 ESTRATÉGIA E GESTÃO

A EDP Brasil está comprometida com a excelência nos pilares ESG e acredita na sustentabilidade como o principal valor de estratégia integrada de negócios. Para que seja possível mudar o amanhã, é preciso agir no presente, como sustenta o posicionamento global do Grupo EDP, *Changing Tomorrow Now*. Para mais detalhes, acessar a página <https://www.edp.com/pt-pt/changing-tomorrow-now>.

Dessa forma, nosso Plano Estratégico 2021–2025, guia nossa visão de futuro, prevendo uma aceleração sem precedentes do crescimento da Companhia em energias renováveis, mesmo considerando nossa história de sucesso enquanto líderes em transição energética. São quatro os

eixos que orientam o Plano Estratégico 2021–2025: Liderança em uma Transição Energética Justa, Compromisso com a Proteção do Meio Ambiente, Impacto positivo na sociedade e Estrutura de Governança Forte.

Para mais detalhes entre na página <https://www.edp.com/pt-pt/edp/atualizacao-estrategia-2021-2025>.

Ferramentas de gestão

O sistema de avaliação das metas, nomeado “Triângulo das Metas”, foi desenhado para atingir os objetivos estratégicos da Companhia e mede o desempenho das Unidades de Negócio e Plataformas (agrupamento de Unidades de Negócio para avaliação padrão em todas as geografias da Companhia). Estruturado em três dimensões, com pesos e metas definidas, como apresentado no modelo a seguir:

- **Valor Adicionado:** Indicadores financeiros que revelam a situação da Companhia com base nos resultados contábeis. Este conjunto representa 60% do sistema de gestão de performance.
- **Pessoas e organização preparada para o futuro:** Monitora indicadores relativos aos colaboradores, como bem-estar, diversidade, inclusão e segurança – além de acompanhar o desenvolvimento de iniciativas de inovação e novos skills para o aumento da produtividade. A função dos indicadores desta dimensão é garantir que os colaboradores sejam tratados de maneira equitativa dentro dos processos nos quais estão envolvidos e que suas necessidades estejam alinhadas com as do negócio. Este conjunto representa 20% do sistema de gestão de performance.
- **Excelência em ESG:** Monitora indicadores de meio ambiente, desenvolvimento de fornecedores, alterações climáticas, ações socioambientais, compliance e gestão de riscos; todos ligados às ações da EDP Brasil no plano da preservação ambiental e do combate às mudanças climáticas, entre outros temas de sustentabilidade. Estas ações são controladas através de indicadores e metas. Este conjunto representa 20% do total do sistema de gestão de performance.

O acompanhamento e governança das metas tem dois processos importantes: (i) a revisão crítica mensal dos indicadores (Fórum Mensal); e (ii) revisão anual, ambas realizadas com a liderança e a Diretoria.

Eventuais sugestões ou direcionamentos retornam para as equipes, estabelecendo dessa forma um ciclo virtuoso de melhoria e aprendizado.

7.5 RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

A EDP Brasil integra em sua cultura, valores e compromissos com seus clientes, parceiros de negócios, pessoas, comunidades e meio ambiente, executando diversas ações para obtenção da excelência no atendimento, aprimorando do acesso aos serviços, de maneira a torná-los cada vez mais simples e completos.

A EDP Brasil disponibiliza diversos canais de atendimento aos clientes dotados de tecnologia digital e inteligência artificial como Agência Virtual, Aplicativo EDP Online, ChatBot, WhatsApp e Videotendimento. Para garantir um atendimento de qualidade, conta também com uma moderna Central de Atendimento Telefônico, com uma equipe de mais de 350 atendentes, para proporcionar um atendimento adequado, eficiente e ágil, além de dispor de uma infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Esta Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana e com ligação gratuita.

A EDP Brasil avalia a satisfação de seus clientes por meio de indicadores apresentados nas pesquisas anuais realizadas por órgãos do setor, como ABRADÉE e ANEEL.

A Companhia visa constantemente reduzir a taxa de acidentes com energia elétrica nas comunidades. Para isso, além de investir em campanhas educativas que orientam sobre o uso seguro da energia, realizou um mapeamento completo das principais causas de acidentes e desenvolveu alguns planos de ação. Entre as iniciativas, destaca-se o projeto Brincando com Pipas, em parceria com o Instituto EDP, visando conscientizar crianças e jovens sobre os riscos do brincar próximo à rede elétrica. Como resultado, destaca-se a queda do número de ocorrências na rede com desligamento nas comunidades e o empoderamento infanto-juvenil para o tema. Outras iniciativas regulares são a Operação Verão, com ações que envolvem ferramenta automatizada para roteirização dos serviços, reposicionamento de bases de apoio das equipes e parceria com órgãos municipais, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia.

Para o atendimento presencial nos estados de São Paulo e do Espírito Santo, a concessionária conta com agências de atendimento presencial, distribuídas nos municípios de sua área de concessão, algumas de nossas agências contam também com equipamentos de autoatendimento (totens e tablets).

No ano de 2020, a EDP Comercializadora (“Trading”) iniciou um projeto estrutural em parceria com consultorias especializadas, a fim de revisar processos internos com o intuito de promover a excelência no atendimento ao cliente, e com isso, consolidar as receitas recorrentes para os próximos anos. Implementando tecnologias, estratégias e modelos operacionais para atender as novas mudanças regulatórias do setor, a Trading busca colocar o cliente no centro do negócio e assim se fortalecer como uma empresa inovadora e preparada para os novos desafios do mercado.

7.6 GESTÃO DE PESSOAS

A EDP Brasil tem como visão a valorização e o respeito pelo nosso legado e pelas ações desenvolvidas no presente, alinhados com a construção de uma trajetória sustentável para o futuro. Nossa ambição está em ser uma empresa líder na transição energética brasileira e, com o intuito de acelerarmos esses objetivos, reforçamos ainda mais o nosso programa Somos EDP. Somos EDP consolida a nossa cultura organizacional, reforçando os valores de sermos, uma organização única e plural, que promove a diversidade de todos os stakeholders, construindo os pilares necessários que geram alto engajamento e bem-estar aos colaboradores. Além disso, esse programa atua na promoção de processos éticos e

transparentes, que visam a eficiência dos negócios. Ainda, o programa desenvolve uma agenda que atende às necessidades dos nossos clientes e da sociedade, pautados pelos valores da Companhia. Dessa maneira, a EDP Brasil, como uma organização mais integrada, fluída e global, conecta diferentes públicos e dissemina uma cultura centrada nas pessoas e que busca atingir todos os colaboradores. Com mais de 3.000 colaboradores, ao longo de 2022, foram realizadas 469 admissões e 486 desligamentos.

A diversidade, como grande pilar estratégico organizacional da Companhia, obteve um resultado em que 50% dos colaboradores são de grupos sub-representados, com valorização da interseccionalidade entre eles. As posições de liderança são ocupadas por 20% de mulheres e 16% de pessoas negras. Além disso, no ano foram investidos mais de R\$ 1 milhão em programas de desenvolvimento e R\$ 600 mil em programas de capacitação. Destaque para iniciativas pioneiras no setor, como a entrega da primeira escola afirmativa de eletricitistas para pessoas trans, nos estados do Espírito Santo e São Paulo.

A pesquisa de clima organizacional realizada durante o ano reforçou o alto engajamento dos colaboradores, mantendo a EDP Brasil como destaque global, com 91% de engajamento e 92% de adesão à pesquisa.

A EDP Brasil estabeleceu como prioridade o bem-estar de seus colaboradores, criando iniciativas que proporcionem melhor equilíbrio entre vida pessoal e profissional. O modelo de trabalho híbrido foi implementado contando com jornadas 50% presenciais e 50% remotas. Para os colaboradores em modelo híbrido, foi implementada a *Short Friday*, que consiste na compensação semanal para todos os colaboradores em modelo híbrido, podendo usufruir de uma jornada reduzida às sextas-feiras. Para incentivar ainda mais o equilíbrio dessas ações, criamos um portfólio de boas práticas, para que o colaborador possa ser protagonista, prezando pela qualidade de vida. Além disso, incentivamos as ações referente as Regras de Ouro, garantindo ao colaborador a realização dos horários de almoço e a definição dos horários de reuniões entre às 9h e às 17h, com respeito as especificidades e casos excepcionais.

Na frente de desenvolvimento, reforçamos a narrativa em que o colaborador é o protagonista de sua jornada. Para isso, investimos em plataformas de aprendizagem como o Campus Online e a Degreed, uma plataforma com a possibilidade de todos os colaboradores consumirem ou criarem diversos treinamentos, de diferentes temas de interesse, para além dos temas de desenvolvimento para as suas atividades. A Degreed é uma plataforma que conta com uma inteligência artificial que possibilita a autoavaliação de habilidades, disponibilizando também para os gestores instrumentos que os permitem avaliar habilidades por cargo e equipe. Também entregamos programas que incentivam a diversidade e a inclusão dentro de nossa organização, por meio dos programas +Inclusão, Conexão Mulheres e o início do programa Conexões Pretas, assim como a continuidade de ações chaves como Grupos de Afinidades, Sensibilização LGBTQIAP+ e Consciência Negra.

Outro programa que contempla os objetivos da EDP Brasil é o voluntariado, programa que conecta a empresa com colaboradores e a comunidade. O programa atua em três pilares: causas emergenciais, inclusão profissional e transformação socioambiental, além de abrir espaço para os voluntários trazerem ações para a empresa, chamado de “Minha Causa”. Ao longo do ano, ocorreram 2.985 participações, sendo que 1.576 foram de colaboradores voluntários únicos, o que representa 47% de colaboradores envolvidos em ações de voluntariado. O resultado desse programa beneficiou 32 organizações sociais e mais de 10.800 pessoas, considerando iniciativas assistenciais e de competências. O projeto Cruzando Histórias também merece destaque, com a participação de 40 voluntários, que apoiaram 130 mulheres. Outra ação marcante foi o Km Solidário, com a participação de 280 voluntários que doaram 9.300 kms quilômetros percorridos para projetos sociais e, em contrapartida, a EDP doou 1.000 mudas de árvores nativas para o Instituto Ipê.

Considerando a experiência do colaborador em todas as etapas da carreira, a EDP possui um Programa de Incentivo à Aposentadoria (“PIA”). Com solidez e adesão voluntária, este programa acolhe profissionais que dedicaram longos períodos para o crescimento e desenvolvimento da Companhia, proporcionando condições rescisórias diferenciadas e orientações para a nova etapa pós-emprego.

7.7 PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A EDP Brasil destacou-se por receber as seguintes premiações ao longo do ano: (i) 1º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) pelo 2º ano consecutivo; (ii) pelo terceiro ano consecutivo, ganhadora do Prêmio Valor Inovação Brasil 2022 como empresa mais inovadora no setor elétrico; (iii) Prêmio Época 360º de melhor empresa do setor elétrico, com destaque nas categorias de Inovação, ESG/Socioambiental, ESG/Governança, Visão de Futuro, Pessoas e Desempenho Financeiro; (iv) Melhor empresa do setor de Energia pela Melhores do ESG 2022 do Guia Exame (v) EDP Espírito Santo eleita pelo Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a 7ª melhor distribuidora do país na categoria nacional, 3ª melhor distribuidora da região sudeste nas categorias regional e responsabilidade socioambiental e 2ª melhor em evolução de desempenho; (vi) EDP São Paulo eleita pelo Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a 2ª melhor distribuidora do país em qualidade de gestão; (vii) UHEs Peixe e Lajeado escolhidas pela ANEEL como as duas melhores hidrelétricas do país pela Declaração de Autoavaliação Regulatória e de Desempenho Operacional (Dardo) da ANEEL; (viii) Conquista, pela nona vez, do Troféu Transparência Anefac (Associação Nacional de Executivos) nas contas; (ix) Líder em inovação no ranking Top 100 Open Corps.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG) para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2022. A KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não financeiras.

Em 2022, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP – Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 27 da instrução CVM nº 80/22, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

BALANÇO SOCIAL ANUAL | FORMULÁRIO IBASE

EDP Brasil

1 - Base de Cálculo	2022 (R\$ mil)			2021 (R\$ mil)		
Receita Líquida (RL)	17.287.656,00			18.874.154,00		
Resultado operacional (RO)	3.417.364,00			3.816.994,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	504.628,09			453.352,34		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	64.941,57	12,87%	0,38%	52.748,06	11,64%	0,28%
Encargos sociais compulsórios	128.422,82	25,45%	0,74%	111.388,54	24,57%	0,59%
Previdência privada	6.803,05	1,35%	0,04%	5.933,59	1,31%	0,03%
Saúde	50.234,19	9,95%	0,29%	44.519,66	9,82%	0,24%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	9.674,23	1,92%	0,06%	9.704,20	2,14%	0,05%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.256,31	0,84%	0,02%	5.325,19	1,17%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	2.679,29	0,53%	0,02%	2.151,55	0,47%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	64.670,23	12,82%	0,37%	44.351,80	9,78%	0,23%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	5.437,98	1,08%	0,03%	4.599,16	1,01%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	337.119,67	66,81%	1,95%	280.721,75	61,92%	1,49%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.917,90	0,09%	0,02%	3.544,00	0,09%	0,02%
Cultura	9.544,00	0,28%	0,06%	8.621,00	0,23%	0,05%
Saúde e saneamento	336,20	0,01%	0,00%	5.695,00	0,15%	0,03%
Esporte	2.736,40	0,08%	0,02%	2.390,00	0,06%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	65,00	0,00%	0,00%	868,00	0,02%	0,00%
Outros	1.256,00	0,04%	0,01%	1.926,00	0,05%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	16.855,50	0,49%	0,10%	23.044,00	0,60%	0,12%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	-	-
Total - Indicadores sociais externos	16.855,50	0,49%	0,10%	23.044,00	0,60%	0,12%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	253.998	7,43%	1,47%	164.668	4,31%	0,87%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente*	253.998,34	7,43%	1,47%	164.668,42	4,31%	0,87%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%			☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2022			2021		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.337			3.274		
Nº de admissões durante o período	465			410		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.626			13.588		
Nº de estagiários(as)	155			146		
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	342			354		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	770			752		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21%			19%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	1.057			789		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	16%			12%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	70			66		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	47,22			47,86		
Número total de acidentes de trabalho***	28,00			13,00		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa: 41.714	no Procon: 4.451	na Justiça: 4.539	na empresa: 40.799	no Procon: 1.811	na Justiça: 5.240
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 99,43%	no Procon: 99,00%	na Justiça: 68,50%	na empresa: 99,50%	no Procon: 99,50%	na Justiça: 69,17%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	10.229.717,00			10.448.788,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 61% acionistas: 9% colaboradores: 6% retido: 3% terceiros: 21%			governo: 58% acionistas: 8% colaboradores: 5% retido: 15% terceiros: 14%		

7 - Outras Informações

N/A - Não Aplicável.

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

**Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a soma de pessoas pretas e pardas

***Nota: Indicador considera apenas os colaboradores próprios (acidentes com e sem afastamento)

COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A EDP - Energias do Brasil S.A. planeja investir R\$3.463.233.217,93 no ano de 2023 nos segmentos de Distribuição, Geração Distribuída, Transmissão e Geração, com o objetivo de dar continuidade à sua estratégia de expansão, destacando-se os investimentos no segmento de Transmissão, além dos investimentos relacionados com a atividade de distribuição de energia nas respectivas áreas de concessão para atendimento do mercado, projetos especiais e regulatórios, de modo a contribuir para o atingimento do objetivo estratégico de consolidar a sua presença no setor elétrico brasileiro, assim como para trazer maior equilíbrio ao portfólio de negócios com vistas à geração de valor para os acionistas.

Para a viabilização dos projetos orçados para 2023 serão utilizados recursos próprios e de terceiros, assim como aqueles consignados na Reserva de Retenção de Lucros. Desse modo, com o objetivo de dar continuidade aos investimentos em curso, bem como iniciar projetos que atendam ao seu objetivo estratégico, a Companhia propõe destinar o valor de R\$166.668.829,75 para a Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação é submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

A seguir é apresentado o resumo das aplicações e origens do Programa de Investimentos (orçamento de capital):

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA 2023

APLICAÇÕES

Os investimentos em energia elétrica compreendem aplicações em projetos já em andamento da companhia, bem como novos projetos para expansão das operações no Brasil.

TOTAL	R\$ 3.463.233.217,93
--------------	-----------------------------

RECURSOS

Retenção de lucros 2022	R\$ 166.668.829,75
Recursos próprios e/ ou de terceiros	R\$ 3.296.564.388,18
TOTAL	R\$ 3.463.233.217,93

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTE

Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP – Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

ADIR PEREIRA KEDDI

Conselheiro efetivo

ARNALDO JOSÉ VOLLET

Conselheiro efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro efetivo

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA

Presidente do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA

Membro do Comitê de Auditoria

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA

Membro do Comitê de Auditoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 16 de fevereiro de 2023 reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ
Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI
Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

DECLARAÇÃO DO DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, declaram que, em 16 de fevereiro de 2023, reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

JOÃO MANUEL VERÍSSIMO MARQUES DA CRUZ

Diretor Presidente

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE

Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE

Diretor Vice-Presidente de Clientes

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

FERNANDA NASCIMENTO PIRES CARSUGHI

Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG